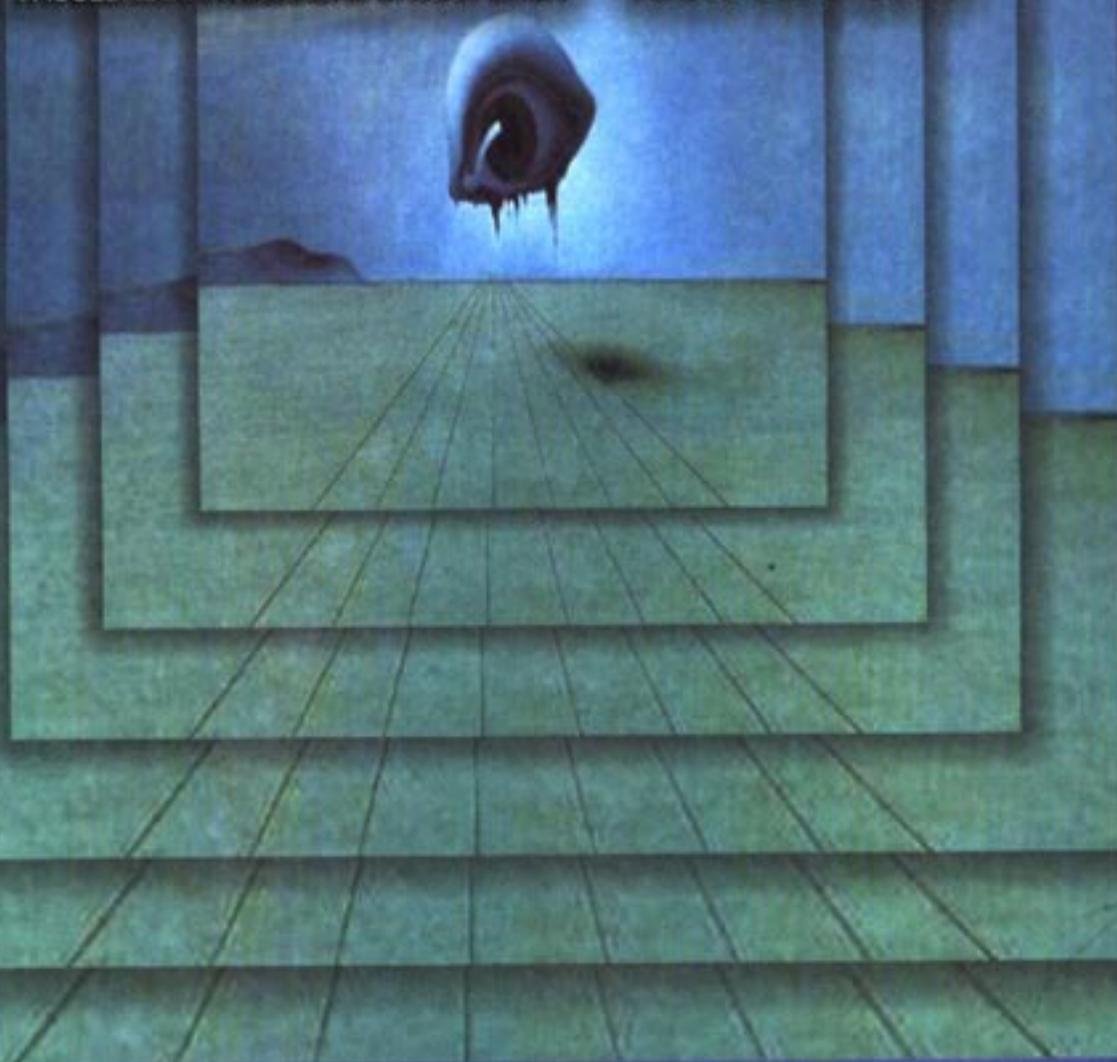


# FUTURA MENTE

Revista Científica FIU  
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGA

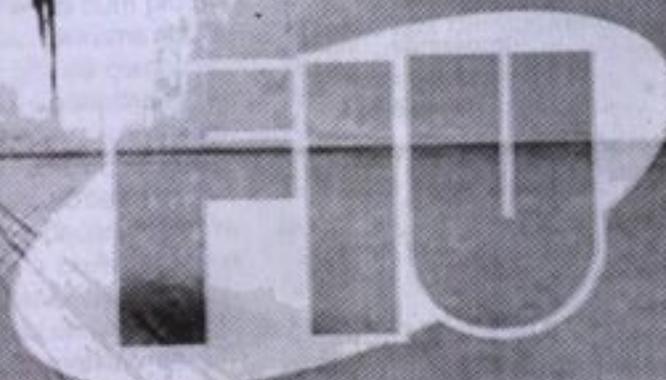
Edição nº5 2007  
ISSN 1679-9305



Faculdades Integradas Urubupungá  
PEREIRA BARRETO - SP

# FUTURA MENTE

REVISTA CIENTÍFICA FIU



5ª EDIÇÃO DA REVISTA CIENTÍFICA DAS  
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGÁ  
ANO 2007

# Índice

## Letras

- 05 Poesia Modernista no Brasil  
- Estudando Cecília Meireles
- 11 A ótica modernista e a essência  
de Cecília Meireles e Manuel Bandeira
- 16 A Literatura de Cordel e a obra de  
Patativa do Assaré

## Pedagogia

- 20 A Arte-terapia na Educação
- 22 "DISLEXIA": Causas e  
Formas de Intervenção
- 24 A importância da Alfabetização  
nas séries iniciais
- 27 Inteligência Emocional: A importância de consi-  
derar a emoção para chegar a uma sociedade  
mais equilibrada e feliz
- 30 Dislexia: Mitos e verdades sobre o tema
- 33 O papel social da escola na  
construção da identidade do gênero  
na educação infantil
- 40 Processo de transição do ensino  
fundamental de oito para nove anos:  
Implicações pedagógicas
- 45 A educação no contexto Capitalista
- 47 As emoções de crianças portadoras  
de deficiência mental
- 49 Leitura e Alfabetização: Uma questão de Méto-  
dos, Estratégias e Cuidados Especiais
- 52 A importância da avaliação no processo  
ensino-aprendizagem

## Ciências Contábeis

- 56 Capital intelectual: e a nova lei das socieda-  
des anônimas (S/A's) - um estudo introdutório
- 61 Contabilidade e Tecnologia da Informação: uma  
parceria em constante evolução
- 66 A importância da gestão de pessoas e o pa-  
pel do líder para o sucesso das organizações:  
um estudo bibliográfico
- 71 Fluxo de caixa como importante ferramenta  
na tomada de decisões - um estudo bibliográ-  
fico
- 76 Gestão do conhecimento: recurso estratégi-  
co baseado no conhecimento
- 80 Capital intelectual o desafio do século
- 83 Marketing: uma contribuição estratégica para  
o sucesso da contabilidade
- 88 Consultoria: um estudo exploratório na região  
de Pereira Barreto - SP
- 92 Responsabilidade social: gestão estratégica  
exercitando a cidadania
- 96 Ecomarketing: sob visão do consumidores de  
Pereira Barreto/SP
- 99 Processo licitatório modalidade pregão  
presencial e pregão eletrônico
- 103 Extinção da contribuição provisória sobre a  
movimentação financeira e privacidade do ci-  
dadão
- 107 As necessidades do treinamento e desenvol-  
vimento

## **FUTURA MENTE**

ISSN 1679-9305

Revista Científica FIU

Edição nº 05 / 2007

*Os artigos apresentados pela revista são de responsabilidade dos orientadores dos cursos das FIU*

### **Conselho editorial**

Professores das FIU

Gizelda Maria Almeida de Oliveira

Marcos Luiz Berti

### **Idealização e coordenação**

Profª Gizelda Maria Almeida de Oliveira

### **Revisor de textos**

Prof. Marcos Luiz Berti

### **Capa**

André Cese Arantes

### **Diagramação e arte-final**

elabora design & publicidade

CNPJ 04.725.261/0001-20

### **Impressão**

Grafica A Moderna

CNPJ 54.508.258/0001-93

### **Tiragem**

500 exemplares

### **FIU - Faculdades**

#### **Integradas Urubupungá**

Av. Jonas Alves de Mello, 1660

CEP 15.370-000 Pereira Barreto - SP

Tel: (18) 3704-4242

Fax: (18) 3704-4222

## EDITORIAL

As Faculdades Integradas Urubupungá através da Coordenação do curso de Letras tem a satisfação de trazer ao público e particularmente aos estudantes e pesquisadores mais uma edição da Revista FUTURA MENTE destinada a mostrar produção de iniciação científica dos cursos que formam a nossa escola. É o resultado de reflexões, pesquisas e experiências de vários professores e alunos. A revista propõe uma integração entre os cursos no trabalho escolar como deve ser na sociedade em geral. Seu propósito é fornecer aos docentes e alunos textos de referência para a preparação científica, técnica e pedagógica.

Na sociedade brasileira contemporânea novas exigências são acrescentadas a todos em suas atividades. Esta revista investe na valorização da capacidade de nossos professores e alunos e assim propõe a discussão de temas que colaborem nas adequações das mudanças que estão acontecendo. É com a idéia de propor a discussão, o diálogo, o debate, o aceitar o outro que estamos juntos na busca do conhecimento e da verdade.

Prof. João de Altayr Domingues

Diretor Geral das FIU

# Poesia Modernista no Brasil

## – Estudando Cecília Meireles

**Autora:** Marcela Vilalva Negrini  
3º Letras

**Resumo:** Estudo da poesia modernista brasileira que foi desenvolvida a partir da década de 30. Os poetas desta geração tiveram preocupação social com a necessidade de compreender o mundo transformado pela guerra e pelas crises sucessivas, e fez com que procurassem a realidade, tentando entender o dinamismo das relações do homem com o universo habitado.

A poeta que este artigo propõe-se a analisar é Cecília Meireles, pois dedico-me a investigar a sua expressividade, seu simbolismo, seus ritmos, através da análise estilística, profunda e carinhosa, assim como são os poemas da autora, compreendendo o fascínio de sua obra durante o tempo e suas surpresas que aparecem em cada estudo feito.

**Palavras Chave:** Lirismo, sensibilidade, renúncia, compreensão do mundo da vida, intimismo, introspecção, viagem para dentro de si e consciência da transitoriedade das coisas.

O modernismo foi um movimento literário e artístico do início do século xx, cujo objetivo era

o rompimento com o tradicionalismo (parnasianismo, simbolismo e a arte acadêmica), a libertação estética, a experimentação constante e, principalmente, a independência cultural do país. Apesar da força do movimento literário modernista a base deste movimento se encontra nas artes plásticas com destaque para a pintura.

No Brasil, este movimento possui como marco simbólico a Semana da Arte Moderna, realizado em 1922, na cidade de São Paulo, devido ao centenário da Independência. No entanto, devemos nos lembrar que o modernismo já se mostrava presente muito antes do movimento de 1922. As primeiras mudanças na cultura brasileira, que tenderam para o modernismo, datam de 1913 com as obras do pintor Lasar Segall; e no ano de 1914, a pintora Anita Malfatti, recém chegada da Europa, provoca uma renovação artística com a exposição de seus quadros. A este período chamamos de Pré-Modernismo (1902-1922), no qual se destacam literariamente Lima Barreto, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Augusto dos Anjos; neste período ainda podemos notar influência de movimentos anteriores como o realismo/naturalismo,

parnasianismo e simbolismo.

A partir de 1922, com a Semana da Arte Moderna tem início o que chamamos de Primeira Fase do Modernismo ou Fase Heróica (1922-1930), esta fase caracteriza-se por um maior compromisso dos artistas com a renovação estética que beneficia pelas estreitas reações com as vanguardas europeias (cubismo, futurismo, surrealismo); Na literatura, há a criação de uma forma de linguagem, que rompe com o tradicional, transformando a forma como até então se escrevia; algumas dessas mudanças são: liberdade formal (utilização de verso livre, quase abandono das formas fixas – como o soneto, a fala coloquial, ausência de pontuação.), a valorização do cotidiano, a reescritura de textos do passado, e diversas outras; este período caracteriza-se também pela formação de grupos do movimento modernista: Pau Brasil, Antropófago, Verde amarelo, Grupo de Porto Alegre e Grupo Modernista Regionalista de Recife.

Na década de 30, temos o início do período conhecido como Segunda fase do modernismo ou fase de consolidação (1930-1945), que é caracterizado pelo predomínio da prosa e da ficção. A partir

deste período, os ideais difundidos, em 1922, espalham-se e normalizam os esforços anteriores para redefinir a linguagem artística que se une a um forte interesse pelas temáticas nacionalistas, percebe-se um amadurecimento nas obras dos autores da primeira fase, que continuam produzindo, e também o surgimento de novos poetas, entre eles, Carlos Drummond de Andrade.

Temos ainda a terceira fase do modernismo (1945 até 1960); alguns estudiosos consideram a fase de 45 até os dias de hoje como Pós-Modernista, no entanto, as fontes utilizadas para a confecção deste artigo, tratam como terceira fase do modernismo o período compreendido entre 1945 e 1960 e como tendências contemporâneas o período de 1960 até os dias de hoje. Nesta terceira fase, a prosa intimista e a prosa regionalista, com certa renovação formal, na poesia, tem a permanência de poetas da fase anterior, que se encontra em constante renovação, e a criação de um grupo de escritores que se autodenominam geração de 45, e que busca uma poesia mais equilibrada e séria, sendo chamados de neoparnasianos.

Cecília Meireles é o foco das reflexões literárias em questão, elencando, então, principais representantes do Pré-Modernismo e do modernismo no Brasil: Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Lima Barreto, Augusto dos Anjos, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Carlos D. de Andrade, Vinicius de Moraes,

Murilo Mendes, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Thiago de Melo, João Cabral de Melo Neto, Ledo Ivo, Ferreira Gullar, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Olavo Bilac, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Graça Aranha, Mário Quintana, Jorge Amado e Erico Veríssimo.

A ênfase volta-se, logo, a Cecília Meireles, que nasceu no Rio de Janeiro, em 1901 e faleceu na mesma cidade, no ano de 1964. Diplomou-se como professora pela Escola Normal (Instituto de Educação-RJ), em 1917. Além de se dedicar ao magistério primário, colaborou nos principais jornais cariocas e deu cursos de Literatura Brasileira nos Estados Unidos e no México. Premiada duas vezes pela Academia Brasileira de Letras. Suas principais obras são:

Poesia: *Espectros* (1919); *Nunca mais...* e *Poema dos poemas* (1923); *Baladas para El-rei* (1925); *Viagem* (1939); *Vaga música* (1942); *Mar absoluto* (1945); *Retrato natural* (1949); *Amor em Leonoreta* (1951); *Doze noturnos da Holanda e O aeronauta* (1952); *Romanceiro da Inconfidência* (1953); *Pequeno oratório de Santa Clara* (1955); *Pistóia, cemitério militar brasileiro* (1955); *Canções* (1956); *Romance de Santa Cecília* (1957); *Metal rosicler* (1960); *Poemas escritos na Índia* (1961); *Solombra* (1963); *Ou isto ou aquilo* (1965); *Crônica trovada* (1965). As duas últimas obras foram publicadas postumamente.

Publicou também crônicas, textos para teatro, prosa poética e ficção.

Cecília Meireles estréia, em 1919, com *Espectros*, livro de influências parnasianas; lança a seguir *Nunca mais...* e *Poema dos poemas* (1923) e *Baladas para El-rei* (1925), ambos de temática predominantemente mística e que refletem a sua ligação com o grupo espiritualista da revista *Festa*. Esses três primeiros livros seriam, mais tarde, postos de lado pela poetisa, que não os inclui na edição de sua Obra poética, coletânea de 1958.

Creemos, portanto, que Cecília Meireles preferiu tomar como ponto de partida de sua trajetória poética o livro *Viagem* (1939), pelo qual recebeu o prêmio da Academia Brasileira de Letras.

*Viagem*, livro que demonstra maior maturidade poética, apesar de se manter dentro dos padrões tradicionais, ultrapassa o primeiro momento do Modernismo brasileiro (anedótico e nacionalista). Ao gosto pela tradição, soma-se uma visão filosófica e universalizante. As indagações sobre a brevidade da vida, o sentido da existência, a solidão e a incompreensão humana, presentes em "*Viagem*", permaneceriam em quase toda sua obra, perpassada por um sentimento de pessimismo e desencanto.

Mergulhei fundo na obra de Cecília Meireles para a compreensão detalhada do lirismo, em seus poemas. Suas obras, desde a primeira leitura, deixou-me pensativa, pois abordam temas tão comuns para toda a humanidade, tais como a morte, o amor, a fugacidade da vida, a efemeridade dos tempos.

Após a leitura dos principais

livros da autora, resolvi selecionar um conjunto de poemas que pudesse ser significativo para a compreensão de sua obra. Desse modo, os poemas escolhidos foram publicados no livro *Viagem: Vaga música*. (Coleção Poesias, editora Nova Fronteira, 1982). Os poemas escolhidos remetem cada um com sua especificidade ao tema da viagem, apesar de construções e abordagens diferentes, sugerindo uma nova trajetória espiritual repleta de diferentes mártires.

Análise de Poemas:

### " Motivo "

*Eu canto porque o instante existe  
e a minha vida está completa  
Não sou alegre nem sou triste:  
sou poeta  
Irmão das coisas fugidias;  
não sinto gozo nem tormento.  
Atravesso noites e dias  
no vento.  
Se desmorono ou edifico,  
se permaneço ou me desfaço,  
- não sei, não sei. Não sei se fico  
ou se passo  
Sei que canto. E a canção é  
tudo.  
Tem sangue eterno a asa ritmada  
E um dia sei que estarei mudo:  
- Mais nada  
Logo que iniciamos a leitura do  
poema, notamos que é todo  
elaborado em primeira pessoa,  
trata-se do "eu" lírico, que se  
refere à subjetividade, ao íntimo,  
à descrição dos sentimentos: *Eu  
canto porque o instante existe / E  
a minha vida está completa*.  
Notamos, também, a presença*

*de subjetividade do "eu" lírico:  
Não sou alegre nem sou triste:  
Sou poeta.*"

No poema, como um todo, percebemos logo de início algumas das principais características da poesia de Cecília Meireles, tais como leveza e a delicadeza com que tematiza a passagem do tempo, a transitoriedade da vida e a fugacidade dos objetos, que parecem intocáveis em seus poemas, com uma linguagem altamente feminina, intuitiva e sensorial, decorrendo assim, um certo tom melancólico dos mesmos: " Irmão de coisas fugidias / Atravesso noites e dias no vento ".

Na primeira estrofe, o "eu" lírico dá importância ao tempo presente, à criação do seu poema. Afirma que o poeta declara os sentimentos para as pessoas, mas o poeta é imparcial.

No terceiro verso desta estrofe há uma antítese entre "alegre" X "triste". Entretanto, ao colocar as palavras "não" e "nem", o "eu" lírico dá um tom de indiferença, e de melancolia.

O "eu" lírico se contenta em ser apenas poeta, como afirma no quarto verso deste quarteto, apesar de a sua existência ser triste. Outra ocorrência importante e recorrente na obra de Cecília é o uso dos verbos "existir" e "ser", que sugerem o tom existencialista de Cecília Meireles.

Na segunda estrofe, chama a atenção ao valor que se dá às coisas passageiras, para que não nos prendamos a elas, pois passam como o vento. Deve-se agir como o poeta, que é livre, como o vento. Logo, não sente "gozo" nem "tor-

mento".

Na terceira estrofe, percebemos um conflito interior, uma dúvida do "eu" lírico, que não sabe qual decisão tomar: a de parar ou a de continuar. A dúvida com relação a sua existência permanece na repetição da expressão "Não sei". Ocorre uma antítese entre as formas verbais "fico" (terceiro verso) e "passo" (quarto verso), pois a transitoriedade da vida mais uma vez é questionada. As formas "fico" (terceiro verso) e "edifico" (primeiro verso) estão rimando e nós podemos pensar que, enquanto vivemos, edificamos algo na terra, de ordem espiritual ou material, mas quando "passamos", tudo se desfaz, como observamos na rima que acontece no segundo e no quarto versos.

Na quarta estrofe, o "eu" lírico reafirma a importância dada ao presente, ao tempo do "agora", iniciado na primeira estrofe, pois o poeta continua a cantar e diz que a canção é tudo, assim como o poema, porque são eternizados com o passar do tempo, assim como o voo ritmado das asas dos pássaros, enquanto que ele e nós somos finitos - um dia, ficaremos mudos e não seremos mais nada. A música, que muitos consideram desnecessária, será e é eterna, como o espírito.

Esse poema é todo elaborado em antíteses, o que se pode observar em: "alegre" x "triste"; "noite" x "dia"; "desmorono" x "edifico"; "permaneço" x "desfaço"; "fico" x "passo".

Percebemos, então, que o poema é uma metáfora que representa a fugacidade da vida e como

as pessoas a deixam passar, sem dar o real valor ao que realmente importa, também notamos a existência de um eufemismo nos terceiro e quarto versos da última estrofe, pois se evita a palavra morte, substituindo-a por uma expressão menos desagradável: "E um dia sei que estarei mudo: - Mais nada."

Nas últimas estrofes, podemos dizer que ocorre a gradação, ou seja, o encadeamento gradual dos termos relativos a uma idéia, que intensifica a dúvida do "eu" lírico sobre uma decisão a ser tomada: "Se desmorono ou se edifico, se permaneço ou me desfaço / não sei, não sei. Não sei se fico / ou passo."

Observamos a existência da rima rica, ou seja, rimas entre palavras de classes gramaticais diferentes, na primeira estrofe, o primeiro e terceiro versos e segundo e quarto versos. Também, na segunda estrofe, o primeiro e terceiro versos. No restante do poema, constata-se a presença da rima pobre, isto é, rimas com palavras de classes gramaticais semelhantes. A herança simbolista da poeta é reconhecida por essas métricas.

O poema *Motivo* é riquíssimo de significações e através da detecção dos fatos estilísticos vemos como a poetisa os utiliza com tanta propriedade, criando o seu estilo, que o torna único. O título *Motivo* pode significar uma esperança que o "eu" lírico sente para poder continuar vivendo, apesar de conscientemente saber que ela, a vida, é uma passagem para um outro plano desconhecido.

Outra opção poética fica as-

sim dimensionada através da poesia:

### "Retrato"

*Eu não tinha este rosto de hoje,  
assim calmo, assim triste, assim magro,  
nem estes olhos tão vazios,  
nem o lábio amargo*

*Eu não tinha estas mãos sem força,  
tão paradas e frias e mortas;  
eu não tinha este coração  
que nem se mostra.*

*Eu não dei por esta mudança,  
tão simples, tão certa, tão fácil:  
- em que espelho ficou perdida  
a minha face?*

No início da leitura do poema "Retrato", notamos também a presença da primeira pessoa, o "eu" lírico descrevendo o seu próprio rosto, esse rosto que ele não mais reconhece como sendo o seu, como nesse primeiro verso: *Eu não tinha esse rosto de hoje*, a idéia é intensificada pelo advérbio de negação e pelo pronome demonstrativo, que sugere a passagem de tempo, a transitoriedade da vida; e a melancolia do "eu" lírico ao fazer esta constatação, continuando no segundo verso, no qual há a repetição da palavra "assim", que indica uma mudança ocorrida tanto no íntimo, na personalidade, como em assim calmo, assim triste, quanto fisicamente, "assim magro".

Na terceira estrofe, a constatação continua na percepção dos olhos tão vazios, devido aos sofrimentos e experiências vi-

vidos e o lábio amargo, no quarto verso, dá continuidade a essa idéia. Ocorre uma anáfora, nome dado à figura que resulta quando se repete a mesma palavra ou frase no começo de vários versos, da palavra "nem" no início do terceiro e quarto versos desta primeira estrofe, na qual o "eu" lírico continua reiterando a sua negação da percepção de suas mudanças.

No primeiro verso da segunda estrofe, o "eu" lírico observa a mudança ocorrida, nas suas mãos, partes significativas e simbólicas do corpo e que simbolizam força e luta pela vida, no poema, esse hoje é sem força e já não se luta mais como nos tempos remotos, passados. O "eu" lírico continua descrevendo-as no segundo verso como tão paradas e frias e mortas, destacando-se o tom melancólico. Novamente, nesse verso, a repetição da conjunção "e" imprime lentidão ao ritmo do verso e sugere a passagem da vida para morte. Ainda, nesta estrofe, no terceiro verso, o eu lírico descreve seu coração, metáfora para os seus sentimentos, que, antes, eram mostrados, expostos e atualmente estão retraídos, escondidos, como é dito no quarto verso.

Ocorre, na segunda estrofe, uma anáfora, com a expressão "eu não tinha" que introduz o poema. É o "eu" lírico reafirmando a não percepção dessa passagem de tempo, o que provoca um sentimento de perplexidade.

Na terceira estrofe, no primeiro verso, o "eu" lírico percebe e assume que mudou fisicamente e interiormente e que isto foi tão simples, tão certa, tão fácil, como se

lê no segundo verso. Mais uma vez, o poeta fala-nos da transitoriedade da vida, dessa "passagem" para outro lugar, passagem esta que é universal, pois acontecerá com todos nós, sem saber quando, nem onde, e, mesmo assim, ficamos surpresos com isto. Há a repetição da palavra "tão" mostrando a certeza da evolução e o ritmo torna-se acelerado como a passagem da vida.

No penúltimo e último versos da última estrofe, há um questionamento "eu" lírico, que fica desejoso em saber em que momento ele perdeu a sua vitalidade. O poeta fala isso no poema metaforicamente: "espelho" seria o lugar, o momento; "face" seria a vida, a juventude.

Cecília Meireles, magnífica e líricamente, aborda o tema da passagem da vida e da sua transitoriedade de maneira filosófica, universal e simples, influências estas recebidas do grupo espiritualista ao qual pertenceu, o que aparece em toda a sua obra.

É interessante ressaltar que o poeta faz um jogo com as palavras "magro" (o segundo verso, primeira estrofe) e "amargo" (quarto verso, primeira estrofe). As letras da primeira aparecem inseridas e na segunda, como se o final da existência estivesse por pouco tempo e isso o deixa amargurado. Isto ocorre novamente em "mortas" (segundo verso, segunda estrofe) e "mostra" (quarto verso, segunda estrofe), significando que a morte sempre se mostra em nossa vida.

O poeta segue a estrutura de três estrofes e cada uma delas é composta por quatro versos, res-

quícios da influência simbolista e sua forma tradicional, nunca abandonadas por Cecília. Ela utiliza, principalmente, as assonâncias:

Eu não tinha este rosto de hoje /  
nem estes olhos tão vazios."

Dando-nos um sentimento e uma idéia de melancolia permanente. Usa também de aliteração de /r/ em: "tão paradas e frias e mortas..."

Nesses versos, indica-se o grande obstáculo que é a morte. Nota-se a musicalidade presente, fato característico no poema.

Também, notamos as impressões sensoriais sugeridas no poema., principalmente a imagem visual que surge com o uso das palavras "rosto", "calmo", "triste", "magro", "olhos", "lábio", "mãos", "espelho", "face" e a imagem do paladar e do tato em "amargo", "força", "parada", "fria", "morta", sugerindo que o corpo demonstra toda sua tristeza, toda a sua "passagem" desta vida para o desconhecido.

O título Retrato se encaixa perfeitamente ao poema porque a palavra simboliza algo estático, parado, eternizado e o "eu" lírico ansiava se eternizar, porém o tempo não permitiu e, por isso, ao final do poema se indaga em que momento de sua vida a sua juventude foi eternizada pela imobilidade, como acontece nos álbuns de família.

Finalmente, a opção converge à poesia: Seleção poética

### "Assovio"

Ninguém abra a sua porta  
para ver que aconteceu:

saímos de braço dado,  
a noite escura mais eu.

E ela não sabe o meu rumo,  
eu não lhe pergunto o seu:  
não posso perder mais nada,  
se o que houve já se perdeu.

Vou pelo braço da noite,  
levando tudo o que é meu:  
- a dor que os homens me  
deram, e a canção que Deus me  
deu.

O "eu" lírico pede às pessoas, ao mundo que não o incomodem e que não o questionem sobre as coisas passadas, passando este simbolizado pela palavra "porta", no primeiro e segundo versos, da primeira estrofe. Complementando-a o "eu" lírico conta-nos que a sua única companhia é a noite, cheia de mistério, de tristeza, de melancolia, sugerida pelo uso do pleonasma "noite escura" e o uso do advérbio de intensidade "mais", que reforçam a idéia dessa amizade. Outro fator intensificador é o uso do hipérbato, que é sugestivo dessa fortaleza, dessa união entre a noite e o "eu" lírico, observada nos últimos versos.

Na segunda estrofe, o "eu" lírico se contenta com a companhia da "noite", pois ambos não se questionam sobre o passado, o presente e menos ainda sobre o futuro, representado por "rumo".

O "eu" lírico afirma que não pode perder tempo em viver, visto que sua vida foi marcada por perdas humanas, irreversíveis. É importante, na finalização do terceiro e quarto versos, a presença das palavras "nada" e "perdeu", que reforça as perdas cita-

das anteriormente e o desejo de não permitir que elas continuem, quando diz, enfaticamente: "não posso perder mais nada".

Vimos que o "eu" lírico continua caminhando sozinho, apenas junto com a "noite", na terceira estrofe, carregando "tudo" o que está marcado em sua alma, que é a dor deixada pelos homens perdidos e passados em sua vida, mas que o sustentam de pé, de cabeça erguida e a sua vida dada por Deus. A vida é representada pela palavra "canção", que sugere algo passageiro e suave, como é o ritmo da vida, associada à figura de Deus, o único que pode tirá-la. Ressaltamos que a poetisa ao construir o terceiro verso utiliza o travessão para destacar a dor sofrida.

O poema é composto por três estrofes, cada uma delas com quatro versos. Ocorre a presença de rimas entre "aconteceu" e "eu" (primeira estrofe); "seu" e "perdeu" (segunda estrofe); "meu" e "deu" (terceira estrofe). O interessante é que, em todas as palavras no poema, está inserida a palavra "eu", presente na primeira estrofe, sugerindo a intensificação da dor, da figura do "eu" lírico a cada momento do caminho percorrido por ele durante a vida.

Apesar das palavras "nada" (terceiro verso, segunda estrofe) e "tudo" (segundo verso, terceira estrofe) estarem distantes uma da outra, entendemos que há uma antítese, para vermos o medo do "eu" lírico em perder o "tudo" que, neste instante, possui: a sua dor e a sua vida.

A "noite" é o único elemento

da natureza que surge na poesia para simbolizar a sua real companheira, que é personificada neste verso: "Vou pelo braço da noite".

O título *Assovio* nos indica algo passageiro, transitório e, ao mesmo tempo, musical, como a canção e a própria vida, apesar dos sofrimentos existenciais do ser humano.

### CONCLUSÃO

A análise das poesias de Cecília Meireles permitiu o estudo de algumas particularidades expressivas de sua obra, ressaltando-se a presença marcante da subjetividade em seu estilo. Num momento decisivo para o Modernismo, a obra cecilianiana parece sustentar as marcas do etéreo e do atemporal, do particular (o espiritualismo da autora, por exemplo) e do universal (a própria poesia). Esta subjetividade é universal, visto que os poemas parecem refletir no papel as dores e as angústias de toda a humanidade.

Além disso, Cecília Meireles nos faz refletir sobre existência, tão efêmera, traduzida por ela, que faz uso de imagens sensoriais para a visualidade poética de seus temas.

O vocabulário utilizado é simples, assim como a sintaxe, apesar de ser notória a vasta cultura da poetisa. Mas, mesmo simples, é repleto de simbolismo, no qual o leitor deve ater-se aos detalhes que compõem o grande fio que liga as palavras e os vários sentidos sugeridos no texto.

A natureza metaforiza a nossa condição de humanos, portanto efêmeros, mas eternos.

Este trabalho teve a intenção de mostrar o estudo de alguns poemas dessa poeta, que fascina qualquer pessoa, leitora de sua arte pela primeira vez, através dos temas abordados e tão ligados a sua vida pessoal, também o seu estilo, presente na organização poética, nas combinações de palavras e sons.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MEIRELES, Cecília. Viagem; Vaga Música. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982. (Coleção Poesis).
- \_\_\_\_\_. Flor de poemas. Notícia biográfica, bibliografia e estudo crítico de Darcy Damasceno. 6a ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984. (Coleção Poesis).
- \_\_\_\_\_. Literatura Comentada. São Paulo: Abril, 1980.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário. Poesia e Estilo de Cecília Meireles. Rio de Janeiro : José Olympio, 1970.
- BARBADINHO NETO, Raimundo. "Os escritores modernistas brasileiros diante do problema da língua". In: Antologia de textos do Modernismo. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1982.
- DAMASCENO, Darcy. Cecília Meireles: O Mundo Contemplado. Rio de Janeiro : Orfeu, 1967.
- TAVARES, Hênio. Teoria Literária. 4a ed. Lisboa : Bernardo Álvares S.A., 1969.

# A ótica modernista e a essência de Cecília Meireles e Manuel Bandeira

Tiago César Duranti  
 anjo\_douto@hotmail.com

**Resumo:** O modernismo brasileiro foi um amplo movimento cultural, nele, Cecília Meireles e Manuel Bandeira apresentam suas relações em comum e suas essências.

**Palavras chaves:** Modernismo, intertextualização, essencialidade.

## O modernismo no Brasil

O modernismo brasileiro foi um amplo movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

O modernismo resultou, em grande parte, da assimilação de novas tendências artísticas e culturais lançadas pelas vanguardas européias, anteriormente, a Primeira Guerra Mundial. Assim, os modernistas, no Brasil, tenderam, portanto, a filtrar a influência de seus colegas europeus, e a rearranjar os elementos artísticos provindos de fora, de modo a ajustá-los às singularidades culturais do Brasil. O impacto mais notável do modernismo deu-se no campo da literatura e das artes plásticas.

Tradicionalmente, considera-se a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, em 1922, o ponto de partida do modernismo no

Brasil.

Didaticamente, divide-se o modernismo em três fases: a primeira fase, mais radical e fortemente oposta a tudo que foi anterior, cheia de irreverência e escândalo, uma segunda mais amena, que formou grandes romancistas e poetas, e uma terceira também chamada Pós-modernismo por vários autores, que se opunha, de certo modo, à primeira e era, por isso, ridicularizada com o apelido de neoparnasianismo.

## Cecília Meireles

Cecília Meireles estreita a relação da poesia com o imaginário popular no que ele tem de mais expressivo: sua musicalidade. Passadas mais de três décadas, desde o início do movimento modernista brasileiro, Cecília não busca uma ruptura com o passado, mas uma modernização contínua, assentada no passado e reticente quanto ao futuro.

Presença marcante, que deixou uma obra poética única, que traz prazer e indagação. A poesia que a artista constrói expressa na melancolia a busca por uma outra realidade, em que seja possível a comunicação entre os seres e a primazia do sonho.

## Manuel Bandeira

Manuel consolida um novo caminho a ser trilhado pela poesia.

Foi, dentre os autores da primeira geração modernista, o único que conseguiu produzir uma poesia que, embora refletisse as transformações estéticas do movimento, transcendia seus limites históricos e refletia sobre angústias e conflitos de natureza universal, como o amor, a paixão pela vida, a saudade de uma infância idealizada e o medo da morte.

## A ótica modernista

Cecília e Manuel são autores modernistas, assim, ambos seguem uma linha ótica na qual podemos intertextualizá-los em alguns códigos estéticos; como a transitoriedade e a utilização que fazem das formas livres, tanto no que diz respeito à métrica quanto à rima.

Na transitoriedade de Cecília Meireles, vemos que a fugacidade do tempo, a precariedade dos seres motivam também na consideração do trânsito humano que busca o eterno no transitório, o transcendente no contingente e do milênio no minuto.

Já Manuel Bandeira apresenta-nos uma poesia de pequeninos nadas, com desesperança e uma vazia inutilidade mesclada com o conformismo do cotidiano.

Adentrando aos textos poéticos exemplificativos temos:  
 De Cecília Meireles:

**Retrato**

*Eu não tinha este rosto de hoje,*

*Assim calmo, assim triste, assim magro,*

*Nem esses olhos tão vazios  
Nem o lábio amargo*

*Eu não tinha estas mãos sem força*

*Tão paradas e frias e mortas  
Eu não tinha este coração  
Que nem se mostra.*

*Eu não dei por esta mudança,*

*Tão simples, tão certa, tão fácil:*

*— Em que espelho ficou perdida a minha face?*

De Manuel Bandeira:

**O anel de vidro**

*Aquele pequenino anel que tu me deste*

*— Aí de mim\_ era vidro e logo se quebrou...*

*Assim também o eterno amor que prometeste,*

*— Eterno! Era bem pouco e cedo se acabou.*

*Frágil penhor que foi do amor que me tiveste,*

*Símbolo da afeição que o tempo aniquilou\_*

*Aquele pequenino anel que tu me deste,*

*— Aí de mim\_ era vidro e logo se quebrou...*

*Não me turbou, porém, o despeito que investe*

*Gritando maldições contra aquilo que amou.*

*De ti conservo na alma a saudade celeste...*

*Como também guardei o pó que me ficou*

*Daquele pequenino anel que tu me deste...*

Outra característica modernista é a utilização que fazem das formas livres, tanto no que diz respeito à rima quanto à métrica, esses recursos são meros auxílios fonéticos. Os escritores relatavam os textos despreocupados com os versos e o ritmo.

Em Cecília Meireles, vemos isto em um grupo de poesias chamado Romance de Santa Cecília.

...

*Que era de família pátria,*

*Leve de voz, suave de cara.*

*Estas pedras viram seus*

*olhos*

*Sua figura, delicada*

*Nestes etéreos aposentos*

*Em santidade se inclinava*

*O tempo era cheio de horrores,*

*De perseguições e desgraças;*

*Mas os anjos que aqui se encontram*

*Servos foram de sua graça:*

...

De Manuel Bandeira:

**Poética**

*Estou farto do lirismo comedido*

*Do lirismo bem comportado*

*Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao sr. diretor.*

*Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o cu-*

*nho vernáculo de um vocábulo*

*Abaixo os puristas*

*Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais*

*Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção*

*Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis*

*Estou farto do lirismo namorador*

*Político*

*Raquítico*

*Sifilitico*

*De todo lirismo que capitula ao que quer que seja fora de si mesmo.*

*De resto não é lirismo*

*Será contabilidade tabela de co-senos secretário do amante*

*Exemplar com cem modelos de cartas e as diferentes maneiras de agradar às mulheres, ect.*

*Quero antes o lirismo dos loucos*

*O lirismo dos bêbados*

*O lirismo difícil e pungente dos bêbados*

*O lirismo dos clowns de Shakespeare*

*— Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.*

**A essencialidade**

Cada autor segue sua especificidade, fazendo seu próprio caminho, trilhando suas singularidades, construindo sua identidade, fazendo com que sejam únicos.

Assim, os códigos estéticos presentes na poesia de Cecília Meireles a serem analisados são: Musicalidade, fugacidade e valorização subjetivista. Em Manuel

Bandeira, os códigos estéticos apresentados são: humildade, carnavalização e saudosismo.

Adentrando na essência de Cecília, inicialmente vemos a musicalidade, onde a poeta avança pisando devagarinho, impondo-se não pela grandiloquência, mas pela linguagem apurada, pela construção de versos com sonoridade intensa e emoção contida melodicamente, sutil, e ainda assim cortante. Ao texto explicativo temos Canção:

### Canção

*Pus meu sonho num navio  
e o navio em cima do mar  
\_ depois abri o mar com as  
mãos  
para o meu sonho naufragar.*

*Minhas mãos ainda estão  
molhadas  
do azul das ondas entreabertas,  
e a cor que escorre dos meus  
dedos  
colore as areias desertas.*

*O vento vem vindo de longe  
a noite se curva de frio;  
debaixo da água vai morrendo  
meu sonho dentro de um navio...*

*Chorarei quanto for preciso,  
para fazer com que o mar  
cresça  
Meu navio chegue ao fundo  
E meu sonho desapareça*

*Depois tudo estará perfeito:  
Praias lisas, águas ordenadas,  
Meus olhos secos como pedras*

*E minhas duas mãos quebradas.*

A seguir, chegamos na fugacidade, em que a vida é transitoriedade e desengano, brilho que logo esmaece e se apaga. A inapelável passagem de tempo, a precariedade dos seres motivam, também, na consideração do trânsito humano pelo planeta onde o mundo é um turbilhão de aparências onde tudo passa, até os pensamentos. Ao texto exemplificativo temos um poema de um grupo de poesias chamado Canções.

*Dos campos do Relativo  
escapei.  
Se perguntam como vivo,  
que direi?*

*De um salto firme e  
tremendo,  
- tão de além! -  
Chega-se onde estou  
vivendo  
Sem ninguém.*

*Gostava de estar contigo:  
mas fugi.  
hoje, o que sonho, contigo,  
já sem ti.*

*Verei, como quem  
sempre ama,  
Que te vais.  
Não se solta, não se chama  
Nunca mais.*

*Os Campos do Relativo  
serão teus.  
Se perguntam como vivo?  
\_ De adeus.*

Continuando, chegamos na Valorização Subjetivista, em que todos os fatos e acontecimentos são em função do eu e para o eu. A maioria dos verbos são em pri-

meira pessoa e os pronomes possessivos meu, meus, minha e minhas aparecem com bastante frequência. Também é possível vermos a adjetivação subjetiva onde a autora atribui características ao eu. Ao texto explicativo, temos o grupo de poesias intitulado Canções.

*Assim moro em meu sonho:  
Como um peixe no mar.  
O que sou é o que vejo.  
Vejo e sou meu olhar.*

*Água é o meu próprio corpo,  
Simplesmente mais denso.  
E meu corpo é minha alma,  
E o que sinto é o que penso.*

*Assim vou no meu sonho.  
Se outra fui, se perdeu.  
É o mundo que me envolve?  
Ou sou contorno seu?*

*Não é noite nem dia,  
Não é morte nem vida:  
É viagem noutro mapa,  
Sem volta nem partida.*

*Ó céu da liberdade,  
Por onde o coração  
Já nem sofre, sabendo  
Que bateu sempre em vão.*

Já, em Manuel Bandeira, primeiramente, vemos a humildade em que a capacidade de ver as cenas mais prosaicas e as situações mais banais do dia-a-dia e de recriá-las, poeticamente, por meio de lentes líricas da simplicidade com uma ternura infinita, sua grande virtude já que no humilde encontra-se o sublime. Ao texto exemplificativo temos:

### Madrigal Melancólico

*O que eu adoro em ti,  
Não é a tua beleza.*

*A beleza, é em nós que ela existe. A beleza é um conceito. E a beleza é triste. Não é triste em si, Mas pelo que há nela de fragilidade e de incerteza.*

*O que eu adoro em ti, Não é a inteligência. Não é o teu espírito sutil, Tão ágil, tão luminoso, - Ave solta no céu matinal da montanha. Nem é a tua ciência Do coração dos homens e das coisas.*

*O que eu adoro em ti, Não é a tua graça musical, Sucessiva e renovada a cada momento, Graça aérea como o teu próprio pensamento, Graça que perturba e que satisfaz.*

*O que eu adoro em ti, Não é a mãe que já perdi. Não é a irmã que já perdi. E meu pai.*

*O que eu adoro em tua natureza, Não é o profundo instinto maternal Em teu flanco aberto como uma ferida, Nem a tua pureza. Nem a tua impureza. O que adoro em ti - lastima-me e consola-me! O que eu adoro em ti, é a vida.*

A seguir adentramos na fase carnavalesca em que o poeta propõe-se a alcançar a distância que vai da aspiração a realidade por meio da boemia de noitadas, festas e bares. É comovente ver o autor realizar no mundo imaginário, onde se refugiou de suas derrotas, justamente ações que com-

põem a rotina de uma pessoa sadia. Adentrando ao texto exemplificativo temos:

### **Vou-me embora pra Pasárgada**

*Vou-me embora pra Pasárgada Lá sou amigo do rei Lá tenho a mulher que eu quero Na cama que escolherei Vou-me embora pra Pasárgada*

*Vou-me embora pra Pasárgada Aqui eu não sou feliz Lá a existência é uma aventura De tal modo que inconseqüente Que Joana a Louca e falsa demente Vem a ser contraparente Da nora que nunca tive*

*E como andarei de bicicleta Montarei em burro brabo Subirei no pau-de-sebo Tomarei banhos de mar! E quando estiver cansado Deito na beira do rio Mando chamar mãe-d'água Pra me contar as histórias Que no tempo de eu menino Rosa vinha me contar Vou-me embora pra Pasárgada*

*Em Pasárgada tem tudo É outra civilização Tem um processo seguro De impedir a concepção Tem telefone automático Tem alcaóide à vontade Tem prostitutas bonitas Para a gente namorar*

*E quando eu estiver mais triste Mas triste de não ter jeito Quando de noite me der Vontade de me matar - lá sou amigo do rei - Terei a mulher que eu quero Na cama que escolherei Vou-me embora pra Pasárgada.*

Por fim, adentramos no memorialismo de Manuel Bandeira, aqui, observamos que o poeta faz evocações de terras distantes, lugares onde viveu em sua infância e juventude, de familiares, da natureza e do mar. Ao texto exemplificativo há:

### **Infância**

*Corrida de ciclistas. Só me lembro de um bambual debruçado no rio. Três anos? Foi em Petrópolis.*

*Procuo mais longe em minhas reminiscências. Quem me dera recordar a tela negra de minh'ama de leite... ... meus olhos não conseguem romper os ruços definitivos do tempo.*

*Ainda em Petrópolis... um pátio de hotel... brinquedos pelo chão...*

*Depois a casa de São Paulo. Miguel Guimarães, alegre, míope e mefistofélico, Tirando relóginhos de plaqué da concha de minha orelha.*

*O urubu pousado no muro do quintal. Fabrico uma trombeta de papel.*

*Comando... O urubu obedece. Fujo, aterrado do meu primeiro gesto de magia.*

*Depois... a praia de Santos... Corridas em círculos riscados na areia...*

*Outra vez Miguel Guimarães, juiz de chegada, com os seus presentinhos.*

*A ratazana enorme apanhada na ratoeira.*

Outro bambuzal...  
O que inspirou a meu irmão o  
seu único poema:

"eu ia por um caminho,  
Encontrei um maracatu.  
O qual vinha direitinho  
Pelas flechas de um bambu."

As marés de equinócio.  
O jardim submerso...  
Meu tio Cláudio erguendo do  
chão uma ponta de mastro destro-  
çado.

Poesia dos naufrágios!

Depois Petrópolis novamente.  
Eu, junto do tanque, de linha  
amarrada no incisivo de leite, sem  
coragem de puxar.

Véspera de natal... os chine-  
los atrás da porta...

É a manhã seguinte, na cama,  
deslumbrado com os brinquedos  
trazidos pela fada.

E a chácara da Gávea?  
E a casa da Rua Don'Ana?

Boy, o primeiro cachorro.  
Não haveria outro nome de-  
pois  
(Em casa até as cadelas se  
chamavam Boy)

Medo de gatinhos...  
Para mim eram homens com  
cara de pau.

A volta a Pernambuco!  
Descoberta dos casarões de  
telha-vã.

Meu avô materno – um san-  
to...

Minha avó batalhadora.

A casa da Rua da união.  
O pátio – núcleo de poesia.  
O banheiro – núcleo de poe-  
sia.

O cambrone – núcleo de poe-  
sia  
( "La fraîcheur des latrines!").

A alcova de música – núcleo  
de mistério.

Tapetinhos de peles de ani-  
mais.

Ninguém nunca ia lá... silen-  
cio... obscuridade...

O piano de armário, teclas  
amarelecidas, cordas desafinadas.

Descoberta da rua!  
Os vendedores a domicílio.  
Aí mundo dos papagaios de  
papel, dos piões, da amarelinha!

Uma noite a menina me tirou  
da roda de coelho-sai,  
[Me levou, imperiosa e ofe-  
gante, para um desvão  
[Da casa de Dona Aninha  
Viegas, levantou a  
[Sainha e disse mete.

Depois me avô... descoberta  
da morte!

Com dez anos vim para o Rio.  
Conhecia a vida em suas ver-  
dades essenciais.

Estava maduro para o sofri-  
mento

E para a poesia.

Finalmente, resta comentar  
que o modernismo brasileiro foi um  
amplo movimento cultural no sé-  
culo XX e que Cecília Meireles e  
Manuel Bandeira são autores mo-  
dernistas que seguem uma linha  
ótica comum, entretanto também  
apresentam suas especificidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIRELES, Cecília, *Canções*.  
Rio de Janeiro, Nova Fronteira,  
2005.

MEIRELES, Cecília, *Viagem e  
Vaga Música*. Rio de Janeiro, Nova  
Fronteira, 2006.

BANDEIRA, Manuel, *Estrela  
da vida inteira*. Rio de Janeiro, José  
Olympio, 1988.

ABAURRE, Maria Luiza,  
PONTARA, Marcela Nogueira,  
FADEL, Tatiane, *Português língua  
e literatura*. São Paulo, Moderna,  
2000.



**Faculdades Integradas Urubupungá**  
PEREIRA BARRETO-SP

**Letras**

O profissional é pesquisador, o professor de línguas. Sua atividade é estudar e ensinar Português, Inglês, assim como a suas literaturas. Vive no Universo da comunicação. O profissional formado em Letras ministra aulas de Português, Inglês e suas Literaturas. Pode ainda exercer atividades em empresas, redigindo e fazendo revisão de textos. O ato de escrever exige raciocínio.

# A Literatura de Cordel e a obra de Patativa do Assaré

**Autora:** Cássia dos Santos Oliveira  
3ª Letras

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo contar a história, a origem e as características da literatura de cordel por meio da obra de Patativa do Assaré, que retrata a valentia do povo nordestino, escrevendo poemas de características épicas da idade média.

**Palavras-Chave:** Musicalidade, oralidade, cotidiano, simplicidade, protesto e divisão cultural.

Existem relatos que na época dos povos conquistadores Greco-romanos, fenícios e saxões a literatura de cordel, ou literatura popular em verso, como também é reconhecida, já apresentava aos leitores para ser apreciada. Esse tipo de literatura já existia na cultura antiga e chegou a Portugal e a Espanha por volta do século XVI.

Sabe-se que ela foi adotada em Portugal e a partir do século XVIII trazida por nossos colonizadores, seu início está relacionado aos primeiros romances ou novelas de cavalaria, que contavam histórias de amor, aventuras e conquistas marítimas.

Proença (1976, p.28) afirma "... pode-se dizer também que este tipo de poesia está relacionado ao romanceiro popular". Essa afirmação dá-se pela forma de apresentação do cordel, romances narrados em forma de poesia.

O próprio nome "literatura de cordel" veio de Portugal por se tratar de folhas de papel presas por um cordão, comumente conhecidas por "folhas volantes" (folhas soltas), comercializadas em feiras ou praças.

Nos folhetos apresentavam poesia, cenas de teatro como por exemplo as de Gil Vicente, e a história do imperador Carlos Magno. Seus versos eram memorizados e cantados pelas pessoas que os vendiam, em sua maioria deficientes visuais.

A partir de sua difusão por toda Europa, a literatura de cordel foi introduzida nos continentes à medida que os portugueses foram colonizando terras por eles conquistadas.

Trazida por nossos colonizadores, instalou-se na Bahia, até o estado do Maranhão, tornando-se até hoje, parte da cultura brasileira e tipicamente nordestina.

Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, ambos paraibanos, são responsáveis pelos primeiros folhetos de cordel que se tem notícia.

Quando falamos em literatura de cordel, podemos nos referir somente às folhas de papel expostas num barbante, ela também está relacionada às xilogravuras.

A xilogravura é uma técnica da cultura portuguesa vinda para o Brasil, e se desenvolveu do cordel,

consistindo na reprodução de imagens esculpidas em madeira e envolvidas por uma camada de tinta que em seguida, é impressa no papel, como se fosse um carimbo, ilustrando os versos. Essa arte permite ao artista o domínio de todo o processo na confecção dos folhetos. Os maiores centros de produção de xilogravuras estão nos estados de Pernambuco e Ceará.

Outra forma popular muito apreciada para apresentação dos cordéis, no Brasil, são os repentistas, ou cantadores nordestinos, que cantam e tocam instrumentos em ritmo rimado, utilizando-se da embolada e da métrica, garantindo beleza e musicalidade aos versos.

Segundo Proença (1976, p.37) "Normalmente, o cantador não precisa de boa voz, canta acima do tom em que está afinado o seu instrumento, não se preocupa com o compasso musical e sim com a cadência dos versos".

Através dos cordelistas, o povo teve acesso às obras que, até então, só eram apreciadas pelas camadas sociais mais ricas, tais como: Amor de Perdição, Iracema, O guarani e Romeu e Julieta. Proença (1976, p.40) afirma que eram encontrados nas feiras e praças.

Os cordelistas escrevem os versos para si ou para terceiros cantarem e depois transferem para o papel. Geralmente, as histórias são oriundas de fatos presencia-

dos por eles ou frutos de sua imaginação e se baseiam no folclore brasileiro, ou até mesmo em problemas sociais, esses autores, em sua maioria, quase analfabetos têm papel importante na divulgação de cultura às camadas mais pobres.

Entre os grandes nomes da Literatura de Cordel destacam-se: Leandro Gomes de Barros, Ariano Suassuna, Gonçalo Ferreira da Silva entre outros, destacarei a obra de Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, nome ao qual foi inspirado num pássaro de penas plúmbeas, asas e caudas pretas, que habitava a caatinga e matas do nordeste, o qual encanta com seu canto, e Assaré vem de sua cidade natal no sertão nordestino.

Filho dos agricultores, Pedro Gonçalves da Silva e de Maria Pereira da Silva, e seus irmãos: José, Pedro, Joaquim e Maria.

Nosso poeta nasceu em nove de março de 1909, e foi criado na roça onde ele e a família trabalhavam no ofício da enxada e, sem condições de estudar, permaneceu analfabeto, "sem saber as letras de onde morava", como disse em uma de suas obras.

Aos cinco anos, Patativa já exercitava seus primeiros versos, apesar da infância triste. Perdeu o pai aos oito anos de idade e, também, a visão direita, em consequência de uma doença chamada por ele "mal d'olhos".

Seus poemas são voltados a denunciar injustiças sociais e a política da conhecida indústria da seca, que não amparava o povo nordestino sofrido e que lutava pela sobrevivência numa região de condições climáticas desfavoráveis, e nunca perdia a perseverança, problema abordado na música "Cabra da Peste" dizendo:

*"Eu sou de uma terra que o povo padece.  
Mas não esmorece e procura vencer.  
Da terra querida, que a linda cabocla  
De riso na boca zomba no sofrê.  
Não nego meu sangue, não nego meu nome  
Olho para a fome, pergunto: que há?  
Sou cabra da Peste, sou do Ceará".*

Aos doze anos de idade, foi estudar numa escola local, porém ficou poucos meses, em decorrência de suas dificuldades pessoais. Em 1956, escreveu seu primeiro livro de poesias "Inspiração Nordeste", após este escreveu muitos outros de grande sucesso.

Suas primeiras obras: Inspiração Nordeste (1956), Inspiração Nordeste - Cantos de Patativa (1967) Cante lá que eu canto cá (1978), Espinho e Fulô (1988), Balceiro Patativa do Assaré e outros Poetas (1991), Cordéis (1993), Aqui tem Coisa (1994), Biblioteca do Cordel: Patativa do Assaré (2000), Balceiro 2 - Patativa e outros Poetas de Assaré (2001) e Ao pé da mesa (2001).

As características estéticas de sua obra destacam-se: a musicalidade como um fator mais importante que a própria rima, sendo a estrutura fonética e a oralidade extremamente indispensáveis, por exemplo, "cascavé, arve, muié". Retrata circunstancialidades da vida, criando uma imagem cinematográfica na cabeça do leitor, relatando as frustrações do nordestino, em seu pequeno mundo rural.

Poesias carregadas de dor lamento, e características épicas da Idade Média, porém retratadas

com muita simplicidade e sentimentos ingênuos, mas que chamam a atenção do leitor para os problemas sociais, como a questão da pobreza x dinheiro.

Dentre muitas poesias de sucesso, foi escolhida uma que pudesse mostrar um pouquinho de seu talento representando em "Realidade da Vida".

### " Realidade da Vida "

*Na minha infância adorada  
meu avô sempre contava  
muita história engraçada  
e de todas eu gostava.  
Mas uma delas havia  
com maiô filosofia,  
e eu como poeta sou  
e só rimando converso,  
vou aqui contá em verso  
o que ele em prosa contou.  
Rico, orgulhoso, profano,  
reflita no bem comum.  
veja os direitos humano,  
as razão de cada um.  
Da nossa vida terrena,  
dessa vida tão pequena,  
a beleza não destrua.  
O direito do banqueiro  
é o direito do trapeiro  
que apanha os trapo na rua.  
Pra que vaidade e orgulho?  
Pra que tanta confusão,  
Guerra, questão e barulho  
Dos irmão contra os irmão?  
Pra que tanto preconceito?  
Vivê assim desse jeito,  
Esta existência é perdida.  
Vou um exemplo mostrá  
A realidade da vida.*

*Quando Deus nosso Sinhô  
Foi fazê seus animá  
Fez o burro e lhe falou:  
Tua sentença eu vou dá  
Tu tem que ser escravizado  
Levando as costas pesado  
Conforme teu dono queria  
E sujeito a toda hora*

Aos fino dente da espora,  
Mais a brida e a cortadeira.

Tu tem que a vida passá  
Com esta dura sentença  
E por isso eu vou te dá  
Uma pequena existência,  
Jáque em tuas carnes tora  
Brida, cortadeira espora,  
E é digno de piedade  
E cruel teu padecê  
Para tanto não sofrê  
Te dou trinta ano de idade.

O burro ergueu a orelha  
E ficou a lamentá:  
- Meu Deus, ô sentença feia  
Esta que o Senhor me dá  
Levando os costas pesado,  
E de espora culucado,  
Trinta anos quem agüenta?  
E mais outras coisa loca,  
A brida na minha boca  
E a cortadeira na venta?

Vivê trinta anos de idade  
Desse jeito é um castigo.  
E é grande a perversidade  
Que o meu dono faz comigo.  
E além desse escangalho,  
Me bota mais um chocalho,  
Que é pra quando eu me sortá  
De longe ele ouvi o tom?  
Dez ano pra mim ta bom,  
Tenha dó de meu pená!

A Divina Majestade  
Fez o que o burro queria,  
Dando os dez ano de idade  
Da forma que ele pedia  
Mode segui seu destino.  
E o nosso artista divino  
A quem pode se chamá  
De artista, santo e perfeito,  
Continuou satisfeito  
Fazendo mais animá.

Fez a cachorro e ordenou:  
Tu vai trabalhá bastante,  
De dono e superiô  
Será guarda vigilante

Tem que a ele acompanhá,  
Fazendo o que ele mandá  
Nas arriscada aventura,  
Até fazendo caçoada  
Dentro da mata fechada  
Nas trevas da noite escura.

Tu tem que se sentinela  
Da morada do teu dono,  
Pra nunca ele ficá  
No perigo e no abandono.  
Tem que sê amigo exato,  
Na casa e também no mato,  
Mesmo com dificuldade,  
Subindo e descendo morro,  
Teu nome é sempre cachorro  
E vinte ano é a tua idade.

Quando o cachorro escutou  
Aquela declaração,  
Disse bem triste: - Sinhô,  
Tenha de mim compaixão!  
Eu desgraço meu focinho  
Entre pedra, tronco e espinho  
Pela mata farejá,  
Ficando sujeito até a presa da  
cascavé  
E unha de tamanduá.

Vinte ano nesse serviço  
Sei que não posso agüenta  
É grande meu sacrifício  
Não posso nem descansá  
Sendo da casa o vigia,  
Trabaiando noite e dia  
Neste grande labacé,  
Tenha de mim piedade,  
Dos vinte eu quero a metade,  
E os dez dê a quem quisé.

O cachorro se alegrou  
E ficou muito feliz  
Porque o Sinhô concordou  
Da maneira que ele quis  
Ficou bastante contente  
E o Deu Pai Onipotente  
Fez o macaco em seguida  
E depois da explicação  
Qual a sua obrigação,  
Lhe deu trinta ano de vida.

E lhe disse: O teu trabalho  
É sempre fazê careta  
Pulando de galho em galho  
Com as maió pirueta.  
Tu tem que sê buliçoso,  
Fazendo malicioso  
Careta pra todo lado,  
Pulando, sempre pulando  
Muita vez até ficando  
Pela cauda pendurado.

O m acaco ouviu aflito  
E ficou cheio de espanto  
Deu três pulo e deu três grito,  
Se coçou, por todo canto  
E disse: Que sorte preta,  
Pulando e a fazê careta,  
Trinta ano, assim eu me aca  
bo  
Sinhô, será que eu não caio  
Lá da pontinha do galho  
Pendurado pelo galho?

É bem triste a minha sina,  
Trinta ano de cambalhota.  
Com esta cintura fina,  
a minha força de esgota  
o divina majestade,  
me desculpe esta verdade,  
mas vejo que é um capricho  
a idade que Deus me deu  
tire dez anos do meu  
pra idade doutro bicho.

Deus concordou e ele disse:  
\_ Já saí do aperreio!  
Fez diversas macaquices,  
Deu dez pinotes e meio,  
Agradecendo ao Sinhô.  
E o divino criadô .  
Com o seu sabê profundo,  
Lhe dando o esboço e o nome  
E o mesmo entregou o mun  
do.

E lhe disse: - Esta riqueza  
É para tu governá,  
Toda essa imensa grandeza,  
Atendeu o pedido seu;  
Vive o homem até trinta ano  
A idade que Deus lhe deu

*De trinta até os cinqüenta  
A sua tarefa aumenta  
Vive cheio de canseira  
De família carregado,  
Levando as costas pesado,  
É burro nem que não quei  
ra.*

*De cinqüenta até até setenta  
Já não pode mandá brasa,  
Aqui e acolá se assenta  
Botando sentido à casa,  
Porque já força não tem,  
Vive neste vai-e-vem  
Do cargo que ele assumiu.  
Se encontra liberto e forro  
Ta na vida de cachorro  
Que ele mesmo a Deus pe  
diu.*

*De sessenta até setenta  
Já com a cara enrugada,  
Constantemente freqüenta  
Os prédio da filharada,  
Fazendo graça e carinho  
Para a turma der netinho,  
Beja neto e abraça neto  
Sentado mesmo no chão  
E naquela arrumação  
É um macaco completo.  
Rico, orgulhoso, profano,  
O espaço, a terra o má  
Vou te dá inteligência,  
Mas com a tua noção  
Use do grau de iguadade,  
Não faça perversidade,  
Não persiga teu irmão.*

*Nunca deixe te iludi  
Com ouro, prata e brilhante.  
Vivendo nesta atitude  
Serás dono da virtude  
Que é um dom da providên  
cia  
Pra bem feliz vivê  
E tudo isso resolvê,  
Trinta ano é a tua existência.*

*O homem inchou de vaidade  
E com egoísmo louco  
Gritou logo: - Majestade,*

*Trinta ano pra mim é pouco  
Vinte ano o burro enfeitou,  
Me dá pra mim Sinhô,  
Mode eu pudê sê feliz.  
Dez o cachorro não quis,  
Me dá que eu faço sessenta.  
E ainda mais me destaco,  
Eu quero os dez do macaco  
Mode eu completá setenta.*

*O nosso pai soberano  
Refleta o bem comum  
Veja os direitos humano,  
A razão de cada um  
Em vez de fraternidade,  
Pra que tanta vaidade,  
Orgulho enchendo o saco?  
Este exemplo está dizendo  
Que os home termina sendo  
Burro, cachorro e macaco."*

Entre muitas características estéticas presentes em "A realidade da vida", destacam-se a musicalidade, aspectos semânticos, conativos, protestos, a sina do ser humano e a dicotomia retratada pelo autor.

Para Patativa do Assaré, o ritmo tem papel mais importante que a rima, em suas poesias predominam uma pronúncia que mais se aproxima da regional popular, por isso ele também é conhecido como poeta da oralidade", como no exemplo "trabaiando noite e dia neste grande labacé, tenha de mim piedade, dos vinte eu quero a metade e os dez dê a quem quisé..."

Outra característica predominante é o uso de símbolos semânticos, no exemplo: "fez o burro e lhe falou, tua sentença eu vou te dá"; ou "fez o cachorro e ordenou, tu vai trabalhar bastante"; ou ainda, "o macaco ouviu aflito", estes três personagens são estilizados para contar uma fábula na mensagem do autor e esses três animais somos nós próprios, seres humanos, como que se

exemplifica no trecho: "Este exemplo ta dizendo, que os home termina sendo, burro, cachorro e macaco."

Patativa do Assaré ratifica a sina do homem sertanejo, retratando as cansativas jornadas de trabalho, o cotidiano massacrante e a resistência humana como: "Tu tem que a vida passá, com esta dura sentença, e por isso vou te dá, uma pequena existência."

A dicotomia é algo marcante, em suas obras, direcionada à divisão cultural entre ricos e pobres, e se voltando às pessoas escravizadas pelos bens materiais e o desrespeito aos valores humanos, como no exemplo: "O direito do banqueiro, é o direito do trapeiro que apanha os trapo na rua".

Através dos aspectos apresentados e seus exemplos podemos ter a noção da importância de Patativa do Assaré para a Literatura Brasileira, e que o mundo transmitido por ele, em suas obras, é um espelho da realidade humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PROENÇA, Ivã Cavalcante - A ideologia do Cordel

ASSARÉ, Patativa do, 1909, Uma voz no nordeste- São Paulo: Hedra, 2000 – biblioteca de cordel

Secretaria de Turismo e desporte Imprensa Oficial do Ceará - A realidade da vida. 1. Ed Fortaleza, , 1988.

Vertentes e Evolução de Literatura de Cordel.

[www.acic.com.br](http://www.acic.com.br)

# A Arte-terapia na Educação

**Autora:** Ana Maria Gomes  
Aluna do 1º Ano de Pedagogia

**Professora Orientadora:** Marialba da Glória Garcia Carneiro

**Resumo:** A Arte-terapia é um método diferenciado entre as práticas pedagógicas para ser trabalhado com o lúdico, tornando-se um instrumento importante para um melhor aproveitamento do ensino/aprendizagem.

**Palavras-chave:** motivação, estímulo, liberdade de expressão, desenvolvimento e habilidades.

## Introdução

A Educação passa por um processo de grandes mudanças. Processos que permitem aos educadores trabalharem de forma descontraída e diferenciada com os alunos.

A Arte-terapia é um método inovador e eficaz. Consiste na utilização da arte como forma de expressão, em que o aluno, consciente ou inconsciente se manifesta com liberdade. Através da Arte-terapia a subjetividade do sujeito se manifesta, possibilitando atividades desafiadoras. Diante dessa manifestação, o professor passa a ter condições para melhor conduzir e proporcionar, de forma eficaz, o entendimento e desenvolvimento do aluno.

Este trabalho tem como finalidade enriquecer o conhecimento do docente para melhor atuar através de práticas pedagógicas diferenciadas.

## Desenvolvimento

Sabemos que a aprendizagem depende diretamente da motivação como fator relevante e eficaz para o desenvolvimento do aluno. Cabe ao professor motivar e envolver seus alunos de tal forma que suas dificuldades sejam vistas por eles próprios, não como dificuldades, e sim como inteligência encapsulada, ou seja, o professor, ao constatar que o aluno tem dificuldade para se desenvolver e adquirir conhecimento, deve então passar a tratá-lo não somente como aluno, mas também como indivíduo.

A Arte-terapia proporciona ao professor/educador, um método eficaz para ajudar seus alunos a se expressarem fazendo com que, através da atividade criadora, possam manifestar o que há em seu interior consciente ou inconsciente.

Ao expressar-se através do desenho, da pintura, da modelagem, dança etc., o aluno possibilita ao professor que, de forma declarada ou não declarada, o ajude a vencer seus medos, suas dificuldades e a desenvolver suas habilidades.

O aluno, ao sentir-se livre para se manifestar através da atividade criadora, conseqüentemente, caminha um passo à frente para seu desenvolvimento.

A expressão artística da criança é apenas uma documentação de sua personalidade. Se sua personalidade for livre, flexível e desinibida, sua expressão artística será também livre, flexível e desinibida. Se for tensa, limitada e

inibida, sua expressão artística mostrará também essas mesmas características. (LOWENFELD, 1977, p.39).

Entre muitos objetivos, os mais importantes que a Arte-terapia propõe como método de ensino no ambiente escolar são:

- Estimular a criatividade e a imaginação.
- Desenvolver o pensamento crítico.
- Explorar novas formas de expressão.
- Possibilitar o autoconhecimento.
- Desenvolver o interesse e a concentração, melhorando o desempenho escolar.
- Auxiliar no tratamento de distúrbios de aprendizagem.
- Lidar com preconceitos e estimular a cooperação e o companheirismo entre alunos.

De acordo com as autoras TOSCANINI e BASSO, 2005:

*A escola é um passo fundamental na construção da identidade do indivíduo, por atuar de forma importante na formação de valores e princípios que nortearão a vida de seus alunos. Tal trabalho será realizado plenamente se essa atuação ocorrer em um ambiente que propicie a boa interação entre educadores e educando.*

*Para isso deve haver uma preocupação em relação à qualidade de vida de todas as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem. É necessário que se realizem atividades que possibilitem a integração entre os objetivos da escola, as necessidades dos alunos, a atu-*

*ação dos educadores e expectativas dos pais, sem esquecer-se do fundamental, que é a transformação de seus alunos e filhos em indivíduos conscientes, críticos e atuantes, que possam colaborar na conquista de uma melhor qualidade de vida para todos. É primordial também, a participação dos pais nos processos escolares; o papel da família no equilíbrio da criança, saber como lidar com o stress na vida cotidiana e como auxiliar seu filho com os desafios da vida.*

*É fundamental que a Arte-terapia, também seja atuante com os professores, coordenadores e colaboradores em geral, pois é necessário que haja, nesses profissionais, a consciência e o conhecimento de como estimular o aluno a utilizar outras formas de expressão; a importância da comunicação; como lidar com o stress no ambiente escolar; o autoconhecimento; o estímulo a trabalhos multidisciplinares; e como trabalhar em grupo.*

Segundo Fernández (1991, pg.29), "O problema de aprendizagem não é outra coisa senão anular as capacidades e bloquear as possibilidades".

Entre muitos teóricos, Sigmund Freud e Carl Gustav Jung foram importantes para o desenvolvimento da Arte-terapia. Freud, em seus escritos, constatou que "o inconsciente se comunica mais facilmente por meio de imagens do que por palavras, pois as imagens escapam com mais facilidade da censura da mente"; Jung, e sua experiência em trabalhar com o fazer artístico como atividade criativa e integrada da personalidade, pedia que seus clientes fizessem desenhos, pinturas livres, ou dese-

nhassem seus sonhos, situações de conflitos, sentimentos ou fantasias. Utilizava as duas linguagens, a escrita e a verbal, pois acreditava que o indivíduo ao expressar conteúdos oriundos do inconsciente, necessita compreendê-los, elaborá-los e integrá-los à consciência.

No Brasil, muitas instituições educativas adotaram este método. No interior do estado de São Paulo, todas as escolas que integram o município da cidade de Santa Barbara d'Oeste, se beneficiam da Arte-terapia para trabalhar com seus alunos desde 2002. Relatos constatarem que os resultados são satisfatórios, solucionando problemas como auto-estima, baixo rendimento escolar, indisciplina, socialização, relacionamento e insegurança, que atingiu não só os alunos, mas também os professores, oportunizando a estes profissionais a diminuição do stress; outro exemplo também é a escola estadual Prof. Antônio Alves Aranha, do município de Valinhos - SP, que está iniciando o projeto, buscando informações para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

A UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz – Brasília, também é uma instituição que está valorizando o trabalho com a Arte-terapia, sendo assim, oferece seminários para a formação de professores envolvidos neste trabalho, que vem sendo a cada dia, mais valorizado.

*Quando a criança cria um conto, a figura começa a ser parte dele, pois de alguma maneira foi sua autora. Pode apropriar-se da história e posteriormente lembrar-se da figura. Porém as crianças com problema de aprendizagem, ao não poderem jogar com a figura, levá-la em conta e por sua vez*

*transformá-la, ou ficam ligadas ao objeto (hiper-acomodação), ou não dão conta do objeto (hiper-assimilação), resultando-lhes difícil aprender da realidade externa e de si mesmos, em uma conjunção dialética necessária. (Fernández, 1991, pg. 221)*

### Considerações finais

A essência deste artigo não é somente atentar para um método que está sendo eficaz na educação, mas também fazermos refletir e rever conceitos. Conceitos estes, que estão passando por processos de mudanças na Educação, levando o professor à reflexão sobre seus métodos no processo de ensino-aprendizagem. Educadores e profissionais da educação não devem se ocultar diante dos descasos políticos, econômicos e sócio-culturais. Todos têm direito a uma oportunidade de se conhecer, de vencer suas dificuldades, de se aprimorar e buscar o melhor; o apoio escolar, assim como a família, é primordial para que isso aconteça.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LOWENFELD, Viktor. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- TOSCANINI, Ada Cristina Garcia; BASSO, Maria Angélica Rente. **Tema: Arte-Terapia na Escola**. Revista ABC Educativo, Abril de 2005.
- [www.fep.com.br](http://www.fep.com.br)
- [www.centrorefeducacional.com.br](http://www.centrorefeducacional.com.br)
- [www.santabarbara.sp.gov.br/educacao](http://www.santabarbara.sp.gov.br/educacao)
- [www.portalalpha.com.br](http://www.portalalpha.com.br)
- [www.educare.pt](http://www.educare.pt)

# “DISLEXIA”: Causas e Formas de Intervenção

**Alunas do 1º ano de Pedagogia**

Sônia Maria Alexandre de Melo  
Nishina

Suelyn Karyn Piaul Lima

**Professora Orientadora:** Marialba da Glória Garcia Carneiro

**Resumo:** Este trabalho apresenta o distúrbio da Dislexia em crianças e adultos, o processo educacional dentro de uma sala de aula, a aprendizagem das crianças e jovens portadores de dislexia e a importância do professor fazer a intervenção adequada para que o aluno obtenha sucesso na aprendizagem.

**Palavras chave:** aprendizagem, motivação e sucesso.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir as causas e as conseqüências da Dislexia.

No processo educacional, os professores, muitas vezes, não conseguem detectar no conjunto da sala de aula, crianças que apresentam uma aprendizagem mais lenta por serem disléxicas.

Anos atrás, pais e educadores não tinham conhecimento sobre a dislexia.

Segundo Vicente Martins (2004), no Brasil pelo menos 15 milhões de crianças e jovens sofrem com distúrbios de letras. Credo que a dislexia é a maior causa do baixo rendimento escolar.

Este trabalho busca informações sobre os sintomas da dislexia e como atuar nesta questão, promovendo a aprendizagem dos alunos que apresentam o distúrbio em pau-

ta.

Neste sentido, este estudo colaborará como fonte de pesquisa que possibilitará maiores conhecimentos sobre o referido tema.

A dislexia é um distúrbio da linguagem e caracteriza-se pela dificuldade em reconhecer e ler palavras. Pesquisas mostram que cerca de 15% da população mundial é disléxica.

A dislexia tem sempre como causa elementar a relação espacial desvirtuada, fazendo com que a criança não consiga compreender suficientemente os identificadores da escrita. Não é um problema de inteligência, nem uma deficiência visual ou auditiva, tão pouco um problema afetivo – emocional. Temos várias pessoas famosas disléxicas, tais como: Leonardo da Vinci, Tom Cruise, Einstein, Nelson Rockefeller, Hans Christian Andersen, Bill Gates, Anthony Hopkins, Pasteur, Julio Verne, Spielberg e Agatha Christie, entre muitos outros. A dislexia, muitas vezes, é confundida como problemas comuns de aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem advindas da dislexia são alterações provenientes das dificuldades da operacionalidade lingüística, que tem na leitura e na escrita suas estratégias primordiais.

A dislexia se caracteriza como um distúrbio da coordenação do desempenho cerebral, que é necessário no período da aprendizagem da leitura, e nada tem a ver com o coeficiente mental, pois é comum que pessoas muito inteligentes apresentem este problema. Os sintomas são vários, vão desde a impossibilidade geral de entender o símbolo escrito até a dificuldade em reconhecer as

letras B-D, P-Q, M-N, D-T, e C-Q, entre outras.

Os disléxicos têm dificuldade em ler frases simples, atrapalhando-se com os sons e significados das palavras.

Nós, educadores, devemos estar atentos quando nos relacionarmos com alunos espertos e saudáveis, que apresentam dificuldades em ler e entender o que lêem. Devemos pesquisar, se há histórico de acontecimento de dislexia na família, pois essa informação é muito importante para profissionais habilitados como psicopedagogos.

Segundo Telma Weisz (2008, p.68),

Quando a criança é observada com mais atenção, é possível verificar que a maior parte dos problemas não é de origem patológica, mas uma junção de fatores internos e externos à escola que dificultam a aprendizagem, não questiono a existência da dislexia, mas seus sinais pedem muita atenção num país como o nosso.

De acordo com a autora Telma (2008), os educadores, em sala de aula, devem sempre estar atentos a esses alunos, fazendo com que não se sintam diferenciados dos outros, que os educadores dêem a mesma atenção para todos, para que não haja discriminação e não tenha diferença entre os alunos.

Ainda, segundo Telma Weisz, professores devem estar mais atentos aos alunos que apresentarem essa dificuldade. Existem formas que os educadores podem estar usando para intervir de maneira a não prejudicar a aprendizagem dos educandos.

## FORMAS DE INTERVENÇÃO:

A dislexia é um distúrbio que existe em parcela significativa de nossas crianças e adultos.

O supracitado distúrbio necessita de cuidados especiais, e isso deve ser avaliado, desde o primeiro ano escolar dessa criança. Embora ela seja silenciosa, cuidados devem ser tomados imediatos.

Muitas vezes, por falta de conhecimento, professores e pais julgam indevidamente as crianças e jovens portadores de dislexia.

Eles os consideram apáticos, lentos e desinteressados em aprender. A criança ou o adulto disléxico sentem-se muito desvalorizados, incapazes de realizações, pois não conseguem acompanhar o ritmo dos demais. Os pais devem tomar seus cuidados, ficar atentos aos problemas dos filhos. Dialogar com os professores para que eles prestem mais atenção ao desenvolvimento das crianças.

As crianças precisam de apoio e confiança, elas se sentem muito sozinhas e menos inteligentes, e, assim, apresentam dificuldades na escrita, na leitura e até em reconhecer as letras, e palavras diferentes.

De acordo com Gonçalves (2005),

Grande parte da intervenção psicopedagógica estará em buscar os talentos do disléxico, afinal os fracassos, sem dúvida, ele já os conhece bem. Outra tarefa da clínica psicopedagógica, é ajudar essas pessoas a descobrir modos compensatórios de aprender. Jogos, leituras compartilhadas, atividades específicas para desenvolver a escrita e habilidades de memória e atenção fazem parte do processo de intervenção. À medida que o disléxico se percebe capaz de produzir poderá avançar no seu processo de aprendizagem e iniciar o resgate de sua auto-estima.

Apesar das salas de aula esta-

rem lotadas e apesar da falta de recurso para pesquisas, a dislexia precisa ser combatida. Muitos casos de dislexia passam despercebidos, em nossas escolas. Muitas vezes, crianças inteligentíssimas, mas que sofrem de dislexia aparentam ser pessimistas alunos; muitas dessas crianças se envergonham de suas dificuldades acadêmicas, abandonam a escola e se isolam de amigos e familiares. Muitos pais, por falta de conhecimento, se envergonham de ter um filho disléxico e evitam tratar do problema. Isso é lamentável, pois crianças disléxicas que recebem um tratamento apropriado podem superar, e se realizar pessoal e profissionalmente.

Os professores devem realizar atividades de leituras, jogos, enfim estratégias de ensino apropriadas para desenvolver a aprendizagem dessas crianças. Dessa maneira, as crianças, ao perceberem que são capazes de produzir algo, poderão avançar no seu processo de aprendizagem.

Segundo Pennington (1997),

Além disso, cabe destacar a importância dos professores, compreenderem o problema da criança disléxica para que não seja taxada de "preguiçosa" ou "estúpida", e da participação dos pais como defensores, facilitadores de intervenções apropriadas e fonte de apoio emocional. É importante que os pais forneçam experiências de êxito a seus filhos e monitorem os problemas psicológicos secundários.

Toda criança necessita de apoio e paciência. Muitas crianças disléxicas sofrem de falta de autoconfiança, pois se sentem menos inteligentes que seus amigos. Muitos disléxicos tiveram grande sucesso profissional, existe alta porcentagem de disléxicos entre grandes artistas, cientistas e executivos. Muitos especialistas acreditam que pessoas disléxicas, por serem forçadas a pensar de forma diferente,

são mais habilidosas e criativas e tem idéias inovadoras que superam as dos não - disléxicos.

Os educadores devem estar atentos às crianças, principalmente, aquelas que aparentam ter dificuldades seja ela qual for, não julgá-las como "preguiçosas", "relaxadas", poucos se interessam saber o porquê de não estarem desenvolvendo as atividades iguais a todas as crianças.

Os pais de crianças portadoras de dislexia precisam oportunizar momentos em que os mesmos obtenham êxito em pequenas tarefas, incentivando-os a progredirem e a se desenvolverem.

Um bom programa educacional para crianças disléxicas precisa estabelecer objetivos específicos de progresso para o ano letivo. É necessário dedicar muita atenção para que a dislexia seja superada; sendo assim, seja paciente com um aluno ou filho disléxico, e não deixe que ele sofra de baixa auto-estima. Incentive-o a buscar novas atividades e interesses, tais como esportes ou música, e sempre o recompense quando ele progredir em seus estudos.

Nunca é tarde demais para ensinar disléxicos a lerem e a processarem informações com mais eficiência. Entretanto, diferente da fala, a leitura precisa ser ensinada. Utilizando métodos adequados de tratamento e com muita atenção e carinho, a dislexia pode ser derrotada. Crianças disléxicas que receberam tratamento desde cedo, apresentam uma menor dificuldade ao aprender a ler. Isso evita que a criança se atrase na escola ou passe a desgostar de estudar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <http://www.crfaster.com.br/dislexia.htm>
- <http://www.eduquenet.net/dislexiaoquee.htm>
- <http://www.profala.com/artdislexia13.htm>

# A Importância da Alfabetização nas séries iniciais

## Curso de Pedagogia

DIAS, Angélica Cristina  
SILVA, Ana Paula A. N.

Professora Orientadora:  
Marialba da G.G. Carneiro

## Introdução

A alfabetização é um processo de suma importância, pois significa trabalhar aspectos na vida dos indivíduos que irão causar mudanças em suas vidas particulares e social. Este processo de alfabetização deve ser prazeroso, o ambiente e as pessoas que irão conviver com o aluno devem contribuir para uma crescente jornada de aprendizagem. Neste processo, professor e aluno se completam, e é fundamental entender que uma criança alfabetizada e conscientizada do que isso lhe trará de benefício, será um adulto que poderá escrever uma nova história para este mundo.

Na alfabetização, cabe ao educador gerar desde cedo no aluno o desejo pelo conhecimento, criando nele um alicerce para suas habilidades futuras bem como profissionais responsáveis e capacitados,

sendo assim, este artigo tem por finalidade especificar o conceito de alfabetização, a relação entre alfabetização e letramento, bem como os métodos mais usados neste processo, ressaltando a importância de cada um deles.

## Conceito de Alfabetização

Alfabetização é o processo de construção da língua oral e escrita. É a capacidade de decodificar e ler automaticamente. É uma parte pequena, mas importante de um processo maior que é a aprendizagem da língua. Ser alfabetizado é estar em condições de poder abordar convenientemente os diferentes tipos de textos, tanto na leitura como na escrita, incluindo nestes textos até mesmo os de computadores.

Quando falamos em alfabetização, também é fundamental falar sobre outro conceito, que é o letramento um conjunto mais amplo de conhecimentos que permite participar do universo letrado. Na dimensão individual, letramento são os eventos em que a linguagem escrita é essencial à natureza das interações e aos processos e estratégias

interpretativas de seus participantes.

Numa dimensão social ou cultural, letramento é a essência e o uso que se faz das habilidades de leitura/escrita para responder às demandas sociais.

Segundo o site wikipedia a alfabetização:

*consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações. Esse processo não se resume apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do acto de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral. A alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do*

*exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.*

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o)

SOARES nos coloca que a alfabetização é "o que poderíamos chamar de acesso ao mundo da escrita – num sentido amplo – é o processo de um indivíduo entrar nesse mundo, e isso se faz basicamente por duas vias: uma, através do aprendizado de uma "técnica". Chamo a escrita de técnica, pois aprender a ler e a escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas, para codificar ou para decodificar."

### Métodos de alfabetização:

Os métodos de alfabetização surgiram para ajudar a esclarecer como se dá o processo de aprendizagem de leitura e escrita, eles trazem as regras que devem ser seguidas, neste processo, com as crianças.

Os métodos de alfabetização evoluem com a evolução da sociedade, pois cada vez mais vai se exigindo um tipo de conhecimento diferente.

#### 1. Método tradicional

É o primeiro dos métodos de alfabetização é centrado no professor, que tem a função de observar se o aluno está seguindo o que lhe foi pedido de maneira sistemática. Este método acredita que a aula deve acontecer apenas dentro da sala de aula em que o profes-

sor ensina a matéria, passa os exercícios, e depois a corrige, seguindo com a matéria à frente, fazendo sempre a mesma coisa, tornando a aula mecanizada, dando a entender que o aluno só irá aprender através do conhecimento do professor. Esse método é centrado na idéia do aprendizado através da repetição de exercícios com exigência do uso da memória, levando o aluno a decorar e não aprender, e, como consequência, a escola forma alunos desinteressados, desmotivados pelos estudos.

Neste método tradicional, a cartilha, muitas vezes, é o único material de trabalho, os textos para leitura são curtos com frases simples desvinculados da linguagem oral, buscam o uso das sílabas já estudadas. Raramente, usam materiais extras, como revistas, jornais, livros de história e músicas.

"O método tradicional de alfabetização procura desenvolver as habilidades básicas que a criança deve ter para se tornar um leitor habilidoso. Porém, somente a presença dessas habilidades não garantem sua utilização em tarefas mais complexas, como a leitura de um livro, a escrita de um poema, ou mesmo a execução correta de receitas culinárias. O contexto social que incentiva o interesse em aprender, independentemente da educação formal é a chave para a utilização dessas habilidades em qualquer atividade humana, especialmente as que envolvem a leitura e a escrita."

#### 2. Método sintético:

O método sintético estrutura-se dentro da teoria do behaviorismo, e é considerado um dos mais rápidos, simples e antigo método de alfabetização, podendo ser aplicado a qualquer tipo de criança. Trabalha com a correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. O sistema de ensino parte das partes para um todo. A criança primeiro domina o alfabeto (letra por letra), depois as sílabas, as palavras, frases e finalmente os textos. E este método não permite que a criança prossiga para uma nova fase se não dominar a que está. O método sintético leva o aluno a perceber partes isoladas, sem significação, impedindo sua compreensão e percepção da leitura.

A aprendizagem pelo método sintético, é feita através da memorização e repetição, de uma certa forma acaba prejudicando o aluno, pois impede que ele consiga pensar e agir por si próprio, ou melhor, de produzir seus textos e seus conhecimentos através de sua imaginação, pois ele é alfabetizado por regras que devem ser seguidas passo-a-passo, traz um conhecimento pronto faltando apenas por em prática. Neste método pode-se encontrar alguns conceitos positivos, como os de alunos adquirem a ortografia perfeita por ser um ensino de regras e repetições, ele consegue com o tempo fazer sua tarefa sozinho, e por fim, permitir a compreensão da língua.

### 3. Método analítico:

O método analítico se desenvolve a partir da teoria do "sincretismo infantil" que foi fundamentado pela teoria da gestalt, e acredita que a aprendizagem se dá pelo insight. Este método tem por objetivo, fazer com que as crianças compreendam o sentido de um texto, não ensina a leitura através da silabação, incentiva os alunos a produção de textos prestando atenção ao uso da pontuação, estimula a leitura e deixa o aluno à vontade para expor suas idéias. Este método ajuda a criança no desenvolvimento e organização de seus pensamentos. Neste método, o ensino deve começar por um nível menos complexo, para, aos poucos, ir dando continuidade para um nível mais avançado, pois a língua falada é bem diferente da língua escrita, e a criança, no início de sua aprendizagem, baseia-se na língua falada para desenvolver a língua escrita e isso só confunde a cabeça da criança por elas serem bem diferentes.

O método analítico é um método constituído por palavração (leitura de palavra por palavra), e que assim como os métodos tradicionais e sintéticos trabalham com elementos isolados, o que não favorece para a compreensão de um texto, tornando-se cansativo e desestimulante, por impedir que a criança possa entender o texto como um todo.

### 4. Proposta Construtivista:

Esta proposta construtivis-

ta é um dos métodos mais indicados e usados para alfabetização, pois permite que a própria criança construa seus conhecimentos de acordo com seu desenvolvimento cognitivo, pode ser aplicado de forma individual ou coletiva, trabalha com o conhecimento que a criança traz para escola, faz a união da língua falada, escrita e a leitura em um único processo, e pode ser aplicado a qualquer criança. E, a partir deste método, a criança sentir-se-á mais segura e será capaz de criar seu próprio conhecimento, tornando-se um aluno consciente e responsável. Ele baseia-se nas pesquisas de Jean Piaget, sobre a construção do conhecimento, afirmando que este é o resultado da construção do próprio indivíduo. Para ele, a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar, a criança antes de entrar na escola já possui alguns conhecimentos como, por exemplo, a linguagem verbal. O método construtivista consiste em o aluno construir seu próprio conhecimento.

Do ponto de vista lingüístico, o construtivismo deixa claro que para se aprender algo tem que praticar. Ou seja, para aprender a ler tem que ler e a escrever tem que escrever, para isso não são necessários métodos, por exemplo, para aprendemos a falar não tivemos que seguir um método, para ler e escrever não deve ser diferente.

O método construtivista possui muitas vantagens, pois incentiva a criança a expressar

o que sente, e a escrever e falar o que pensa, desperta a curiosidade e leva o aluno a buscar soluções para resolução de seus problemas, tornando-o um aluno crítico e capaz de responder pelos seus atos, estimula também o ato da leitura e escrita, trabalha com a língua escrita com todas as dificuldades que nela existe, a partir da produção de texto do próprio aluno, no processo de aprendizagem da escrita não exige a ortografia e a sintaxe perfeita, dá valor à interação dos alunos em grupo, enfim, o método construtivista não tem uma regra básica a ser seguida, pois parte da idéia de que o ensino tem que se basear na vivência de vida que o aluno traz para escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfabetização. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 22 de abril de 2008 às 11:00hs.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização.** Disponível em: << [http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/magda\\_soares\\_reinvencao.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/magda_soares_reinvencao.pdf) >> Acesso em 22 de abril de 2008 às 11:25 hs.

SOARES, Magda. **O que é letramento e alfabetização.** Disponível em <<[www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef1/artigos/2004/0014.htm](http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef1/artigos/2004/0014.htm) - 63k>> Acesso em 22 de abril de 2008 às 11:00hs.

# Inteligência Emocional: A importância de considerar a emoção para chegar a uma sociedade mais equilibrada e feliz

**Nome:** Fabiana Kazue Chiesa  
Nishiyama Yokota  
Aluna do 1º Ano de Pedagogia  
Professora Orientadora:  
Marialba da Glória Garcia Carneiro

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo mostrar aos pais e educadores que é possível desenvolver a Inteligência Emocional de seus filhos e alunos, impondo limites, dando carinho, atenção e estimulando sempre.

**Palavras chave:** Limites, motivação, emoção, carinho e criatividade.

Este tema abrange uma área muito ampla na inteligência e no emocional.

A Inteligência Emocional tenta mostrar uma forma de explicar e auxiliar no controle de ambas as partes.

Segundo o autor "Todas as emoções são, em essência, impulsos, ligados pela evolução, para uma ação imediata, para planejamentos instantâneos que visam lidar com a vida". GOLEMAN (1995, p.20).

A inteligência já vem desde o nascimento de uma criança ou através do controle emocional de

seus pais.

Em alguns casos, algumas pessoas nascem com um alto QI e, com certeza, destacar-se-á futuramente entre os outros: mas isso não significa que a felicidade estará presente em sua vida.

Esta pessoa poderá vir a se desinteressar pela escola por ter um desempenho melhor que os demais e não obter sucesso no convívio social. Segundo o autor: "Para o bem ou para o mal, quando são as emoções que dominam o intelecto, não podem nos conduzir a lugar nenhum." GOLEMAN (1995, p.18).

Então, entra o emocional que começa desde seu nascimento até a sua vida adulta.

Mas é com ajuda da sua família que este indivíduo encontrará autocontrole, a persistência e motivação.

Não só os que possuem uma inteligência elevada, mas todos os outros merecem atenção, amor, carinho e compreensão, pois é na família e na escola que são o ponto de equilíbrio que eles aprendem o que é certo e errado, para que tenham consciência de suas atitudes emocionais.

Em determinadas situações,

haverá maior dificuldade ao lidar com as emoções e acontecimentos. O emocional também muda na alegria, na tristeza, na saúde, na doença e na raiva motivo pelo qual a pessoa deixa de ser racional.

É necessário diferenciar a inteligência e o seu emocional para que a violência, drogas não façam parte da sua vida, comprometendo o seu futuro.

Neste sentido, faz-se necessário que a escola desenvolva a Inteligência Emocional de seus alunos.

## Desenvolvimento

I – O que é Inteligência Emocional?

II – Quais os benefícios que ela pode trazer para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças e jovens?

III – Professores e Pais podem desenvolver essa Inteligência Emocional?

Esse assunto é de muita importância e a família e a escola apresentam a principal resposta para tais perguntas.

A Inteligência Emocional está

presente desde seu nascimento até sua vida adulta.

Está relacionada com o sucesso ou insucesso que cada indivíduo poderá vir a apresentar. Tudo dependerá da forma pela qual pais e educadores consigam motivar suas crianças a liberarem seus talentos, controlarem seus impulsos para uma melhor qualidade de vida.

Não será tarefa fácil para os pais e educadores, se não tiver esforço de ambas as partes.

Segundo o autor: "Os pais deixam seus filhos fazerem tudo na infância. Na adolescência, as vontades e os desejos aumentam e a falta de limites se agrava. Educação requer limites, e a criança deve entender porque são necessários. Se ela não compreende a razão deles e simplesmente obedece, quando o proibidor desaparece, continua fazendo o que tinha parado de fazer. Se estiver sozinha e não há quem a proíba, faz outra vez o que foi proibido." TIBA (2002, p.261).

A família que não possui autocontrole, que não impõe limite a seus filhos corre o risco de que os mesmos cresçam e se tornem pessoas descontroladas, sem noção dos valores e sem responsabilidades de seus atos, levando a uma vida de violência e drogas. Por isso, faz-se necessário que pais fiquem atentos no comportamento de seus filhos, percebendo suas emoções, tendo tempo para ouvi-los e encontrar soluções para os seus problemas.

Os pais devem conhecer algumas características comuns de uma faixa etária. Planejar o que e como ensinar.

Segundo o autor: "Cuidados adequados à idade, carinho, respeito e afeto ao lidar com o bebê, alimentam sua auto-estima." TIBA (2002, p.275)

Em cada faixa etária, existem formas próprias de perceber, compreender e se comportar diante do mundo.

Todas as crianças devem ser estimuladas, desenvolvendo todas as suas habilidades. Só assim evitarão traumas, frustrações para elevarem sua auto-estima.

A inteligência pode se desenvolver de acordo com as condições do meio em que se encontra.

Segundo o autor: "A auto-estima é a principal base para encontrar um bom lugar no mundo." TIBA (2002, p.192)

O comportamento do indivíduo pode se alterar devido às influências e estimulações ambientais.

O emocional do indivíduo é uma forma de ligamento com suas experiências.

Segundo o autor: "A auto-estima é a fonte interior da felicidade." TIBA (2002, p.57)

Pais sempre devem estar atentos ao comportamento de seus filhos, dando amor e motivando-os sempre, para que cresçam dentro de um ambiente seguro e se sintam preparados para enfrentar todos os obstáculos que poderão surgir.

"Mas o que faz a diferença e a capacidade adquirida, na infância, de lidar com frustrações, controlar emoções e de se relacionar com outras pessoas." GOLEMAN (1995, p.48)

Segundo o autor, a diferen-

ça se faz devido aos interesses dos pais em ter conhecimentos de determinadas situações de seus filhos, sabendo lidar com sua inteligência emocional para que possam se interagir sem medo no mundo em que vive.

As escolas também assumem um papel importante para o aluno, no desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Mas também não será fácil, pois as escolas que não possuem professores capacitados a lidar com a Inteligência Emocional de seus alunos, correm o risco de levarem os mesmos a evadirem e não concluírem os estudos.

Segundo o autor: "Incentivar é despertar o interesse e atenção dos alunos pelos valores contidos na matéria ensinada, criando nos mesmos o desejo de apreendê-la, o gosto de estudá-la e a satisfação em cumprir as tarefas que a mesma exige." CAMPOS (2000, p.112)

São necessários educadores criativos que façam os alunos a se interessarem pelos conteúdos das diversas disciplinas, darem destaque na criatividade de cada aluno, incentivarem e que consigam transformar o emocional destas crianças e jovens, despertando o interesse do aluno em aprender, sentindo a sensação de avançarem.

"Todas essas estratégias têm influência marcante na motivação do aluno, é como se o educador fosse a energia que move o cérebro do estudante, estimulando-o a aprender de uma maneira mais fácil e prazerosa". DÓRIO (2006, p.7)

Segundo o autor: "Filho não

nasce com manual, pois ele é o próprio manual." TIBA (2002, p.126)

Nada na vida é fácil, mas se fizermos nossas atividades com amor, carinho, dedicação e com disposição, tudo é possível.

Sendo assim pais e educadores conseguirão desenvolver essa Inteligência Emocional.

### Conclusão

A Inteligência Emocional está relacionada na forma pela qual pais e educadores lidam com o emocional de seus filhos e alunos.

Saber controlar os impulsos, as emoções destas crianças e adolescentes determinarão o sucesso ou insucesso na vida adulta.

Se não houver o controle emocional, a pessoa deixa de ser racional mesmo possuindo uma inteligência elevada.

Todos possuem inteligência, mas se pais e professores não souberem lidar em determinadas situações, haverá maior dificuldade em desenvolvê-la.

Faz-se necessário que pais conheçam algumas características de cada faixa etária e que fiquem atentos para que possam perceber o comportamento, as dificuldades e como lidar com os problemas que poderão encontrar.

É necessário que pais imponham limites a seus filhos, tenham tempo e auxiliem os filhos a terem controle de si mesmos, sem brigas e discussões na frente dos mesmos, para que eles se sintam num ambiente seguro e possam contar sobre suas dificuldades e dúvidas do seu dia-a-dia, sem procurar outros ambientes, encontrando má companhia que possa levar a uma vida de violência e drogas.

O carinho, afeto, respeito e o incentivo são cuidados fundamentais que os pais devem oferecer a seus filhos, aumentando, assim, a sua auto-estima.

A auto-estima ajuda a lidar com suas dificuldades, estimulando a capacidade de interagir com outras pessoas, alimentando a sua mente e aumentando a sua inteligência.

A escola também pode interferir na Inteligência Emocional de seus filhos.

As aulas criativas e o incentivo dos educadores ajudam bastante no desenvolvimento emocional de seus alunos, aumentando as possibilidades de assimilação de conteúdo e o desenvolvimento intelectual dos mesmos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLEMAN, Daniel PHD – Inteligência Emocional – a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Objetiva 35ª edição © 1995

FUTURAMENTE, Revista científica FIU – Faculdades Integradas Urubupungá. Edição nº4 2006. ISSN 1679-9305.

TIBA, Içami – QUEM AMA EDUCA! Editora Gente, 2002. 38ª edição.

CAMPOS, D. M. Psicologia da aprendizagem. 30 ed. Rio de Janeiro, 2000.



# Dislexia: Mitos e verdades sobre o tema

**Alunas do 2º Ano de Pedagogia**

Ana Paula Hansen

Ellen Paula dos Santos de Lima

**Professora Orientadora:**

Marialba da Glória Garcia Carneiro

**Resumo;** A dislexia é um distúrbio ou transtorno que ocorre na área da leitura de origem genética que atinge cerca de 15% das crianças em idade escolar e pode ser confundido com apatia ou desinteresse. O referido distúrbio pode ser corrigido em até 80%, porém não tem medicação nem possui cura total. Pretende-se com esse trabalho esclarecer os mitos e as verdades sobre o tema.

**Palavras Chave:** Desordem neurológica, Alfabetização, e Dislexia.

## Introdução

Este tema foi escolhido para aprofundar nosso conhecimento sobre deficiência e inclusão escolar, e apesar das polêmicas que envolvem essas questões, pretendemos entender os métodos de inclusão já existentes, visando contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente e a organização de atividades que proporcionem a

integração e a superação dos déficits de aprendizado.

O presente trabalho pretende propor novos meios de organização do espaço físico e das atividades para que não haja barreiras que impeçam o desenvolvimento dos portadores de distúrbio de aprendizagem, nesse caso, os disléxicos, enquanto pessoa digna de oportunidade igual às demais crianças.

A necessidade de novas oportunidades fez-nos perceber que é preciso que a realidade mude e favoreça os que necessitam de apoio e atenção especiais para que floresçam seus talentos; já que muitos estudos comprovam a existência de disléxicos que possuem habilidades e talentos extras em algumas áreas; bem como alguns portadores com inteligência acima da média; e seus sintomas podem, com acompanhamento adequado, ser menos agravantes, durante o processo de aprendizagem.

## 1. Dislexia:

Definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, ela é caracterizada pela dificuldade de automatizar o código lingüístico e se diferencia de outros distúrbios de aprendizagem pela

sua não superação, pois o disléxico pode avançar no processo de escolarização, na idade, e desenvolver outras competências e habilidades.

O referido distúrbio, ao contrário do que muitos pensam, não é resultado da má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócia econômica ou baixa inteligência, ele é uma condição hereditária com alterações genéticas e alterações neurológicas.

### 1.1.O diagnóstico:

É preciso entender que o diagnóstico na dislexia é sofisticado porque antes de diagnosticá-la é preciso eliminar hipóteses de causa neurológica, clínica, fonoaudiológica, intelectual, psicológica, psicopedagógica, oftalmológica, é, portanto um diagnóstico por exclusão.

Segundo Jardine (2008), ele é feito por meio de testes e avaliação nas diferentes áreas (neurologista, psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo), por profissionais habilitados, qualificados e com sólida experiência na questão.

### 1.2. O tratamento:

O tratamento varia de acordo com o tipo e o nível das dificulda-

des detectadas, e deve ser feito por meio do apoio de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicomotricistas, oftalmologistas que devem auxiliar o disléxico na recuperação da auto-estima concentrando-se nas capacidades do aluno.

Há muitos estudos que sugerem que, quando acompanhados adequadamente, os portadores de dislexia apresentam progressos significativos nas áreas neuronais.

O tratamento se baseia principalmente no reforço positivo.

A maioria dos tratamentos usa técnicas para a assimilação de fonemas, desenvolvimento do vocabulário, melhoria da compreensão e a fluência na leitura, que os ajudam a reconhecer sons, sílabas, palavras e frases.

Mas para que tudo isso funcione é preciso que haja sintonia de procedimentos entre os profissionais, a escola e a família, sendo que esta última deve fornecer o máximo de informações dos profissionais, que devem fazer o levantamento do histórico familiar e dos problemas na aprendizagem.

Alguns dos sintomas apresentados pelos disléxicos são:

- Dificuldades na aquisição e desenvolvimento das habilidades lingüísticas;
- Dificuldades para aprender as seqüências diárias;
- Dificuldades na análise de síntese do som de uma palavra;
- Dificuldades na linguagem e na fala; disgrafia; problemas de ortografia;
- Vocabulário pobre, disnomia (dificuldade para nomear pessoas e objetos).

- Sentenças curtas e imaturas;
- Lentidão na cópia;
- Dificuldades nos ditados e nas escritas espontânea;
- Trocas visuais, auditivas e espaciais, omissão, inversões e aglutinações de fonemas e logatomas (sílabas e palavras sem sentido.);
- Maior dificuldade na escrita da letra cursiva;
- Dificuldades para leitura (algumas crianças se negam a fazê-la.);
- Falta de interesse por livros impressos;
- Dificuldades com quebra cabeça;
- Conhecimento pobre de rima e aliteração;
- Desatenção e dispersão;
- Dificuldade com a coordenação motora fina e /ou com a grossa;
- Desorganização geral nos trabalhos escolares;
- Dificuldades visuais. Desorganização na folha de caderno, confusão entre direita e esquerda, dificuldades com mapas, dicionário, etc.;
- Dificuldade com a memória imediata;
- Dificuldade com a matéria, principalmente, assimilação de símbolos e decorar tabuada; Discalculia;
- Dificuldade para aprender línguas estrangeiras;
- Problemas de conduta, "Exibicionismo" ou timidez.
- Rejeição a escola / professor;
- Rejeição as tarefas escolares e domésticas;
- Desistência, apatia, desinteresse;

- Auto-suficiência, o "saber-tudo";
- Perfeccionismo;
- Fuga-vício em TV, videogame. "Surdez-seletiva";
- Os pais recorrem à chantagem, castigo e recompensas materiais;
- Falta de responsabilidade
- São crianças "folgadas" que escravizam seus pais e irmãos.

É importante salientar que os sintomas que podem indicar a dislexia, antes do diagnóstico multidisciplinar, indicam apenas o distúrbio de aprendizagem e não confirmam a dislexia, até porque seus sintomas podem indicar outras situações como lesões e síndromes, portanto é sempre necessária a ajuda de profissionais específicos.

Qual deve ser a conduta do professor diante do portador de dislexia?

O professor deve ser antes de tudo franco e honesto, ao dissertar sobre o problema, e transmitir responsabilidades ao aluno disléxico, não deve mostrar impaciência com a dificuldade expressada pela criança, interrompê-la várias vezes, ao tentar adivinhar o que ela quer dizer, completando sua fala.

Não deve diferenciar o aluno disléxico dos demais, ressaltando suas dificuldades, corrigir com frequência os seus erros diante da sala ou ignorar suas dificuldades.

Também não deve forçar o aluno a fazer a tarefa quando ele tiver nervoso por não ter conseguido; nem corrigir suas tarefas com caneta vermelha ou lápis.

Deve explicar à criança suas

dificuldades e afirmar que está ali para o que for necessário, propor jogos na sala e utilizar situações concretas nas estratégias de ensino.

Tipos de atividades que podem ser ministradas em sala.

- Dê o vizinho (com régua numerada);
- Jogos de dados, dominó, res-tam um, damas, todas as s brincadeiras e atividades desportivas que exercitem movimentos para frente e para trás;
- Usar dedinhos, palitos de sorvete, clipe, contas, canudinhos, ábaco e contador;
- Usar cores diferentes (po-rém padronizadas) para destacar os sinais;
- Usar tabuadas confecciona-das pelas próprias crianças, calculadoras, quadro de pregos, material dourado e cursineire;
- Utilizar papel quadriculado para realizar as contas;
- Usos dos softwares educativos do computador;
- Uso de espelho, lixa, núme-ros em relevo e letras móveis;
- Bingo de letras e leitura co-letiva;
- Atividades extra-classe como dramatizações, entrevistas, e pesquisas de campo;
- Uso de vídeos, slides e retro projetor;
- Proporcionar trabalhos em grupo.

### Considerações Finais

A dislexia é uma desordem neurológica de origem genética (localizada nos cromossomos 6, 12 e 15) e com alto índice de hereditari-

idade (fator dominante, o pai tem 100% de chance de passar para o filho enquanto que a mãe tem 60%) que atinge cerca de 15% das crianças em idade escolar. É caracterizada pela dificuldade de associação de símbolos e letras ao som por eles representado, não permitindo que o indivíduo os organize, mentalmente, numa seqüência coerente.

Tal distúrbio não tem relação nenhuma com a falta de inteligência, pelo contrário, muitos disléxicos têm inteligência acima da média.

Segundo o jornal do senado-Brasília (2008) estudos afirmam que o lado direito do cérebro dos disléxicos é mais desenvolvido, o que explicaria sua maior habilidade em algumas áreas. Por outro lado, determinados neurônios da pessoa com dislexia parecem conectar-se de forma diferente dos não-disléxicos, fazendo com que eles tenham menos coordenação motora e dificuldade no mecanismo de transição motora e dificuldade no mecanismo de transição ocular - ao mudar o foco dos olhos de uma sílaba para outra, o disléxico percebe a palavra como se esta estivesse borrada, como se as letras dançassem ou pulassem diante dos seus olhos, dificultando sua identificação.

A dislexia não impede que seu portador leve uma vida normal e, quando acompanhada corretamente por profissionais especializados, não impedem seu desenvolvimento, exemplo disso são as grandes personalidades dos nossos meios que apresentaram e/ou apresentam tal distúrbio: Albert Einstein, Alexandre Graham Bell, Agatha Cristie,

Charles Darwin, August Rodin, Bem Johnson, Leonardo da Vinci, Margaux Hemingway, Nelson Rockefeller, Thomas Alva Edison, Robin Williams, Tom Cruise, Vincent Van Gogh, Walt Disney, Whoop Goldberg e Bill Gates. Ela não é doença e, portanto não requer medicação.

"Num país cuja educação enfrenta grandes problemas, tomar todas as dificuldades de aprendizagem como dislexia é um grande equívoco". (Dalden - 2008)

O aluno portador de dislexia é tão inteligente quanto os outros alunos, apresenta falhas de percepção de origem neurológica. Ele não erra de propósito, nem se dispersa porque não está interessado. "Necessita de variedades e flexibilidade por parte do professor, além de uma boa dose de paciência e tolerância". (Jardini, 2008, p.65).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <http://pt.wikipedia.org/wiki/5%c3%Adndromcde-down>
- Jornal da Semana - Brasília, 17a.23de março de 2008 ano VI - Nº206 pág.
- JARDINI, RENATA SAVASTANO R. MÉTODO DAS boquinhas: Alfabetização. Reabilitação dos Distúrbios da leitura e escrita: fundamentação teórica, livro 1.
- [www.bengalaleal.com](http://www.bengalaleal.com)
- <http://www.educaçãoonline.pro.br/art-quantas-pessoas-tem-deficiência?f-id-art...> 14/02/08
- Telford, Charles W: e Sawrey, James M. O indivíduo excepcional 5ª ed. Rio de Janeiro, Jc livros técnicos e científicos.

# O papel social da escola na construção da identidade do gênero na educação infantil

I Biscaro, Claudia Regina Renda;  
Pavan Pavan, Ruth, co-autora,  
orientadora.

*I Mestranda do Programa de  
Mestrado em Educação da Universi-  
dade Católica Dom Bosco em Práti-  
cas Pedagógicas e suas Relações  
com a Formação Docente*

e-mail: biscaroclaudia@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo faz parte da dissertação que tem como objetivo discutir o processo de construção de gênero nas atividades diárias da Educação Infantil, com crianças de 5 anos, em uma escola da região Centro-Oeste. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica. Foi possível perceber durante as observações realizadas e as entrevistas com a professora e com as crianças que a Educação Infantil reproduz as desigualdades entre gêneros, bem como os processos de discriminação. Constantemente nas atividades diárias, nas brincadeiras, nos jogos é reforçada a educação sexista, onde meninos e meninas se desenvolvem com conceitos discriminatórios sobre gênero, sobre o que é esperado e desejado para ambos, reforçando os modelos de feminilidade e masculinidade pensados e impostos pela cultura hegemônica. Estes modelos

se fazem presentes em todas as atividades desenvolvidas diariamente entre os meninos e meninas. Por exemplo, nas brincadeiras de casinha, boneca, cabo-de-guerra, futebol..., fica explícito nas observações realizadas, a distribuição das brincadeiras para as meninas e para os meninos, assim como também nas atividades propostas na rotina diária. Outro exemplo é na cor do prato para lanche, rosa para meninas e azul para os meninos, fila dos meninos e meninas. A distribuição é proposta pela professora e também pelas próprias crianças que já internalizaram e reproduzem cotidianamente uma educação sexista. A escola, portanto, não se apresenta como um espaço plural no qual há uma problematização e superação dos processos de discriminação e sim como geradora e reprodutora de uma educação sexista.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Práticas Pedagógicas. Gênero.

## INTRODUÇÃO

O texto objetiva discutir o papel da escola no contexto da educação infantil, bem como a produção de gênero vinculado ao âmbito do espaço escolar, numa sociedade marcada por profundas transformações sócio-econômicas, políticas e culturais.

Nesse contexto, se fez necessária uma análise histórica da educação infantil na qual foi possível perceber seus primeiros passos, seus marcos, suas transformações e a relevância de seu papel como formadora, geradora e construtora da identidade de gênero que ocorre desde o nascimento da criança e se desenvolve no cotidiano escolar, tornando-se sexista, ou não, de acordo com as práticas e as metodologias desenvolvidas pela escola.

## HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Até o século XV, a educação das crianças pequenas era vista unicamente como função familiar, mais especificamente da mãe. Após a criança ser desmamada, já passava a ser vista como "pequeno adulto", (OLIVEIRA, 2002, p.58). Quando já não era mais dependente para suas necessidades físicas, passava então a auxiliar o adulto nas tarefas diárias, momento este em que adquiria noção para seu convívio social. Nas classes sociais mais privilegiadas, a criança também era inserida no ambiente doméstico, porém era tratada com mais mimo, com mais requinte e era vista como "objeto divino" (OLIVEIRA, 2002, p.58).

A partir do século XVII na zona rural, as famílias assumiam a responsabilidade pelas crianças órfãs ou abandonadas, que na maioria

provinham das escravas violentadas pelos senhores do engenho.

Na zona urbana, as crianças abandonadas pelas mães eram recolhidas nas "Rodas de Expostos", que segundo Abramowicz et. all.

*A 'roda' era um dispositivo de madeira, em formato cilíndrico, com um dos lados vazados, assentado em um eixo que produz movimento rotativo. Era a instituição do abandono: nela eram depositadas crianças indesejadas, garantindo o anonimato daquele que enjeitava. O referido instrumento foi a alternativa encontrada para que as crianças não mais fossem deixadas nas portas das casas e igrejas ou até pelas ruas. Tal sistema, inspirado na experiência européia, não garantia necessariamente a vida destes pequenos seres expostos uma vez que eram extraordinários os índices de mortalidade infantil que ocorriam no 'Recolhimento de meninos Órfãos'. Que foi inventada na Europa Medieval, trazida ao Brasil em 1726 e manteve-se em atividade até 1950 (ABRAMOWICZ, 2006, p.19).*

Estes fatos passaram por transformações a partir da abolição da escravatura no país, momento este em que ocorre um processo de migração, que vem trazendo outras formas culturais, pois com a vinda dos imigrantes em larga escala de diferentes países europeus, vêm também novas línguas, crenças, vestimentas, etc.

No início do século XX, a urbanização e industrialização modificaram a estrutura familiar tradicional, no que diz respeito ao cuidar das crianças. Pois com a maioria da mão-de-obra masculina na lavoura, as fábricas que foram surgindo se viram obrigadas a contratar mulheres para o serviço. E, com isso, as mães tiveram que encon-

trar novas alternativas para o cuidado com as crianças, ora no próprio ambiente familiar, ora com mulheres que se dispunham a cuidar das crianças perante pagamento. Esse fato confirma-se no texto de Oliveira que diz:

*As mulheres que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro eram chamadas de 'criadeiras', foram estigmatizadas como 'fazedoras de anjos', em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais (OLIVEIRA, 2002, p. 95).*

Em 1923, surge a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher que prevê a instalação de creches e períodos de amamentação nos estabelecimentos industriais.

Na década de 40, século XX, ocorreram novas perspectivas educacionais voltadas às crianças que eram tratadas visando o "higienismo e filantropia", mais direcionadas à camada popular de baixa renda. Assim sendo, as creches atuavam de modo assistencial e protetor, preocupando-se em cuidar, alimentar, não dando ênfase ao desenvolvimento cognitivo das crianças.

A respeito da concepção assistencialista Kuhlmann comenta:

O que cabe avaliar e analisar é que, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. A pedagogia

das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dívida, como favor aos poucos selecionados para o receber (KUHLMANN, 1998, p.182).

Na visão de Kuhlmann (1998), as creches não eram somente espaços do cuidar, um espaço assistencialista. O autor mostra que esse termo "assistencialismo", foi implantado justamente já pensando nas crianças de baixa renda. Portanto as atividades pedagógicas desenvolvidas não estavam preocupadas com o desenvolvimento cognitivo, uma vez que se julgava que a classe atendida não necessitava desse desenvolvimento devido às suas condições de vida.

A creche ficou reduzida a um espaço que visava somente tomar conta das crianças enquanto a mãe trabalhava fora. Nessa época, a mãe era vista como um ser único do lar, devendo permanecer exclusivamente nele.

Kuhlmann vem ainda apontar que:

*A creche para criança de 0 a 3 anos, foi vista muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos expostos, que recebiam as crianças abandonadas, pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. Não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternas, ou jardins de infância, para crianças de 3 ou 4 anos a 6 anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional à infância tratam em conjunto das duas iniciativas (KUHLMANN, 1998, p.82).*

Nessa afirmação, o autor enfoca o fato de que por muito tempo o setor educacional foi tratado puramente como assistencialista.

Ainda nesse contexto, Bujes complementa:

*As creches e pré-escolas que surgiram foram sendo por tempos associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial. Devemos lembrar, no entanto que isto também esteve relacionado a uma nova estrutura familiar, conjugal. Muitas teorias nesta época também estavam interessadas em descrever as crianças, sua natureza moral, suas inclinações boas ou más. Defendiam idéias de que proporcionar educação era, em alguns casos, uma forma de proteger a criança das influências negativas do seu meio e preservar-lhe a inocência, em outros era preciso afastar a criança da ameaça da exploração, em outros, ainda, a educação dada às crianças tinha por objetivo eliminar as suas inclinações para a preguiça, a vagabundagem, que eram consideradas 'características' das crianças pobres (BUJES, 2001, p.15).*

Nesta citação, percebe-se que para justificar a criação da educação infantil, uma série de idéias foram lançadas com relação ao fator social ao qual as crianças faziam parte.

Na década de 70, do século XX, houve um crescente aumento da pré-escola, surgindo a municipalização da educação infantil, o que iria gerar maior procura pelas famílias de baixa renda que passaram então a reivindicar educação pré-escolar para seus filhos (OLIVEIRA, 2002, p.110).

Todos esses fatores, em conjunto com as pesquisas educacionais e psicológicas, com relação à importância do desenvolvimento

nos anos iniciais da criança, geraram questionamentos e transformações no trabalho das creches e no atendimento às crianças.

Ainda na década de 70, do século XX, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) passa por reformulações e a Lei dispõe que: "Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam convenientemente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes" (LDB, nº 5692/71, art. 19, inciso 2º).

Nesse mesmo período continuavam os questionamentos com relação à pré-escola Assistencialista X Educativa.

As décadas de 80 e 90, do século XX, marcaram a Educação Infantil, onde começa a despontar como direito de todas as crianças, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, como Kramer ressalta:

*Temos hoje, então a primeira Constituição Brasileira que reconhece o direito de todas as crianças a creche e pré-escola e o dever do estado de provê-las. O acesso a educação pré-escolar, é, pois, direito dos cidadãos e cidadã de 0 a 6 anos, de todas as classes sociais, sendo dever do Estado assegurá-la, para que a educação possa ser verdadeiramente adjetivada como democrática (KRAMER, 2001, p.122).*

Tal direito é reafirmado em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei 8069 que procura sistematizar e garantir os direitos da infância e adolescência, onde consta no capítulo IV, art. 54, Inciso IV: "É dever do Estado, assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento em Centros de Educação Infantil e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade" (Es-

tatuto da Criança e Adolescente, lei nº 8069, de 13 de julho de 1990).

Outro fato decisivo foi através da conquista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quando se refere à formação do profissional atuante nas creches e pré-escolas. A nova Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96.

*A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (título VI, art. 62, inciso I)*

Até a promulgação da LDB 9394/96, os profissionais atuantes da educação infantil, não precisavam ser qualificados, não existia uma profunda preocupação com a educação infantil. Essa mudança exige agora que os profissionais se qualifiquem. Conforme Abramowicz et al (2006) a educação infantil torna-se pela primeira vez legalmente amparada, fazendo com que no espaço das creches e pré-escolas fossem criadas atividades que desenvolvessem a parte social, física, lingüística, cognitiva e psicológica. Deixando de ser um espaço único do cuidar e, finalmente, através de reflexões, questionamentos e transformações, passam a ser um espaço do cuidar e educar. Nesse sentido Oliveira vem afirmar:

*Com essas novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificaram a maneira como as propostas pedagógicas para a área eram pensadas. Um Referencial Curricular Nacional foi formulado pelo MEC e*

*Diretrizes nacionais para a educação infantil, foram defendidas pelo Conselho Nacional de Educação (OLIVEIRA, 2002, p.119).*

Com todos esses elementos históricos sobre a educação infantil, em consequência dos debates a respeito da importância de fornecer a todas as crianças estímulos cognitivos, Oliveira escreve:

*Como estratégia para reverter os altos índices de retenção escolar na primeira série da escolaridade obrigatória, começaram a ser apresentados programas de educação infantil pela TV, como por exemplo, o projeto Curumim e o programa Ra-tim-bum, ambos transmitidos pela TV Cultura SP. Elaborados por pedagogos e outros técnicos e seguindo uma tendência experimentada em outros países, buscam atingir também as crianças que não freqüentavam a pré-escola. Com isso a educação infantil chegava a um número maior de crianças, pelo menos até as que tinham acesso a TV (OLIVEIRA, 2002, p.116).*

A educação infantil passaria por mais uma mudança, que surgiu com a lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, tornando obrigatória a matrícula de crianças com 6 anos de idade no Ensino Fundamental.

Nas palavras de Abramowicz et al (2006, p.52) "o parecer do CNE, aprovado em 15/09/2005, indica que tal antecipação da escolaridade mínima obrigatória, deve garantir a ampliação do período de duração do Ensino Fundamental para 9 anos, a partir do ano letivo de 2006".

Neste momento histórico são reconhecidos os direitos de toda criança à infância, porém, segundo Oliveira (2002), no aspecto pedagógico ainda necessita de reelaboração:

*No trabalho pedagógico na pré-escola tem predominado uma organização linear do conteúdo, ou seja, vê-se modelos de conteúdos passando de escola para escola, baseados em modelos antigos, que já não mais condiz com a realidade das nossas crianças, conteúdos em nada atrativos ou ligados a realidade da criança, mas que no entanto estão em salas de aula (OLIVEIRA, 2002, p.217).*

Nesse contexto (KRAMER, 2001, p.113) pontua: "é preciso que a ação pedagógica se diversifique e leve em consideração as condições reais de vida das crianças, procurando garantir que elas aprendam verdadeiramente, acreditando nas suas possibilidades em conseguir".

Isso nos leva a pensar a importância das transformações na criança, e as marcas que estas transformações produzem nela. Neste sentido Bujes, afirma:

*Ao considerarmos que vivemos em contextos culturais e históricos em permanente transformação, podemos incluir aí também a idéia de que as crianças participem igualmente desta transformação e, neste processo, acabam também transformadas pelas experiências que vivem neste mundo extremamente dinâmico (BUJES, 2001, p.21).*

Refletindo sobre a citação de Bujes percebemos que é de extrema importância que tenhamos presente, como docentes, as transformações pelas quais nossas crianças passam durante todo o processo da infância e que, além disso, possamos acompanhar estas transformações, fazendo destas, momentos educativos. Para tanto, as creches e pré-escolas deverão

ser um espaço de constantes descobertas, ou seja, um espaço de fato de educação infantil.

## EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO.

Quanto à abordagem sobre identidade de gênero na educação infantil, entendemos que é necessário inicialmente explicitarmos o que estamos entendendo por esta expressão para posteriormente seguirmos nossa reflexão frente ao papel da escola na construção do gênero.

Tomamos como ponto de partida Louro, que conceitua o gênero quando diz:

*Entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, pois estas estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, possíveis de transformação. Uma vez que em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculino e feminino, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 1997, p.24).*

Todas essas estruturas, essas mudanças, vão se transformando ao longo da vida em determinados momentos históricos, em uma dada sociedade, em diversos grupos tais como: religiosos, raciais, de classe, gênero e outros.

Ainda sob esse contexto Meyer vem contribuir quando diz que:

*O conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos distinguindo-*

os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (MEYER, 2003, p.16).

Assim sendo, o gênero perpassa por caminhos que não aborda as diferenças simplesmente como distinções biológicas entre homens e mulheres, mas sim tende a perceber tais diferenças sem que as mesmas levem às desigualdades geradoras de opressões e discriminações. Felipe ressalta:

*O conceito de gênero procura se contrapor a idéia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, enfatizando os processos de construção ou formação histórica, lingüística e socialmente determinada. A constituição de cada pessoa deve ser pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos. Desta forma, o conceito de gênero trouxe-nos a possibilidade de colocar em discussão as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, proporcionando-os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças (FELIPE, 2004, p.33).*

Nas últimas décadas, vários foram os estudos referentes à educação, entre eles, com relação à educação infantil que abordam os conceitos referentes ao desenvolvimento lingüístico, cognitivo, afetivo, social, psicomotor, e outros, como também questões voltadas para a prática escolar e suas implicações. No entanto, "poucos são os estudos que tentam dar conta da construção de identidade de gênero e identidade sexuais na infância" (FELIPE, 2005, p.31).

Neste sentido, Louro nos lembra: "Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz

isso". ( LOURO, 1997, p.57). Muito cedo a escola já instituiu deveres, normas, regras e entre todos esses fatores instituiu os tempos e lugares para meninos e meninas separadamente. Também se utilizou de conteúdos diferenciados para as meninas com aulas de culinária, bordados... dotes voltados para uma "perfeita" esposa, mãe. Para os meninos, aulas de esportes, atividades que estimulavam e desenvolviam o lado másculo, atlético, homem forte, inteligente. Com isso legitimou a mulher como frágil e o homem como forte.

A escola limita espaços, ela impõe o que pode e o que não pode, utilizando para isso de subterfúgios para instituir o que os meninos e as meninas podem, criando com isso, já no interior da escola, distinções de agrupamentos nos mais diferentes contextos: no pátio, no refeitório, na sala de aula, nas brincadeiras, legitimando desde cedo uma educação sexista geradora de futuras desigualdades, rivalidades.

Nesse contexto, Felipe afirma:

*A escola, em geral, não disponibiliza outras formas de masculinidade e feminilidade, preocupando-se apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo a referência. Tudo o que se distanciar dela poderá ser interpretada como anormal, desviante (FELIPE, 2004, p.34).*

Ou seja, a escola ao invés de propiciar condições, atividades que não discriminam os meninos e as meninas, acaba por criar condições adversas. Isto causa cada vez mais a distinção sexista, as desigualdades e, conseqüentemente a hierarquização entre os sexos, tornando crescentes as discussões sobre o que é desejado e esperado para os meninos e o que é es-

perado e desejado para as meninas, como se ambos fossem de mundos distintos. Sobretudo reafirmando o papel que a sociedade lhes impõe.

Complementando esse pensamento, Louro relata que:

*Os antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar, andar, a forma de colocar os cadernos, pés e mãos acabaram por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que passar pelos bancos escolares (LOURO, 1997, p.61).*

Podemos observar que ainda hoje, no âmbito escolar, temos atitudes, condutas que geram essa rotulação de comportamentos discriminatórios, conduzindo os meninos e meninas a uma constante rivalidade, além de "distinguir-se os corpos e as mentes" (LOURO, 1997, p.62).

Dentro dessa visão, recorro a Meyer quando afirma:

*Desde sua constituição, a escola moderna é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. Embora não seja possível atribuir a ela toda a responsabilidade pela construção das identidades sociais, ela continua sendo, para crianças e jovens, um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais (MEYER, 2004, p.8).*

Desde o momento do ingresso na escola, ocorrem já as diferenças que são ligadas ao fator social, de raça, de religião, de sexo, de gênero... fatores esses que fazem parte de toda uma sociedade. A escola, por sua vez, ao invés de trabalhar com as diferenças de

modo a acolhê-las e aproximá-las, geralmente as afasta, causando as desigualdades e produzindo assim exclusões cada vez mais constantes nos diferentes contextos. Dentre esses contextos, contempla Louro:

*Nos currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação, são, seguramente loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe, são constituídas por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (LOURO, 1997, p.64).*

Por esse motivo, se faz necessário que educadores e educadoras se questionem constantemente sobre suas atitudes implicativas na construção do gênero dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, Meyer ressalta:

*Por razões muito variadas, professores e professoras tendem a se apoiar em abordagens normativas quando se deparam com questões de gênero e de sexualidade, e suas ações, nestes campos, são balizadas por saberes que, supostamente, permitem classificar e diferenciar com certeza o que é normal e o que é desviante. Nessa direção, as escolas podem ser um exemplo de instituição em que se reitera, constantemente, aquilo que é definido como norma central, já que norteiam seu currículo e suas práticas a partir de um padrão único (MEYER, 2004, p. 11).*

Nesta perspectiva, é necessário que a escola, com seus professores e professoras, reavalie suas práticas pedagógicas, suas condutas e, principalmente, seus conceitos e pré-conceitos sobre o que é tido como normal ou anormal, mas-

culinidade e feminilidade, pois o fato de os professores e professoras não se questionarem sobre as produções de identidades de gênero na escola, acabam reafirmando estereótipos do que é ser menino ou menina.

Louro contribui quando afirma que:

*Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe, se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdades, se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão, se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida, e por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997, p.85-86).*

Vale ressaltar que ao se deparar com situações de gênero, o (a) educador (a) não pode ficar alheio (a) à situação, pois a não interferência resultará na legitimação da hierarquização entre o masculino e o feminino.

### A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NA ESCOLA PESQUISADA.

A pesquisa contou com três momentos, profundamente articulados, entre si. O 1º momento foi a

observação dos alunos e da professora durante as atividades e brincadeiras desenvolvidas com relação à construção do gênero, no decorrer do 1º semestre do ano de 2007, semanalmente e no 2º semestre do mesmo ano quinzenalmente, com a duração de 4h (período em que as crianças permanecem no Centro de Educação Infantil).

A sala era composta por 24 alunos (as), sendo 12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Dentre todos os alunos, (as) 4 eram da zona rural e 20 da zona urbana. Deste total de alunos (as), 15 já haviam freqüentado a educação infantil e 8 estavam vindo pela 1ª vez.

O 2º momento da pesquisa de campo consistiu na entrevista com a professora com questionamentos que abordavam a sua prática, sua atitude em sala de aula frente às atividades e brincadeiras que envolviam a questão de gênero. Finalmente, o 3º momento envolveu uma conversa com todas as crianças da sala, sobre brincadeiras para meninos e meninas, cor de roupa para meninos e meninas..., ou seja, atividades diversas que envolviam também o gênero e as diferenciações sexistas.

Assim, foi possível observar que as brincadeiras desenvolvidas são legitimadoras do lugar da menina e do menino, pois a professora constantemente separava os dois grupos atribuindo para as meninas brincadeiras relacionadas com o ambiente doméstico, com panelinhas, bonecas. Para os meninos, brincadeiras relacionadas à força, ao esporte, jogos, o que vem reforçar a visão que se tem da mulher como dócil, meiga, feminina, materna e do homem como forte, viril, intelectual.

A atitude da professora diaria-

mente reforçava essa visão. Além das brincadeiras foi possível observar também que todas as manhãs, a professora separava as mesinhas rosas para as meninas e as azuis para os meninos. Não era permitido que meninos se sentassem nas mesas rosas como também não permitia que os meninos brincassem de casinha com as meninas. No almoço, nada de pegarem os pratos rosa para comer, acreditando que, com essa atitude, estaria protegendo os meninos de qualquer "desvio" de identidade, evitando assim qualquer mistura entre os meninos e as meninas.

Na entrevista realizada com a professora e com as crianças, a legitimidade da desigualdade entre gêneros foi enfatizada, pois a professora relatou que havia alunos que gostavam de brincar de casinha com as meninas e que, curiosamente, desejaram também passar batom. Então, desse dia em diante ela cortou a maquiagem, tirou os pratos rosas do refeitório e não deixou mais os meninos brincarem com as meninas de casinha.

Com relação ao depoimento das crianças, os meninos relataram que, entre outras coisas, menino não chora e nem pode brincar com as meninas, que as meninas têm de brincar com bonecas, pois são delicadas e não sabem jogar futebol. Que homem não veste roupa rosa e que se a professora fosse homem seria bom, pois assim jogariam futebol todos os dias.

Já as meninas relataram que não queriam ter professor homem, pois eles não têm paciência e nem delicadeza e, que menina não brinca com menino, pois eles são chatos, mas que se quiserem sabem jogar futebol.

Estes foram alguns dos relatos das crianças e da professora, depoimentos estes que legitima-

ram fortemente a educação sexista.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou apresentar a história da educação infantil, seus marcos e suas transformações, bem como as implicações da construção de gênero no contexto escolar. Com isso pôde-se perceber uma construção histórica e social da educação infantil e suas implicações para a construção de gênero. Estas estão implicadas no cotidiano escolar das crianças, mostrando e se fazendo notar através da linguagem, das brincadeiras, dos jogos, materiais didáticos e outros, tendo como monitores (as) professores (as) que acabam por reforçar tais desigualdades, uma vez que ignoram ou legitimam as mesmas. Portanto, se faz fundamental que a escola promova um ambiente, onde meninos e meninas brinquem juntos, convivam, pois a escola é um espaço de convivência com o outro.

Assim é importante que a escola e professores (as) problematizem as desigualdades, os estereótipos apresentados no cotidiano escolar, para assim romper com o processo que discrimina, que exclui, que hierarquiza, ou seja, que limita as possibilidades de ser menino ou ser menina.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana de; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Trabalhando a diferença na Educação Infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Esta-**

**tuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069. Promulgada em 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2000.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinários**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

KRAMER, Sônia. **A política do Pré-Escolar no Brasil: A arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN, Júnior Moyses. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei Federal 9394. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (org.). **Corpo, Gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Docência em formação: Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

# Processo de transição do ensino fundamental de oito para nove anos: Implicações pedagógicas

I Barbosa, Mara Sílvia Paes;  
II Pavan, Ruth, co-autora,  
orientadora.

I Mestranda do Programa de  
Mestrado em Educação da Universi-  
dade Católica Dom Bosco em Práti-  
cas Pedagógicas e suas Relações  
com a Formação Docente  
e-mail: silviaqueirozla@hotmail.com

## RESUMO

O presente artigo intitulado "Processo de Transição do Ensino Fundamental de Oito para Nove Anos: implicações pedagógicas", discute a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras. Inicialmente situa o Ensino Fundamental no cenário político do país, com o objetivo de caracterizar as transformações e as implicações pedagógicas que as escolas brasileiras vêm enfrentando em relação a esta implantação. Em seguida, focaliza questões relevantes sobre o processo de transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos e as dificuldades pedagógicas inerentes às práticas realizadas no cotidiano. A fim de compreender melhor esse processo busca-se na voz dos protagonistas, professoras e alunos, elementos que possibilitem identificar de que forma essa ampliação

está sendo percebida e construída pelos segmentos envolvidos no processo. As considerações apresentadas são fundamentadas por autores comprometidos com uma política educacional voltada para a democratização do ensino brasileiro. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico. Através de dados coletados por observações realizadas em uma escola da região Centro-Oeste do país, identificou-se que as práticas pedagógicas existentes no interior de uma sala de aula de 1º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos estão voltadas para a alfabetização, centrada na leitura e na escrita, sem um olhar atravessado pela ludicidade, ou seja, observou-se uma ruptura abrupta entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Educação pública. Ensino fundamental de nove anos. Práticas pedagógicas.

## Introdução

No decorrer das últimas décadas, as políticas de educação implantadas de acesso, permanência e universalização, foram pautadas no caráter econômico e financeiro, desprezando os aspectos pedagógicos. A atual proposta de

ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos traz uma nova perspectiva de fortalecimento do processo e ensino aprendizagem dentro do cenário educacional, tendo em vista que o prazo proposto para adequação de todas as escolas à Lei é até o ano de 2010. A maioria dos Estados e Municípios já aderiu a essa política. Discute-se, então, neste artigo, o processo de transição e as implicações pedagógicas que a mudança traz aos sistemas de ensino, focalizando as práticas pedagógicas existentes em uma sala de aula do 1º ano, com alunos de seis anos, do Ensino Fundamental de uma escola da região Centro-Oeste do país, sob a óptica de duas professoras e das crianças que fazem parte deste contexto educacional.

## Ensino Fundamental: reflexões iniciais

A educação básica no Brasil tem procurado consolidar o objetivo de assegurar a todos os brasileiros uma formação comum, indispensável para o exercício da cidadania, bem como promover o desenvolvimento integrado de conhecimentos, necessários à inserção em uma sociedade letrada. A Lei de diretrizes e Bases - LDB (9.394/96), em seu Art.5º, afirma que:

O acesso ao ensino funda-

mental é direito público, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

A democratização para o acesso e a permanência na escola vai além da equidade do direito de todos a educação, implica na qualidade, sendo esta pautada no princípio de um processo de aprendizagem com autonomia que vem se afirmando dentro do contexto marcado pela modernização econômica, pelo fortalecimento dos direitos da cidadania e pela propagação das tecnologias da informação.

De acordo com as informações contidas no INEP, dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica 2005, 30% dos alunos matriculados no ensino fundamental têm idade diferente da considerada adequada para cursar as turmas de 1ª a 8ª séries, que é de 7 a 14 anos. As maiores taxas de distorção são constatadas, segundo o INEP, nas classes de 5ª a 8ª séries, todas superiores à média do ensino fundamental. A taxa mais elevada é na 5ª série, onde 38,6% dos alunos estão fora da faixa de idade considerada correta. A exclusão escolar de crianças na idade própria, seja por omissão do Poder Público, pela família ou pela sociedade, é a forma mais cruel de exclusão social, pois fere o direito garantido de cidadania, contribuindo para reproduzir cidadãos marginalizados e alienados de qualquer perspectiva de futuro.

O atraso no percurso escolar dos alunos tem sido um dos principais fatores de evasão, tornando o ensino fundamental garantido a todos por direito e, por isso decla-

rado obrigatório, seletivo e altamente excludente, à medida que os alunos matriculados nesta etapa de ensino não permanecem na escola. Ainda assim, a Educação Básica brasileira tem conquistado, ao longo dos últimos anos, avanços significativos, considerando-se o aspecto quantitativo. No entanto, há de se reconhecer que o progresso verificado no acesso à escola do grupo de alunos de 7 a 14 anos, que se aproxima da universalização, não possui a mesma evolução dos demais grupos de alunos da Educação Infantil e Ensino Médio.

Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB apontam para a necessidade de melhorar ainda mais a aprendizagem dos alunos, o que inclui a construção de conhecimentos significativos, a formação de atitudes e valores adequados ao término do ensino básico. A repetência, a evasão, a distorção idade-série, a violência nas escolas, mostram a urgência de investir na qualidade do ensino oferecido no país.

A qualidade do que é ensinado também tem haver com a repetência e com a desistência: como não sair de uma escola onde a realidade, com a sua cruz e com a sua luz, não entra? Como curtir a aventura da leitura de livros que falam de um outro mundo, distante e estranho? Quem não lê sabe menos, e nossas elites querem isso mesmo: no máximo, aquele mínimo de adestramento técnico. Nada de desafios e questionamentos. Quem está desinformado é mais facilmente explorado (ALENCAR, 2001, p. 61).

Neste contexto, um sistema educacional que traz a herança de uma educação excludente e livresca, onde reprova sistemática-

mente seus estudantes, fazendo com que a maioria deles abandone a escola antes mesmo de completar a Educação Básica, não é uma educação almejada. Assim como os que concluem o ensino básico no período proposto, pela legislação vigente, não é satisfatória, caso a aprendizagem não seja significativa. Em suma, um sistema de qualidade seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem o acesso à escola, sendo essa de condições iguais a todos que a frequentassem, não promovendo repetências, abandonos precocemente e garantindo aprendizagem necessária à formação de cidadãos capazes de se inserir na sociedade, com condições de assegurar o espaço adequado para uma vida com qualidade.

#### Legislação: Ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos

Iniciamos lembrando as palavras de Carneiro (2002, p. 9) "A educação brasileira vive um clima de intensa efervescência após um quarto de século, em que o país conviveu com uma legislação educacional ortodoxa e contraditória no seu processo de formulação".

Ao longo destes últimos anos, o mundo passou por grandes transformações nos campos científicos e tecnológicos, mudaram-se os paradigmas existentes, transformando fundamentalmente o cotidiano das pessoas, assim como os conceitos de espaço e tempo, bem como de aprendizagem. A idéia de repasse do conhecimento deu lugar ao pensar, imaginar, criar, interpretar, substituindo o memorizar.

Com base em Saviani (2001) o Ensino Básico passa por uma

série de ampliações que de acordo com a LDB, Lei de Diretrizes e Bases n.4.024 de 20 de dezembro de 1961 – estabelecia quatro anos de ensino obrigatório. A passagem do primário para o Ginásial era feita através de uma prova de acesso intitulada como Exame de Admissão. Esta Lei teve sua vigência até os anos de 1970, quando então, no ano seguinte, com a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 – a obrigatoriedade do Ensino Fundamental estende-se para oito anos, ficando em vigor na maioria dos Estados e Municípios até o ano de 1996. Com a junção do antigo Primário e Ginásial, desapareceu o Exame de Admissão.

Assim, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, - sinaliza a ampliação do ensino fundamental para nove anos, iniciando a escolarização básica aos seis anos de idade. A Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – aprova o Plano Nacional de Educação/PNE – o Ensino Fundamental de Nove Anos, passa a ser meta no ensino nacional e constitui a meta número 02 do PNE. Segundo esse documento, à medida que o ensino fundamental de oito anos se universalizasse para a população de 7 a 14 anos, o período de escolarização obrigatória deveria ser ampliado, por meio da incorporação da criança de seis anos de idade ao ensino fundamental. Assim, foi instituída a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou a redação dos Artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB, ampliando para nove anos a duração do ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Seu Art. 5º estabelece que "Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental". A Constitui-

ção Federal, § 1º do art. 211, afirma que:

Cabe ao Ministério da Educação cumprir sua função de prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para garantir um padrão mínimo de qualidade da educação: A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios, financiará as instituições de ensino público federal e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Calçado na necessidade de se discutir os conceitos que elevam essa qualidade de ensino.

A ampliação do Ensino Básico sinaliza um momento de reflexão sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como a qualidade desse ensino. De acordo com as palavras de Freire (2002), a educação é vista como uma forma política de intervenção no mundo, onde estão em jogo interesses diversos, apontando para objetivos, valores, ideais, escolhas, decisões, também divergentes, portanto "a qualidade de ser política, inerente à sua natureza [...] a educação não vira política [...] ela é política" (FREIRE, 2002, p.124).

### O processo de transição: implicações pedagógicas

O MEC-Ministério da Educação é responsável pela implementação de políticas que amparam os direitos dos cidadãos que estão inseridos na escola, respeitando-os em seus tempos e ciclos de vida. Para tanto, tem provocado o debate sobre a infância na educação básica, considerando, neste momento, a

obrigatoriedade da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração com a inserção da criança aos seis anos de idade. Para Fernandes,

[...] A infância se constitui em um dos ciclos da vida singular no desenvolvimento humano, que exerce impacto considerável sobre os demais ciclos. Dessa forma, o atendimento dos sujeitos que se encontram nesse ciclo precisa ser devidamente respeitado e assegurado, também, pelos sistemas de ensino [...]. (2006, p.02)

Compreende-se que o desenvolvimento da criança não se faz com saltos repentinos e sim lentamente, acrescentando, somando experiências, contribuindo para um ensino graduado de acordo com o poder de absorção crescente da criança. Assim, podemos entender a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em âmbito nacional, como um espaço-tempo de transformação da escola, de modo que repensem sua organização, reformulando conceitos pré-existentes sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A ampliação do ensino fundamental possibilita aos sistemas de ensino a oportunidade de replanejar os currículos, principalmente os conteúdos, as metodologias e os processos de avaliação, que devem ser adequados à faixa etária dos alunos e aos objetivos de cada etapa, buscando sucesso do aluno no seu processo de aprendizagem (RESOLUÇÃO Nº. 289, de 21 de setembro de 2006).

Sob essa óptica, a escola que recebe as crianças de seis anos no primeiro ano, deve se preocupar em assegurar que essa transição ocorra da forma mais acolhedora possível. A passagem da cri-

ança para o Ensino Fundamental não pode representar uma ruptura abrupta com o processo anterior vivido pela criança, seja em casa ou na instituição de educação infantil, e sim uma continuidade às suas experiências de forma que a criança se sinta inserida e acolhida num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem.

É importante analisar a ampliação da educação fundamental para nove anos, considerando não apenas suas repercussões mais imediatas no campo do currículo e das práticas pedagógicas, mas também suas repercussões mais amplas nas interações com outras políticas como, por exemplo, a educação infantil, neste caso, tendo como horizonte a questão da infância nas sociedades contemporâneas (SANTOS E VIEIRA, 2006, p.788).

Ainda neste contexto da inserção da criança aos seis anos no ensino obrigatório, ressaltamos a necessidade da discussão articulada das políticas públicas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil como observa Kramer:

Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimento e afeto; saberes e valores; cuidados e atenção, seriedade e risos. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presente na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. (2003, p.22)

Nesta perspectiva, o período de transição da educação Infantil para o Ensino Fundamental precisa consolidar o lugar e o espaço

da criança, respeitando a infância em sua totalidade, ou seja, uma prática educativa que favoreça o pleno desenvolvimento da criança, considerando suas especificidades.

### **O Ensino Fundamental de 9 Anos: relatos da sala de aula pesquisada.**

As reflexões aqui apresentadas pautam-se numa pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico e foi organizada em dois momentos, sendo o primeiro momento a coleta de dados através de procedimentos de observação dos alunos e das professoras durante as atividades e brincadeiras desenvolvidas no espaço escolar do ano letivo de 2007. No 1º semestre as observações foram realizadas semanalmente e no 2º semestre quinzenalmente com a duração de 4h (período este em que as crianças encontravam-se em atividades). No momento seguinte, foi realizada uma entrevista com as professoras, pautada, em questionamentos que abordavam as práticas pedagógicas construídas frente às atividades e brincadeiras propostas. Posteriormente, realizamos uma conversa informal com alunos que apresentaram maiores dificuldades no processo ensino aprendizagem, em alguns momentos, com questões direcionadas e em outros não.

Consideramos esse diálogo importante, pois através dele pudemos entender a criança em seu universo, o que elas pensam, gostam, quais são seus interesses, de que forma compreendem o mundo no qual estão inseridas, evidenciando as relações existentes no interior do espaço escolar.

A sala é composta por vinte e seis alunos, sendo que treze são

do sexo feminino e treze do sexo masculino, três destes alunos residem na zona rural e os demais na zona urbana. Dos vinte e seis alunos, vinte e quatro já frequentaram a escola, na Educação Infantil, na mesma instituição observada ou nos Centro de Educação Infantil e dois iniciam sua vida escolar no primeiro Ano do Ensino Fundamental. Entre os vinte e seis alunos, encontramos vinte e quatro com seis anos de idade e dois deles têm completos os sete anos de idade. Nesta perspectiva, observamos que as práticas pedagógicas vivenciadas comprovam uma preocupação ostensiva quanto ao processo de alfabetização que é caracterizado na fala da professora pesquisada, em diversos momentos. Relataremos então algumas expressões ocorridas no início do ano letivo, decorridos 20 (vinte) dias de aulas na referida sala.

*"Aqui só tem mocinhos e mocinhas, então nada de brincadeira, é hora de aprender a ler e escrever senão vai chegar o final do ano e aí vão ficar aqui comigo".*

Em outro momento da observação agora já passados 56 (cinquenta e seis) dias de aulas, ou seja, no final do segundo bimestre, a professora diz: "Já era para estar lendo né, você não acha?" (expressão de espanto da professora).

É necessário ressaltar que concordamos com autores que refletem sobre a alfabetização em um sentido para além da leitura e escrita conforme retrata tão bem Freire (2001) ao dizer que desde muito cedo aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e escrever palavras e frases, já estamos "lendo", bem ou mal, o mundo que nos cerca. Assim, podemos dizer que alfabetização não

se resume apenas na aquisição de habilidades mecânicas da codificação e decodificação do código lingüístico e sim na capacidade de interpretar, compreender, criticar, re-significar e produzir conhecimento a partir do meio cultural e social em que estão inseridos.

As crianças, em sua maioria, ao serem questionadas sobre o que aprendem na escola, responderam que é ler e escrever como respondeu essa criança: *"aprendo um monte de coisas, continha de tirar, letra de mão, fazer os nomes das coisas, desenhar"*. E, ao serem questionados, o que mais gostam de fazer na escola todas disseram que é brincar. Como relatou um dos alunos: *"brincar no parque, jogar bola na quadra, brincar de casinha"*.

Nesse sentido, acreditamos na necessidade de compreender a ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos, salientando que essa mudança não se deve configurar somente na inserção da criança de seis anos no 1º ano e sim na oportunidade de considerar a re-significação da cultura escolar e principalmente, da construção de uma nova cultura de alfabetização, onde o olhar esteja voltado para o além do uso do caderno, da leitura e da escrita de palavras. Que a preocupação em foco seja a criança de seis anos e suas particularidades, questionando permanentemente todo o processo, pois:

É pela imposição de um ritmo próprio, escolar, marcado por sinais (como sinetas, gestos e olhares dos/as professores/as etc.), e pela delimitação do que pertence à sala de aula e o que fica fora dela, que se treinam os sujeitos para a aquisição de uma postura e uma disposição vistas como condizentes às atividades intelectuais [...].

(LOURO, 2002, p.126).

Podemos afirmar que não foi possível observar, na sala de aula pesquisada, uma preocupação por parte das professoras para que não haja uma ruptura abrupta entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de nove anos.

### Considerações Finais

Procuramos mostrar, neste artigo, as questões e problemas decorrentes do processo de transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Apontando também para a necessidade de reflexão sobre ações que implicam no acolhimento da criança de seis anos, no âmbito do Ensino Fundamental. Deve-se respeitar o seu desenvolvimento, garantindo uma aprendizagem condizente com a sua faixa etária, valorizando assim o tempo e espaço que a criança necessita para o processo de adaptação da Educação Infantil ao Ensino Fundamental sem uma ruptura abrupta. Vê-se então a necessidade de que a criança se sinta segura ao ser inserida nesta etapa de ensino, cabendo às instituições educacionais promover essa segurança. Na sala de aula pesquisada, pudemos observar nos relatos das professoras uma profunda e única preocupação com o processo de alfabetização na leitura e escrita, enquanto que, nos relatos das crianças, a ênfase está focada na ludicidade. Compreende-se assim que o alfabetizador necessita considerar a criança de 6 anos inserida no Ensino Fundamental com especificidades da Educação Infantil e que precisa ser respeitada nas práticas pedagógicas desenvolvidas durante o processo de ensino aprendizagem, ou seja, é necessário um olhar volta-

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Chico. Educação no Brasil: um breve olhar sobre nosso lugar. In: GENTIL, Paulo; ALENCAR, Chico (orgs.) *Educar na esperança em tempos de desencanto*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. (p.45-64).
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº. 9394/1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ampliação do ensino fundamental para nove anos. 3º relatório do programa*. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ampliação do ensino fundamental para nove anos. Relatório do programa*. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ensino fundamental de Nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE. Estação Gráfica, 2006.
- CARNEIRO, M. Alves. *LDB fábil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo*. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FERNANDES, Francisco das Chagas. *Política de Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos - Pela inclusão das crianças de seis anos de idade na educação obrigatória*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EnsFundChagas\\_ensfundnoveanos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EnsFundChagas_ensfundnoveanos.pdf)>. Acesso em 14 nov. 2007.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- INFORMATIVO, INEP. ANO 4. Nº. 141, JUNHO 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo141.htm>>. Acesso em 20 out. 2007.
- KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de 6 anos de idade*. Brasília, DF, 2006, p.19-21.
- KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e ensino fundamental. In: *Educação e Sociedade*, out. 2006, vol.27, N. 96, p.797-818. |
- LOURO, Guacira Lopes. A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 2002. (p.119-129).
- SEC/CEDD. *RESOLUÇÃO Nº.289*, de 21 de setembro de 2006.
- SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão e VIEIRA, Lívia Maria Fraga. *“Agora seu filho entra mais cedo na escola?”: a criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos em Minas Gerais*. In: *Educação e Sociedade*, out. 2006, vol.27, N.96, p.775-796.
- SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

# A educação no contexto capitalista

Marialba da Glória Garcia Carneiro  
Professora do Curso de Pedagogia  
Faculdades Integradas Urubupungá-  
FIU- Pereira Barreto - SP

**Resumo:** A finalidade deste trabalho é refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo estado, as reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas e suas implicações na educação de nossas crianças, jovens e adultos num contexto de uma sociedade capitalista e neoliberal.

**Palavras Chave:** Capitalismo, Estado, Políticas Públicas, Ensino e qualidade.

## I - Introdução

A sociedade contemporânea necessita de mudanças no que diz respeito ao papel do estado, entretanto percebe-se que todas as mudanças ocorrem em função do sistema capitalista que mobiliza todo o mercado econômico mundial.

O Estado é um conjunto de instituições (tribunais, exército, judiciário, órgãos legislativo) que define um sistema econômico e um regime político. No caso do Brasil, um estado capitalista democrata.

Políticas Públicas trata-se de ações desenvolvidas pelo Estado Capitalista, com objetivo de atenuar o desenvolvimento tão desigual.

Vivemos em uma sociedade extremamente desigual e isto faz com que o estado interfira no sentido de suprir as necessidades

das camadas mais pobres através das Políticas Sociais.

Todo governo tem um conjunto de ações sociais (Políticas Sociais), alguns mais universalizantes, outros menos distributivos.

Entretanto, a pergunta que se faz é a seguinte:

Como é realizada a formulação dessas Políticas Públicas? A serviço de quem e para atender quais objetivos? Qual é o papel da educação neste contexto?

Ora, sabemos que o Mercado e o Estado regulam as relações de uma sociedade. Como sabemos, também, que vivemos uma crise do sistema capitalista de produção. Crise esta desencadeada pelos avanços tecnológicos, pela globalização do mercado econômico e pelo conhecimento, que se tornou fundamental no sentido de produzir bens materiais. Melhora-se a qualidade dos produtos e aumenta-se a desigualdade social.

O universo que separa os países ricos dos países pobres é desumano.

O mundo é capitalista e necessita reverter este quadro de pobreza para garantir seu sistema, e, evidentemente, que tais fatos refletem na educação. Faz-se necessário uma nova maneira de educar.

## II - A EDUCAÇÃO, O ESTADO E O MERCADO ECONÔMICO.

As reformas educacionais

trazem mudanças significativas, não só no âmbito escolar, mas em todo o sistema. A escola, atualmente, deve responder pela diminuição da pobreza e pela produtividade.

A importância atribuída à produtividade dos pobres foi determinante para que o Banco Mundial incluísse a educação, a saúde e o desenvolvimento rural no quadro de seus créditos, antes limitados aos projetos de infraestrutura econômica (Fonseca, 1988, p.43).

A educação pública passa então a ser o principal meio de empregabilidade, de produtividade e de desenvolvimento econômico.

Surge, também, uma nova maneira de administrar e/ou gerir as instituições escolares, é necessário maior participação da comunidade e de parcerias com o setor privado.

O Brasil não conseguiu erradicar a questão do analfabetismo, enquanto vivenciamos a revolução tecnológica, ainda convivemos com questões tão primárias como é o caso do analfabetismo.

Um grande número de jovens abandona os estudos por não obter êxito nos mesmos, ou por necessidade de auxiliar a família no sustento da casa, indo trabalhar na precariedade do mercado informal.

Estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostra que a classe média gasta cento e treze dias de trabalho ao ano para custear despesas de saúde, educação, previdência privada, segurança e transporte, que deve-

riam ser oferecidos pelo poder público. (Folha de S. Paulo, 2006).

É a forma Neoliberal de governar o estado que faz com que nos tornemos escravos do sistema de contribuição decorrente da ineficiência do Estado na prestação de serviços.

O neoliberalismo relaciona a melhoria da qualidade de ensino com as concepções do mercado de produção e rentabilidade. Surge, então, nas escolas a lógica da competitividade.

Torres (1996), ao realizar uma análise do documento "Prioridades e estratégias para a Educação: estudo setorial do Banco Mundial (1995)" verifica que a "tônica" das propostas para a educação é a lógica do mercado.

Neste sentido, é notório que as diretrizes da reforma priorizaram o mercado econômico e as necessidades do sistema capitalista.

A escola necessita ser reinventada para que as pessoas excluídas e discriminadas venham a ter oportunidades possíveis. Tal reinvenção parte de um ponto, de uma circunstância na qual começa a gestar o caminho da busca.

De fato a escola é um local privilegiado para promover o saber sistematizado capaz de emancipar os indivíduos, e é neste espaço que se forma a identidade de nossos jovens.

Precisamos saber ler esta sociedade dinâmica e o seu movimento permanente, para entendermos o que acontece no mundo e, como isto, reflete na escola.

Não há como pensar em organizar e planejar os trabalhos do cotidiano escolar se não entendermos que as batalhas que ocorrem na sociedade também ocorrem no espaço limitado da Escola.

A escola como a única ins-

tituição legalmente constituída para oferecer o ensino formal, aquele que sistematiza os conhecimentos acumulados ao longo da humanidade em prol de uma educação emancipadora, para que o educando adquira competência e possa viver com autonomia; tem o dever de trabalhar visando ao desenvolvimento do aluno, para que este possa construir conceitos e desenvolver habilidades no sentido de transformar esta sociedade, tornando-a mais justa e mais humana.

Mia Couto (1996, p21) em seu texto "o Cego Estrelinho" nos mostra que educamos para aquilo que é bom e belo. Evidentemente quando preparamos alguém para a vida apesar de seus limites físicos e/ou mentais, estamos realizando a educação da emancipação.

A escola sem dúvida nenhuma, é o espaço legítimo para desenvolver uma educação libertadora e dialógica onde o aluno possa adquirir competências e habilidades para ser sujeito de sua história.

### III – CONCLUSÃO

Vivemos em um contexto movido pela economia. O mesmo é marcado pela competição que gera a exclusão. Neste sentido precisamos repensar a educação para fazer melhor.

Refletir sobre essa lógica mercadológica da educação e olharmos a educação com mais critérios sociais.

Não podemos olhar a educação sob uma ótica de resultados quantitativos.

A educação é um direito social e ela precisa estar voltada para uma formação de qualidade para todos, para que efetivamente

TODOS sejam responsáveis pelo destino de suas vidas e não dependa de programas sociais. Só assim, seremos de fato soberanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Aparecida Néri. A política educacional do Banco Mundial. In BITTENCOURT, Aqueda Bernadete e OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de. Estudo, Pensamento e Criação, livro II. Campinas: Graf. FE, 2005.

SANTOS, José Barreto dos, COSTA, Maria Cândida de Oliveira, PENA, Perciliana, LIMA, Reinaldo dos Santos, OLIVEIRA, Sônia Selena Baçal de e GRANZOTTO, Tânia Maria. Neoliberalismo e Política educacional. (Material de Apoio – telEduc) - Unicamp-Campinas/2005

TORRES, Rosa M. Melhorar a Qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia D, WARDE, Mirian J. e HADDAD, Sérgio (Orgs). O Banco Mundial e as políticas Educacionais. São Paulo, Cortez, 1996.

COSTA, Vera Lúcia Cabral. Descentralização da Educação no Brasil: As reformas recentes no Ensino Fundamental – Núcleo de estudos de Políticas Públicas – NEPP – Unicamp-Campinas/1998 ( Material de Apoio-telEduc)

MICHELMAN, Bruna, TEIXEIRA, Oscar e MACHADO, Claudia D. Considerações Acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ( Material de Apoio – TelEduc) – Unicamp – Campinas/2.005

Vídeo – aulas 1 e 2. Professor: Reginaldo Moraes e Professora Dra. Eloisa de Mattos Hoffling – CD1 / Unicamp/2.005

# As emoções de crianças portadoras de deficiência mental

**Autoras:**

Adriana Soares do Nascimento de Andrade  
Priscila de Souza Mendonça

**Professora Orientadora:**

Marialba da Glória Garcia Carneiro

**Resumo:** A vida emocional de crianças portadoras de deficiência mental e as interferências positivas e negativas em seu comportamento e em suas emoções.

**Palavras Chave:** Emoções, desenvolvimento, aprendizagem, respeito, comprometimento e motivação.

Por meio desse artigo, discorreremos sobre o emocional das crianças portadoras de deficiência mental, faremos a análise do comportamento e das emoções das mesmas, mostrando como educadores podem orientar melhor esses alunos em seu desenvolvimento e aprendizagem, ajudando-os em sua vida social e tornando-os ativos como toda criança pode e deve ser.

Estamos em pleno século XXI, e muito se tem falado a respeito da educação e socialização das crianças portadoras de defi-

ciência mental, o que, muitas vezes, é esquecido pelos pesquisadores dessa área, é a saúde emocional dessas crianças.

Não temos educadores verdadeiramente capacitados para lidar com técnica apropriada nessa realidade em que nos encontramos.

É de total importância que tenhamos um olhar mais cuidadoso e carinhoso em relação a essas crianças, pois as pesquisas mostram que, infelizmente, a maioria dos familiares, quando sabem que vão receber uma criança com deficiência mental, não aceitam imediatamente, sem contar os outros tipos de rejeição que essas crianças sofrem.

Principalmente para os educadores, é de extrema necessidade conhecer mais sobre as emoções dessas crianças, para que elas possam ter uma melhor aceitação e se sentirem mais motivadas, respeitadas e amadas como qualquer outra criança.

Estudaremos, então, como nos prepararmos para atender tal demanda. Sabemos que esse é

o nosso dever e obrigação para sermos um marco positivo na vida desses alunos, que sofrem tantos preconceitos e rejeições.

Nós, professores, devemos constantemente participar de cursos de aperfeiçoamento e orientações para oferecer um trabalho condizente às necessidades específicas desses alunos tão especiais, não só pela deficiência, mas pelas peculiaridades que possuem.

Vamos analisar esse assunto e entender melhor o que especialistas da área nos dizem:

Segundo Ruth Caribe da Rocha Drouet, o retardamento mental "É um problema de maturação cerebral, de desenvolvimento cerebral retardado, o que prejudica ou mesmo impede a aprendizagem da linguagem, pelo menos em classe escolar regular." (p.p.127).

No livro, *A Psicologia da Criança*, Jean Piaget diz que na fase da evolução da criança:

*"...a imagem mental, a memória de evolução, o jogo simbólico e a linguagem, o ob-*

*jeto afetivo está pelo contrário, sempre presente e sempre atuante, até em sua ausência física, e esse fato fundamental acarreta a informação de novos afetos, sob a forma de simpatia ou antipatia duradouras, no que concerne a outrem, e de consciência ou valorização duradouras de si, no que concerne ao eu." (p.p.97).*

Conforme citação de Ruth Caribe, notamos que é de extrema importância que haja uma atenção muito especial para a criança que possui um retardamento mental, trata-se de uma situação delicada que deve envolver amor, paciência e determinação, mesmo porque essa criança não é a própria deficiência, e sim uma portadora dela, e que necessita de cuidados emocionais também.

Jean Piaget fala da evolução da criança, e constatamos que a afetividade está e deve estar sempre presente em sua vida, sendo assim, essa criança estabelecerá novos relacionamentos afetivos contagiando outras vidas, e isso refletirá em seu próprio eu. Esses fatores favorecerão na aprendizagem e no desempenho dessa criança.

O que pode colaborar muito na saúde emocional dessas crianças é a participação ativa em atividades pedagógicas em conjunto com outras crianças, essa interação, com toda certeza, influenciará positivamente no aprendizado desses alunos, tornando-os mais confiantes.

Em entrevista para a Revista Nova Escola (edição de maio de 2008), a Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, declarou que "...Saber onde os alunos devem chegar ao fim de cada ano letivo é uma conquista a ser comemorada. Mas, para garantir que as expectativas de aprendizagem se realizem, e para todos os alunos, é necessário haver investimento em formação continuada e compromisso dos coordenadores pedagógicos em utilizar os horários de trabalho coletivo...".

Para que esse bom desenvolvimento emocional e educacional ocorra, é necessário que haja formação continuada de professores e total comprometimento de cada um dos envolvidos neste trabalho, ou seja, os educadores devem empenhar-se, para que não haja deficiência no aprendizado e, principalmente, para que essas crianças se sintam tão importantes e capazes quanto os outros alunos.

Nós, como educadores, temos a obrigação de lidar com amor com a criança que é deficiente mental, tanto no aspecto cognitivo, quanto no emocional, pois isso estabelecerá e marcará o que de mais importante a criança tem: sua essência.

Concluindo, educadores devem preparar-se para atender da melhor maneira possível esses alunos com deficiência mental e dificuldades emocionais, in-

dependente de como tenha surgido essa fragilidade.

A intervenção do educador na vida dessas crianças é, muitas vezes, a única fonte de carinho e respeito que elas têm, por isso, o professor deve ser e agir muito além do que um orientador ou formador de opinião, deve ser um amigo e amparar também emocionalmente esses alunos.

Nosso papel como professor é importantíssimo para que a criança deficiente mental e carente na vida emocional se sinta parte da sociedade e tão importante como qualquer outra criança, portanto, devemos sempre analisar nossos conhecimentos e atitudes, para que não sejamos um marco negativo nesses alunos, e sim positivo, ao ponto de fazê-los caminhar saudavelmente, em suas vidas, seja ela escolar, social ou emocional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PIAGET, Jean. A Psicologia da Criança. São Paulo: Ática, 1986.
- DROVET, Ruth Caribe da Rocha. Distúrbios da Aprendizagem. São Paulo: Ática, 1990.
- ESCOLA, Nova. Em busca da qualidade na educação. Ano XXI, Ed.196, 2006.
- ESCOLA, Nova. Sem medo de falar sobre a violência. Ano XXI, Ed.194, 2006.
- ESCOLA, Nova. O Brasil da pré-história. Ano XXIII, Ed.212, 2008.

# Leitura e Alfabetização: Uma questão de Métodos, Estratégias e Cuidados Especiais

Raquel Pereira Ramos  
Aluna do 3º ano de Pedagogia  
Professora Orientadora: Marialba da  
Glória Garcia Carneiro

**RESUMO:** O processo da aprendizagem implica no desenvolvimento de técnicas que serão realizadas de acordo com a evolução do aluno. O desenvolvimento do leitor e sua capacidade estão ligados diretamente ao maior objetivo do processo de alfabetização que se relaciona com o deslocamento progressivo da leitura que apresenta em formas imutáveis, transformando e aperfeiçoando o aluno às mudanças sócio-culturais.

**Palavras-chaves:** Aprendizagem; Desenvolvimento; Alfabetização e Leitura

## 0. Introdução

A pesquisa sobre o processo de aprendizagem na leitura tem a finalidade de buscar conhecimento sobre o processo de alfabetização e o desenvolvimento pelo gosto à leitura.

Trabalhar a diversidade com alunos que apresentem dificulda-

de de aprender a ler se faz necessário para melhorar a qualidade da leitura, mostrando que o aluno não está sozinho diante de todo o processo de aprendizagem, e que o educador faz parte do seu mundo e está junto com ele, na busca de seus objetivos.

O que se pretende com esse artigo é descrever o processo de alfabetização e as conseqüências com a evolução da leitura enquanto processo de interação, pois a leitura acontece mesmo antes que a criança chegue à escola. Aos dois anos, uma criança já é capaz de ler um pacote de chocolate, pois se identifica com o símbolo já visto e, então, entende que o conteúdo é chocolate.

Porém, quando chega à escola é que o problema começa, ou seja, a dificuldade que a criança encontra em identificar as letras já se coloca como dificuldade de leitura na alfabetização.

## 1. O que é Leitura

O processo de leitura visa estabelecer atividades complexas a fim de se conhecer a verdadeira função social da mesma

e mostrar que este processo envolve reflexão, raciocínio e experimentação. Assim, a leitura, em si, começa mesmo antes do contato com o texto, tornando um decodificador ativo, pois este se envolve diretamente no processo.

A leitura é uma atividade que se realiza individualmente por se incluir no contexto da sociedade, abrangendo desde o sistema da escrita até a compreensão e produção do texto que contribuem para o letramento do aluno. Portanto, a leitura tem como principal objetivo desenvolver no leitor a capacidade da compreensão direta dos textos com unidade coerente. Neste caso, há necessidade do leitor aprender o como, o quando e o porquê dentro do contexto, sabendo também identificar e compreender as inferências feitas no texto que o capacitará a entender, os subentendidos não explícitos no mesmo.

Embora a leitura não apresente formas imutáveis, mas uma diversidade de leituras e situações fixas está relacionada ao ato da escrita e, como a capacidade de compreensão não vem

automaticamente, é necessário seu exercício e ampliação em diversas execuções.

Aprender a ler implica o desenvolvimento de estratégias para obter sentido do texto. Implica o desenvolvimento de esquemas acerca da informação que é representada nos textos. Isto somente pode ocorrer se os leitores principiantes estiverem respondendo a textos significativos que se mostram interessantes e têm sentidos para eles. Nessa acepção, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita não é realmente muito diferente. Ambos dependem do desenvolvimento do processo através de sua utilização funcional.

Pela mesma razão, creio que somente se aprende a ler e a escrever uma vez. (FERREIRO, 2003, p. 21)

Na aprendizagem da leitura, é fundamental concluir que o leitor receptor possa ler um jornal ou uma revista ou mesmo um cartaz antes de passar pelo processo de aprendizagem da escrita que não deve ser excluída do aprendizado da leitura que permite ao leitor ver as imagens de mundo de forma mais crítica e complexa, mas pode se tornar um ato penoso caso o leitor tiver somente a informação visual e não puder contar com a informação do conhecimento de mundo que se encontra armazenado em seu cérebro, pois assim terá dificuldade para a interpretação do texto.

Segundo Emília Ferreiro "aprender a ler começa com o desenvolvimento do sentido das funções da linguagem escrita.

Ler é buscar significado, e o leitor deve ter um propósito para buscar significado no texto". (FERREIRO, 2003, p.21).

A leitura contínua produz no leitor, em fase de aprendizagem, uma transformação com aperfeiçoamento estratégico. Assim, no leitor, é produzida uma mudança sócio-cultural que o distingue entre letrados e iletrados baseada nas inferências e interpretações, visando não somente o desenvolvimento de sua aprendizagem como sua condição de leitor.

É preciso ter presente, entretanto, que a leitura é sempre uma elaboração da informação, variando somente a intenção que o leitor deposita numa situação e noutra. É em função do que o leitor projeta fazer que ele seleciona as informações mais adequadas para concretizar o seu projeto. (...) Aprender a ler é aprender a explorar um texto, lento ou rapidamente, dependendo da intenção do leitor. (BARBOSA, 1994, p.123)

Portanto, a leitura é além de um processo de interpretação de textos, um processo que relaciona símbolos escritos (significado) e unidades de sons como capacidade lingüístico-psicológica. O processo da leitura poderá ocorrer, em diferentes situações, que levam a formação sólida sobre a leitura agógica. Esse processo de leitura é o reflexo do processo da escrita.

## 2. O que é Alfabetização

Alfabetização: **ensinar a ler e a escrever**

A alfabetização tem se tornando um grande problema social e de difícil resolução. Pesquisas mostram que o Brasil é ainda um país com índice altíssimo de analfabetismo. Este resultado tem acarretado, por parte de muitos, discriminação àqueles que não tiveram a mesma oportunidade de aprender a ler e a escrever, mas, graças aos esforços de alguns profissionais da área de educação, esse problema vem sendo sanado através de algumas metodologias que ampliam o conceito de alfabetização.

Até pouco tempo, era necessário apenas que uma criança soubesse decodificar as primeiras letras que já era considerada como alfabetizada.

Hoje, segundo alguns estudos, já não se consideram alfabetizados aqueles que apenas sabem ler e escrever exigindo deste maior habilidade nesse processo. Ler, escrever e produzir textos devem estar relacionados como atividade posterior à alfabetização.

Assim, alfabetizar não se reduziria ao domínio das primeiras letras. Envolverá também saber utilizar a língua escrita nas situações em que esta é necessária, lendo e produzindo textos. (CARVALHO, 2006, p.17)

Portanto, atualmente as escolas baseadas também no fato de que alfabetização começa antes e fora delas, ampliaram seus conceitos por saberem que grande parte de suas crianças, embora alfabetizadas, não podem ser consideradas letradas, ou seja, não são capazes da

empregar seus conhecimentos "alfabéticos", em práticas sociais, com diversas habilidades.

Um dos motivos em que se fundamentam as dificuldades enfrentadas na alfabetização brasileira é o índice de analfabetismo, que é uma herança do passado, além das desigualdades sociais, conceito atual de alfabetização e suas expectativas quanto aos resultados. Assim deve-se alfabetizar letrando, ou seja, criar na criança o hábito da leitura e da escrita e suas habilidades a fim de que adquira prazer da mesma, através da leitura de jornais, revistas e livros.

Neste caso, convém ir mais além da simples aquisição do código escrito e aprender a usar a leitura assim como a escrita diariamente, ou seja, é preciso letrar-se. Esta incapacidade de alfabetização nos traz o conceito de letramento.

[...] Alfabetizar-se é conhecer o mundo, comunicando e expressando-se. Isso significa que uma criança começa a ler quando descobre que o mundo é feito de coisas que pode pegar, cheirar, apertar, morder etc. e que pode ser imitado, dramatizado, expresso na música na dança, no desenho, na fotografia, na colagem, na palavra falada, na palavra escrita. (KRAMER, 2001, p.88)

O sistema da escrita através do conhecimento das letras do alfabeto e da ortografia ajuda a criança ler e escrever sem dependência.

Então, alfabetização é simplesmente conhecer os códigos da escrita e da leitura associado ao processo de produção de texto e interpretação do mesmo, tor-

nando a criança letrada.

### 3. Considerações Finais

Através deste trabalho, foi possível analisar várias metodologias do processo de leitura a fim de conhecer a verdadeira função social da mesma e mostrar que este processo envolve reflexão, raciocínio e experimentação.

Sendo ainda as crianças, aprendizes habilitados e experientes que, desde os primeiros anos de vida, exercitam os potenciais de aprendizagem na linguagem oral.

O fracasso na leitura, muitas vezes, é gerado pela falta de informações e conseqüentemente de didáticas dos educadores que, alheios, às conclusões científicas, permanecem utilizando métodos ineficazes, rotulando o aluno e, despertando a idéia de que ler é algo sem sentido sofrível e inútil.

Muitos são os educadores que utilizam a vocalização e subvocalização; confiam demais na informação visual; estimulam mais a memória de curto prazo e ignoram totalmente a importância do significado.

Para aprender a ler, as crianças devem ver formas de empregar a leitura para ampliar seus objetivos e interesses. É necessário utilizar-se de todas as formas de comunicação que cercam as crianças e que elas entendem como ninguém, tais como: rótulos, placas, símbolos, etc.

Enfim, a criança deve ser respeitada em seu potencial e estimulada para a leitura como um ato prazeroso, útil e diverti-

do. Com certeza, muitos dos problemas de leitura detectados serão sanados, pois, na maioria dos casos, os problemas são do ensino e não propriamente da criança.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TEBEROSKY, Ana;  
TOLCHINSKY Liliana (orgs). **Além da Alfabetização**. 3ed. Ática.

TEBEROSKY, Ana;  
GALLART, Marta Soler e colaboradores ET al. **Contextos de Alfabetização Inicial**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Barbosa, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. SP: Cortez, 1990.

Soares, Magda.  
Letramento: **Um tema em três gêneros**. 2ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização Leitura e Escrita**. São Paulo: Ática

FERREIRO, Emília;  
PALACIO, Margarida Gomes. **Os processos de Leitura e Escrita: Novas perspectivas**. 3. ed .Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Helena Rosa (orgs). **Práticas de Leitura e Escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

# A Importância da avaliação no processo ensino-aprendizagem

Daniela Rossi Coelho  
3º Pedagogia 2008

Profª. Orientadora:  
Marialba Carneiro

**PALAVRAS-CHAVE:** Importância, evolução, aprendizagem, futuro.

## INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa mostrará o que é avaliação e qual a sua importância dentro do contexto escolar. Quais os meios que o professor precisa para avaliar seu aluno e para quais fins. Mostrará que para avaliar é tanto no método teórico, como na prática, no dia-a-dia, na sala de aula, detectando assim se há aprendizagem; e se os objetivos propostos estão alcançando resultados.

Proporcionará de forma mais clara como a avaliação é compreendida pelos alunos, e como ela auxilia o professor a analisar os desenvolvimentos destes, e encontrar as causas de várias dificuldades de aprendizagem.

Será que o professor precisa ser autoritário diante das inadequações, ou ser mediador fazendo com que a avaliação se torne importante na vida do aluno; será que a avaliação trata-se de um instrumento que avalia os avanços ou não da aprendizagem dos

alunos?

De que forma a Avaliação é vista pelo o professor: como instrumento de ajuda, ou como instrumento de ameaça? O que esta decisão proporciona para o aluno? Deve-se mudar?

## O QUE É AVALIAÇÃO

Segundo RABELO, 2003, P.69. "O termo avaliação educacional popularizou-se com os trabalhos de Ralph Tyler, mais ou menos na década de trinta, quando este nos legou uma nova concepção de aprendizagem, que tem até hoje influência sobre propostas de avaliação no sistema escolar".

Avaliação é uma concepção metodológica que o professor utiliza para verificar e constatar o nível de aprendizagem do aluno, e se estes adquiriram e aprenderam realmente os conhecimentos visados durante todo o ano escolar, procurando meios para ajudar e melhorar o ensino-aprendizagem.

Vários autores tem sua concepção sobre a Avaliação. Segundo PERRENOUD, 1999, P.41. "A Avaliação é então um momento do trabalho escolar, que se distingue dos outros, mais por uma certa dramatização da situação, do que pelo conteúdo das tarefas".

A Avaliação deve ser compreendida de forma que o aluno en-

tenda que isto só é apenas uma forma ou um meio que o professor utiliza para verificação dos objetivos previstos. Sabendo, assim, o porquê, e onde estão as dificuldades.

Pois sua (meta/função) é melhorar e garantir o ensino-aprendizagem de cada aluno, buscando o aperfeiçoamento do ensino. Por isso, usa o termo "avaliar", para constatar a melhoria do aluno, do professor e da escola, podendo fazer com que haja crescimento e desenvolvimento.

Cabe ao professor desde o início mostrar que avaliar faz parte do processo educacional, e, por isso, ela sempre acompanhará o aluno durante seu período escolar.

A Avaliação é um ponto importante e essencial em vários momentos do ensino escolar, e, por isso, faz parte do dia-a-dia e precisa ser entendida de forma correta, pelos professores e também pela a família, contando com sua participação.

Segundo LUCKESI, 2003, P.42. "Para que a avaliação educacional assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação".

Avaliar não é apenas obter

uma nota, mas sim obter entendimento e conhecimento do que foi ensinado, para que, ao avançar à frente o aluno, obtenha domínio das novas situações para seu crescimento.

#### **AVALIAR PARA QUAIS FINS?**

Segundo vários autores, são muitos os motivos de se avaliar. A avaliação foi feita para auxiliar o professor para classificar e detectar resultados no processo de ensino e aprendizagem, obtivendo qualidades nos desempenhos. Pois é através destes erros e acertos que se descobrem muitas falhas, revelando o saber e não-saber dos alunos e também dos professores.

Mas, muitas vezes, a avaliação se apresenta como conotação inadequada sendo usada como forma punitiva, tornando-a uma forma de verificação e controle, para punir o aluno por causa de seu desinteresse nas aulas ou para que possam obedecer aos professores, tornando-a algo de perturbação.

E, por causa dessa punição, vários professores prejudicam seus alunos, não dando oportunidades para expressarem o que pensam, diminuindo o processo de construção de conhecimentos de seus alunos.

Antes que se defina aonde se quer chegar, devemos avaliar os critérios e procedimentos que são utilizados. Se a avaliação expressa clareza aos alunos, se suas questões há contextualização, se as provas são operatórias, onde dá oportunidade ao aluno de pensar e escrever o que realmente sabe e aprendeu, e não só o que decorou (cópias), fazendo com que aprenda só naquele momento, e não para seu crescimento, classificando esta avaliação uma perturba-

ção, dificultando sua aprendizagem para o resto de sua vida.

Segundo RABELO, 2003, p.21. "Uma avaliação só é produtivamente possível se realizada como um dos elementos de um processo de ensino e de aprendizagem, que estejam claramente definidos por um projeto pedagógico."

Muitos professores tornam a avaliação angustiante, usando sentenças como: se vocês não prestarem atenção, semana que vem vou dar prova; se não ficarem quietos darei uma prova surpresa, vocês estão conversando de mais vou dar a prova mais difícil, e outras. Tornando ao aluno um "acerto de contas" por aquela situação.

De nada vale mudar a visão da avaliação, se a turma não está concentrada naquele momento determinado assunto, o professor precisar mudar seus métodos e contextos, e não mudar o termo "avaliar".

É preciso dialogar com os alunos, deixá-los discutir e debater sobre o assunto a ser estudado, podendo dar clareza a eles, e esclarecimentos aos professores também, descobrindo se realmente estão aprendendo, onde estão suas dificuldades, quais as causas, podendo, assim, saná-las. Quando se há diálogo coletivamente, aumenta a construção de conhecimentos.

Deve-se avaliar em busca de aprendizagens alcançadas, se as metas previstas foram atingidas, e não somente em busca de notas.

De acordo com RABELO, 1998, p.81. "Não se pode confundir avaliação com nota e muito menos permitir que se continue usando o termo nota como sinôni-

mo de avaliação. Nota é apenas uma forma dentre muitas de expressar os resultados de avaliação".

Avaliar não é medir, nem observar uma situação, nem decidir valores. É tomar partido, sobre os objetivos que são realizados, ou seja, averiguar se a situação real corresponde a uma situação desejada, para obter o resultado do ponto de vista daquilo que existe e que não se pode ver. Buscando um melhor desempenho tanto para o aluno quanto ao professor.

Segundo LUCKESI, 2003, p.118 "Avaliação é uma ferramenta qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível". Avaliação é um instrumento importante na mão do professor, então cabe ao mesmo utilizá-la de forma correta, visando resultados satisfatórios para todos os alunos por igual.

#### **OS TIPOS DE AVALIAÇÃO MAIS UTILIZADOS**

Como sabemos, há vários tipos de avaliação que são utilizados pelos os professores, uns fazem uso de apenas um método de avaliar, outros, de vários. Estes tipos de avaliação usados de várias formas, fazem com que alguns professores ajudem os alunos e outros que utilizam de forma inadequada, prejudicando (ou por que não sabem ou por punição).

Muitos professores utilizam a avaliação como método de aprovação e reprovação, avaliando o aluno só naquele momento, sem se preocupar que, aquele aluno não possa ter ido bem naquela prova, mas em outros momentos seu desempenho tenha sido ótimo, al-

cançando todos os objetivos previstos em outras aulas. Por isso como o professor pode avaliar esse aluno?. Será que deve reprová-lo? Isso exige que o professor repense no que ele pode causar ao aluno, não se pode comparar a avaliação como uma simples medida, estabelecida naquele momento.

Os métodos de avaliar devem ser referentes à verificação de aprendizagem. Já que esta tem no processo de ensino a função de "feedback", fornecendo dados para que o professor possa planejar o seu trabalho, buscando aperfeiçoamento no seu método de ensino. Muitas vezes, as dificuldades que os alunos apresentam podem estar na forma que os professores "elaboram" e "dão suas aulas". Não estimulam os alunos, trabalhando de formas diferentes e se atualizando, garantindo melhorias ao aluno e para si mesmo.

Durante todo ano, o professor avalia seu aluno. E, basicamente, a avaliação representa três funções para o professor poder avaliar em cada momento o aluno, visando aos avanços de seu ensino e a do aluno também. A primeira função é a avaliação diagnóstica sempre utilizada no início de um curso, ou ano letivo, usada para verificar o nível de conhecimentos e habilidades para a nova aprendizagem.

A segunda função é a avaliação formativa utilizada para constatar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos. A terceira função é a avaliação somativa, com a função classificatória, realizado ao final do curso ou ano letivo.

Para que o sistema de avaliação seja essencial e eficaz ao processo de ensino-aprendizagem, essas três funções de avaliação

devem ser vinculadas sempre e de modo correto.

### AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Para o professor iniciar seu planejamento ele precisa conhecer o aluno, saber qual o nível de aprendizagem que ele está para, então, poder estabelecer seus objetivos. O conhecimento é essencial para o professor, pois ele pode traçar metas para que o aluno alcance com sucesso seus propósitos.

Segundo SOUZA, et alli, 1993, p.37. "Diagnosticar: visa à caracterização do aluno no que diz respeito a interesses, necessidades, conhecimentos e ou habilidades, previstos pelos objetivos educacionais propostos, e a identificação de causas de dificuldades de aprendizagem".

A avaliação diagnóstica é sempre realizada no início do ano ou curso, para fins de constatar o nível de domínio adquiridos (aprendidos) nos períodos anteriores para iniciar novas aprendizagens. Também é essencial para identificar vários problemas, os motivos dos fracassos, podendo apresentá-las e saná-los. Essa avaliação não precisa ser utilizada no início de ano, mas em vários momentos para constatação do que estão aprendendo, o que estão estudando ou que já tenha estudado, podendo garantir seus planejamentos do ano, e confirmar o que foi alcançado com sucesso pelo o aluno na aprendizagem.

Segundo LUCKESI, 2003, p.35 "A função diagnóstica [...] constitui-se num momento dialético do processo de avaliar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência etc".

### AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa é utilizada no acompanhamento do processo de aprendizagem e formação do aluno, tem a função de controle, é realizada durante todo o ano no decorrer do período letivo. Ela é utilizada para verificar, corrigir e melhorar o desempenho, buscando saber se os alunos estão alcançando as metas estabelecidas, e se estão dominando o conteúdo proposto, tendo seu alcance assegurado, para, então, estabelecer novos rumos e novos conteúdos.

A avaliação formativa é importante, pois é através dela que o aluno conhece seus erros e acertos, descobrindo onde está sua falha na aprendizagem, tentando corrigi-las. Essa avaliação também serve para o professor trabalhar detalhadamente podendo detectar suas falhas na hora de planejar e ensinar, buscando meios para melhorar seu ensino, assim, alcançando resultados melhores que os anteriores.

Segundo HADJI, 2001, p.20. [...] "a avaliação torna-se formativa na medida em que se inscreve em um projeto educativo específico, o de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, deixando de lado qualquer outra preocupação".

A Avaliação Formativa é importante quanto para o aluno e professor. Segundo HADJI, 2001, p.10. Pois ela é [...] "capaz de orientar o aluno para que ele próprio possa situar suas dificuldades, analisá-las e descobrir, ou pelo menos, operacionalizar os procedimentos que lhe permitem progredir".

### AVALIAÇÃO SOMATIVA

Esta avaliação tem como função classificatória utilizada de for-

ma geral, sempre realizada no final de um ano ou curso. Classifica o aluno conforme os alcances adquiridos (ensinados), estabelecidos pelo professor. Apesar de auxiliar o professor a planejar seu trabalho, melhorando o ensino-aprendizagem, ele precisa mudar este método "classificatório"

Essa relação ajuda ao professor repensar; se seus alunos submetidos a uma avaliação apresentaram bom nível de aproveitamento, concluindo se seus procedimentos de ensino foram alcançados com sucesso, mas se um nível de alunos não adquire um aprendizado bom, ele deve repensar sobre seus meios de trabalho didático em sala de aula, antes de estimular-se uma nota. Talvez, o problema não esteja no aluno, mas sim no processo utilizado pelo professor.

Por isso, ao avaliar o aluno no final de um ano ou curso, exige-se uma atenção especial, já que é através dela que é a promoção de uma série para outra, ou de um grau para o outro. Nós, professores, devemos saber que o sucesso do nosso trabalho está nas estratégias planejadas de forma correta, em conjunto com outros professores, em torno de um mesmo rumo: a melhoria do ensino-aprendizagem.

Segundo LUCKESI, 2003, p.35 "Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento".

### CONCLUSÃO

Essa pesquisa proporcionou uma visão fundamental e ampla de como planejar de forma correta, para cada caso, seu plano de aula, podendo, então, avaliar cada aluno, aperfeiçoando os métodos que podem ser utilizados para avaliar o aluno durante todo o ano, para que não o prejudique, mas que possa servir de auxílio para sua evolução de aprendizagem.

Também mostrou que para se avaliar o aluno, não existe um momento, o momento que utilizamos como "prova", mas em vários momentos, no dia-a-dia, tornando um instrumento estimulador, de interesse, esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura e punição como é utilizada por muitos professores. E que o relacionamento que devemos ter com o aluno é essencial para a interação do mesmo.

Conclui-se que o objetivo dessa pesquisa é fazer com que o termo "avaliação" seja visto como forma de adquirir do aluno o que ele aprendeu, tornando para ele algo

natural e que sempre o acompanhará; ao entrar na escola, ao procurar um emprego, no nosso dia-a-dia em vários momentos, sempre.

*O futuro depende de mim,  
professora, você, professor,  
de nós, professores.  
Nós somos a base de um  
mundo melhor.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. Ed. 15. São Paulo-SP: Cortez Editora, 2003.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**. Ed. 4. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.

PERRENOUD, Pliippe. **Avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre-RS: Artmed Editora, 2001.

SOUZA, Clarinda Prado et alli. **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas - SP: Ed. 2. Papyrus editora. 1993



**Faculdades Integradas Urubupungá**  
PEREIRA BARRETO-SP

### Nossa Missão

Formar cidadãos e profissionais críticos e reflexivos capazes de atuarem como agentes transformadores da sociedade

# Capital intelectual: e a nova lei das sociedades anônimas (S/A's) – um estudo introdutório

Aparecida Caetano da Silva  
fiscal3.luck@hotmail.com

Sergio Rodrigues da Silva  
sergio\_rodriguiho@hotmail.com

Quezia Ferlete  
queziaferlete13@hotmail.com

**Resumo:** Normalmente, a contabilidade tem fixado-se no foco financeiro e no resultado econômico das organizações. Hoje a contabilidade moderna, tem a necessidade de contemplar outros elementos patrimoniais que até, então, não merecera, muita atenção, tais como: capital humano, capital estrutural e capital de clientes, esses elementos em conjunto, tornam-se o capital intelectual, objeto de abordagem deste trabalho. Observa-se que o valor do capital intelectual é o conhecimento, experiência, especialização dos recursos humanos, com o intuito de alcançar uma maior vantagem competitiva ao mesmo tempo, obtendo lucratividade, pois a criação de riquezas deixou de ser uma simples aplicação da mão-de-obra, tornando-se também um evento cerebral.

## Palavras-chaves:

Conhecimento, Valorização,  
Nova lei.

## 1 Introdução

Para superar os impactos e atender às necessidades que o

mercado atual representa, as organizações que buscam garantir o seu sucesso e continuidade precisam contar com três capitais: capital humano que faça a diferença, capital estrutural condizente, e capital de clientes, que justifiquem a razão de ser de todos os investimentos da organização, esse conjunto de capitais constituem o capital intelectual de uma organização.

O ativo intangível ou incorpóreo, ou ativo invisível, são bens que não têm substância concreta, não se pode tocar, pegar, sua principal característica é a inexistência, sendo evidente seu valor no patrimônio da empresa.

Na atualidade, o sucesso de uma organização sustenta-se mais em suas capacitações intelectuais e sistemas do que em seus ativos físicos. A capacidade de gerenciar o intelecto humano e de convertê-lo em produtos e serviços úteis está se tornando a habilidade executiva do momento. Como resultado, tem havido um interesse no capital intelectual, na criatividade, na inovação e na organização que se aprende. O intelecto profissional cria maior parte do valor da nova economia. Seus benefícios são imediatamente visíveis em grandes setores de serviços, como softwares, assistência à saúde, serviços financeiros, comunicação e consultoria.

Algumas exigências trazidas pela lei 11.638/07, aumentam a transparência das demonstra-

ções financeiras e representam um importante avanço nas instituições, no que refere ao capital intelectual, oferecendo maior segurança ao investidor, colocando normas contábeis que se harmonizam com as internacionais, facilitando o acesso das empresas nacionais ao mercado externo.

## 2 Metodologia

### 2.1 Procedimento

Nesta pesquisa segue o modelo comparativo, será elaborada a partir de pesquisas bibliográficas.

### 2.2 Pressupostos

Esta pesquisa foi elaborada nas seguintes suposições:

a.) No Brasil, as organizações ainda não são valorizadas no mercado nacional, por seu capital intelectual.

b.) As empresas possuem dificuldades de mensurar o capital intelectual em suas demonstrações.

## 3 Capital intelectual

O capital intelectual abrange os conhecimentos acumulados, a competência e a experiência dos funcionários. Corresponde ao conjunto de informações e habilidades encontradas nas empresas, que agregam valor ao produto final. É um conjunto de benefícios intangíveis que agre-

gam valores às empresas.

O capital intelectual pode ser dividido em quatro categorias:

**Ativos de Mercado:** potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento (backlog), canais de distribuição, franquias.

**Ativos Humanos:** compreendem os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações, por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.

**Ativos de Propriedade Intelectual:** incluem os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios tais como: know-how, segredos industriais, copyright, patentes, designs.

**Ativos de Infra-Estrutura:** compreendem as tecnologias, as metodologias e os processos empregados, como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco, banco de dados de clientes (MARION, 2002, p. 45).

A afirmação dos autores sugere que o capital intelectual iniciou-se com base no Goodwil, quando de seu conceito inicial e limitado, sugerindo, ainda, uma precipitada aglutinação dos dois conceitos. Por isso julga-se oportuno e importante identificar os pontos comuns entre os dois conceitos para que seja viável estabelecer uma relação entre os dois conceitos.

Segundo Antunes (2000), podem ser identificados vários pontos em comum entre o Goodwil e capital intelectual, é certo que o autor admite a impossibilidade de listar todos os fatores e condições em virtude da complexida-

de do assunto.

#### Fatores que geram Goodwil:

- Administração superior;
- Organização ou gerente de vendas proeminentes;
- Fraqueza na administração do competidor;
- Propaganda eficaz;
- Processos secretos com os empregados;
- Excelente treinamento para os empregados;
- Associações favoráveis com outra empresa;
- Legislação favorável (ANTUNES, 2000, p. 86).

#### Fatores que geram o capital intelectual:

- Conhecimento, por parte do funcionário, do que representa seu trabalho para o objeto global da companhia;
- Funcionário tratado como um ativo raro;
- Existência de oportunidade para desenvolvimento profissional e pessoal;
- Sinergia entre os programas de treinamento e os objetivos corporativos;
- Valorização das opiniões dos funcionários sobre os aspectos de trabalho;
- Participação dos funcionários na elaboração dos objetivos de trabalho;
- Encorajamento dos funcionários para inovar; (ANTUNES, 2000, p. 87).

O Goodwil e capital intelectual fazem parte do mesmo fenômeno, pois os fatores que identificam a existência de um valor a mais numa organização, e que integram o capital intelectual, já faziam parte do Goodwil. O conceito de capital intelectual é uma tentativa de identificar e mensurar os intangíveis que, enquanto mensurados, resultam em parte do Goodwil.

Segundo Leal (2000), o capital intelectual é um conceito que engloba o processo final da administração do conhecimento, propõe um modelo que tem a numeração por categoria: o fator humano, que são as habilidades individuais aplicadas a produzir soluções; o cliente que se forma pela qualidade dos mesmos e seus tipos de relação, qualidades dos serviços; e o capital organizacional, tal como a cultura, normas e procedimentos. O modelo sugere que balanceando estes três componentes que geram capitais intelectuais chegue-se a chave para produzir valor e desenvolvimento.

Já Edvinsson; Malone (1998) consideram que o capital intelectual pode apresentar-se como nova teoria, mas que ele esteve sempre presente na forma de bom senso, que o interesse em atender a diferença entre o valor de mercado de uma empresa e seu valor contábil sempre existiu. O que modificou foi a forma de entender esse diferencial. Sendo reforçado nas palavras de Stewart (1998, p. 17) "O poder da força muscular, o poder das máquinas e até o poder da eletricidade estão sendo constantemente substituídos pelo poder do cérebro".

### 3.1 Capital humano

O capital humano é um conjunto de fatores tais como: treinamento, estratégia, experiência, competência e especialização, sendo essa a capacidade das pessoas em realizar trabalhos úteis. O capital humano não pertence à empresa, pois é consequência direta da soma das habilidades e especialidades de seus funcionários. As pessoas geram capital para a empresa através de sua competência, sua atitude e sua capacidade para inovar. As competências incluem as habilidades, a educação e a

atitude no que se refere às condutas, porém é, finalmente, a capacidade de inovar, a que pode gerar mais valor para uma companhia, tudo isto constitui o que chamamos de capital humano.

Isto posto, o capital humano é o conhecimento acumulado, a habilidade e experiências dos funcionários para realizarem as tarefas do dia-a-dia, os valores, a cultura, a filosofia da empresa, e diversos ativos intangíveis, ou seja, as pessoas que são os ativos humanos da empresa. A gestão do capital humano passa pelo levantamento do potencial humano, pela identificação das potencialidades estratégicas a desenvolver e pela capacitação necessária.

Na abordagem de Gil, (2001, p. 27) "[...] o capital humano não é um recurso perecível para ser consumido ou depreciado na engrenagem do negócio, tal como um equipamento, um computador ou um componente."

O capital humano, portanto, configurando-se como um grande referencial de sucesso no meio empresarial, é o que vai determinar o futuro da companhia. Sem um gerenciamento adequado deste requisito, nenhuma empresa terá sucesso com suas metas e objetivos e, conseqüentemente, não alcançará os resultados esperados, muito menos poderá pretender manter-se competitiva no mercado. Como o ativo humano ou capital humano compreende os benefícios que o indivíduo pode propiciar para as organizações, é inevitável que hoje, em dia, as organizações estejam mais atentas em identificar aquelas pessoas que poderão aperfeiçoar essa relação de causa e efeito.

### 3.2 Capital estrutural

O capital estrutural descreve os ativos intangíveis ligados com a estrutura e os processos

de funcionamento interno e externo da organização, ou a infra-estrutura que apóiam o capital humano em toda sua produção, essa é a parte que realmente pertence à empresa, que consiste em banco de dados, máquinas, equipamentos, prédios, tudo aquilo de consistência palpável. O capital estrutural pertence à empresa e pode ser negociado, sendo o ambiente construído pela companhia para administrar e gerar seu conhecimento de forma adequada.

Para Edvinsson possuem as seguintes divisões para o capital estrutural:

#### **Capital organizacional**

*abrange o investimento da empresa em sistemas, instrumentos e filosofia operacional que agilizam o fluxo de conhecimento pela organização, bem como em direção às áreas externas, como aquelas voltadas para os canais de suprimento e distribuição.*

#### **Capital de inovação**

*refere-se à capacidade de renovação e aos resultados da inovação sob a forma de direitos comerciais amparados por lei, propriedade intelectual e outros ativos e talentos intangíveis utilizados para criar e colocar rapidamente no mercado de novos produtos e serviços.*

#### **Capital de processos é**

*constituído por aqueles processos, técnicas (como o ISO 9000) e programas direcionados aos empregados, que aumentam a ampliam a eficiência da produção ou a prestação de serviços. É o tipo de conhecimento prático empregado na criação contínua de valor (EDVINSSON, 1997, p. 22).*

### 3.3 Capital do cliente

Capital do cliente é definido como o valor dos relacionamentos com os clientes, sugerindo

que seja de maneiras distintas das relações mantidas com empregados, mas de fundamental importância para a organização. Para tal, podem-se usar como critério a lealdade o número de negócio e a tolerância ao preço demonstrada pelos clientes. A organização avalia a satisfação do cliente na medida em que é possível mostrar a ligação entre o aumento da satisfação e melhores resultados financeiros. A escolha da empresa do conhecimento no que diz respeito a clientes, tem um significado estratégico vital porque o tipo de cliente com os quais uma empresa do conhecimento, trabalha determina tanto a qualidade quanto a quantidade de suas receitas intangíveis do conhecimento.

Existem três tipos de cliente:

*-os que melhoram a imagem, no qual suas referências e seus depoimentos são muitos valiosos;*

*-os clientes que melhoram a organização, esses exigem soluções de ponta, melhorando a estrutura interna da empresa;*

*-e os clientes que aumentam a competência, que contribuem com projetos que desafiam a competência dos funcionários, fazendo que os funcionários aprendam com eles (SVEBY, 1998, p. 15).*

## 4 O capital intelectual como uma ferramenta gerencial

O gerenciamento do capital intelectual é mais do que apenas o gerenciamento de conhecimento. Gerenciamento do capital intelectual para Edvinsson (1997) é a alavancagem do capital humano e do capital estrutural em conjunto. Trata-se de um efeito multiplicador entre capital humano e capital estrutural. Isto posto, capital intelectual é uma função de gênero e de metas. O

capital intelectual mostra a oportunidade de revisar os papéis das pessoas e das máquinas no desenvolvimento das atividades, e mostra que o ser humano deixou de ser máquina, passando a ser o principal fator do sucesso econômico das empresas. Pode-se observar que, na atual conjuntura mundial, as empresas estão conscientes da importância de ter funcionários capacitados e bem informados no seu quadro de funcionários, boas estruturas físicas, saudáveis relacionamentos com seus clientes, boas relações interpessoais, responsabilidades sociais, detalhes como estes que diferenciam no mundo dos negócios.

Hoje, a informação pura e simples já não garante diferencial competitivo. Para assegurar um lugar no futuro, a empresa precisa aprender a transformar as informações em conhecimentos, e empregá-las para obter novos produtos, diversificar mercados e encantar clientes.

Na abordagem de Marion em suas reflexões sobre o Ativo Intangível:

*[...] quando a Philip Morris incorporou a indústria de alimento KRAFT por 10 bilhões de dólares, a surpresa foi que o patrimônio físico da empresa adquirida estava contabilizada por 1 bilhão de dólares, sendo que os 9 bilhões de dólares adicionais referiam-se aos bens intangíveis (MARION, 2002, p. 27).*

É possível a compra e venda do ativo intangível, como (marcas, patentes); já o conhecimento das pessoas não. O indivíduo com sentimento ansioso pelo sucesso pessoal e organizacional, através de suas habilidades e competências é parte integrante do patrimônio das organizações. Como verificam os autores que torna óbvio que o real valor destas corporações não pode ser deter-

minado somente por procedimentos contábeis tradicionais. O valor real de uma Intel ou de uma Microsoft, não reside no ativo permanente ou mesmo no seu patrimônio líquido, mas em outro tipo de intangível, o capital intelectual esse é o diferencial. Desta maneira, o valor da empresa é a soma do capital intelectual mais o capital físico.

Segundo Wriston (1994), citado posteriormente pelos escritores Edvinsson; Malone (1998, p. 3) "Realmente a nova fonte de riqueza não é de natureza material, mas consiste de informação de conhecimentos aplicados ao trabalho para criar valor".

### 5 O capital intelectual de forma implícita na nova lei das sociedades anônima

A lei número 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que trata das sociedades anônimas (S/A's), publicou em edição extra no Diário Oficial da União, que os intangíveis serão divulgados nas demonstrações contábeis, encerrada em 31 de dezembro de 2008. Seguindo esse pressuposto, podemos considerar o capital intelectual nas demonstrações contábeis, já que se trata de um ativo intangível, embora seja estendida a sociedade de grande porte (Sociedade Anônima), considerando que, para efeito da lei, considera-se empresa de grande porte aquela que consta em seu ativo o valor superior a R\$ 240 (Duzentos e Quarenta Milhões) ou a receita superior a R\$ 300 (Trezentos Milhões). Todavia nada impede que as demais empresas adotem em suas demonstrações contábeis a necessidade da mensuração do capital intangível.

Na abordagem de Neto (2008, p.3):

*"Há muita dúvida com relação a esta mudança, já que*

*propriedade intelectual é ainda um assunto pouco compreendido no Brasil não só pelas empresas, mas pelos profissionais das áreas envolvidas no processo de contabilização de bens imateriais".*

### 5.1 Critérios de avaliação econômica

O ativo intangível como: marcas, patentes, direitos autorais, softwares, recursos humanos e pesquisas têm um novo tratamento contábil no país desde a adoção da nova lei das sociedades anônimas. Agrupados sob a denominação de intangíveis, desde o final do ano, com a lei 11.638/07, que reformulou a lei das sociedades anônimas, é preciso detalhar e valorizar esses itens no balanço patrimonial das companhias. A medida atinge empresas de capital aberto e de grande porte.

Segundo Neto (2008, p. 2), "O primeiro passo é buscar um profissional especializado em propriedade intelectual que possa fazer um levantamento completo da situação da empresa em indicar quais medidas devem ser tomadas."

### 5.2 O ativo permanente intangível

Serão classificados os bens incorpóreos. De acordo com a nova lei, em seu artigo (179 parágrafo VI), no intangível: "os direitos que por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidas com essa finalidade, inclusive de fundo de comércio adquirido.", bem como: marcas, patentes, software, direitos autorais, pesquisas e o capital intelectual. O ativo permanente era dividido em: investimentos, imobilizado e diferido.

Agora em seu artigo (178, inciso 1º, aliena c.) que o ativo

permanente passou a ser dividido em:

- Investimentos.
- Imobilizado.
- Intangível.
- Diferido.

### 5.3 Avaliação patrimonial

O art. 183 estabelece agora o método de avaliação dos intangíveis, pelo custo incorrido na aquisição deduzido o saldo da respectiva conta de amortização. Os lançamentos de ajuste efetuados serão para harmonizar as normas contábeis com as disposições de lei tributária ou especial, não podendo ser base de cálculo de imposto e contribuições nem ter qualquer efeito tributário, decorrente da sua avaliação do preço de mercado.

*[...] foram segregados no ativo intangível os bens incorpóreos, inclusive o goodwill (ágio) adquirido. O subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, especialmente de instrumentos financeiros (NETO, 2008, p. 2).*

### 6 Considerações finais

Com o novo cenário organizacional, um diferencial competitivo das empresas é o valor do potencial humano, sua capacidade de inovar, aliado ao conhecimento, experiência, especialização e competência, verificou-se, que o ser humano passou a ser o principal fator de sucesso econômico das empresas, a principal estratégia da empresa será de atrair, reter, desenvolver e aproveitar o máximo o talento humano, que será cada vez mais, a principal vantagem competitiva.

O talento dos profissionais é disputado no mercado, são es-

ses profissionais que podem mudar as situações do dia-a-dia usando sua criatividade e adaptabilidade, deste modo as empresas devem estar atentas aos serviços de seus profissionais para atuarem segundo sua eficiência; a organização precisa atualizar-se e canalizar todo conhecimento em diferencial competitivo.

O conceito de mensuração de capital intelectual apresentado busca contemplar o mecanismo de captar, avaliar e gerenciar os conhecimentos adquiridos na busca de novas idéias e conhecimentos que produzirão benefícios a médio e longo prazo para as organizações. E com a nova lei das Sociedades anônimas destacam-se algumas outras medidas: como a criação da conta "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, para incorporar as avaliações periódicas dos ativos permanentes, a fim de verificar a efetiva possibilidade de recuperação dos valores neles aplicados.

Dentro do contexto de adequar a legislação brasileira às práticas internacionais, o Brasil está caminhando em passos lentos, mas já é um considerável avanço, pois a nova lei da Sociedade Anônima de número 11.638/07, estabelece metas harmonizadas com as normas internacionais, atraindo capitais estrangeiros ao país, com os objetivos propostos de facilitar o acesso das empresas nacionais ao mercado externo, mas por se tratarem de componente patrimonial intangível, o estudo deve continuar aos teóricos do assunto, sobretudo dos profissionais da contabilidade, pois nenhuma experiência pode ser dada como concluída. Ao contrário, existe a consciência da necessidade de continuá-la, a fim de tornar o capital intelectual uma ferramenta gerencial, cada vez mais eficiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

EDWINSSON, L.; MALONE, M.S. **Capital intelectual**. Tradução por Roberto Galman. São Paulo: Makron Books, 1998.

EDWINSSON, L. **O capital intelectual como instrumento de gestão**. Administração e finanças. Case Studies – Skandia. Insight. jul/ago. 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva**. Disponível em: <<http://www.gestopolis.com/recursos3/docs/ger/capintel.htm>>. Acesso em 19 de Maio de 2008.

**MANUAL DE CONTABILIDADE EMPRESARIAL**. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei11638--6\\_2007.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei11638--6_2007.htm)>. Acesso em 24 de Agosto de 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NETO, Guilherme. **Estratégica de marketing**. nova lei obriga grandes empresas a contabilizarem marcas. Disponível em: <<http://www.arnaldorabelo.blogspot.com>>. Acesso em 24 de Agosto de 2008.

NETO, Guilherme. **Mundo do marketing**. nós falamos a sua língua. Disponível em: <<http://www.mundodomarketing.com.br>>. Acesso em 24 de Agosto de 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Os valores intangíveis da riqueza patrimonial e a contabilidade do intelectual**. Disponível em: <<http://www.lopesdesa.com.br>>. Acesso em 19 de Maio de 2008.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônio de conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

# Contabilidade e Tecnologia da Informação: uma parceria em constante evolução

Ana Paula Souza da Silva  
anapaula@fiu.com.br

Fabio Fernando Milani  
milani77@hotmail.com

Nilson da Silva de Souza  
nilsonconnil@hotmail.com

**Resumo:** O constante avanço das tecnologias da informação requer da contabilidade cada vez mais velocidade na geração de informações, com isso, a inclusão da informática na prática contábil tornou-se imprescindível para atender a este novo desafio imposto pela era digital. No entanto, percebe-se que mesmo com todas as maravilhas trazidas com a modernização dos veículos de comunicação e a disseminação da informática, a presença humana do contador tornou-se indispensável, tanto que o mercado de trabalho está cada vez mais promissor para os profissionais cientes da nova função a ser assumida: a de gerenciador destas novas tecnologias. Diante deste contexto, torna-se a intenção deste artigo, propor uma reflexão sobre os benefícios percebidos na associação entre a contabilidade e a tecnologia da informação, dando-se destaque a internet pela facilidade de comunicação.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Internet. Informação.

## 1. Introdução

A contabilidade é uma ciência social antiga que ultrapassa as barreiras do tempo, caracterizando seu imenso valor para as gerações desde a sua criação. Sua principal finalidade é explicar e interpretar os fatos que modificam a riqueza da sociedade, para isso, utiliza sua própria base teórica, somada a outras áreas do conhecimento. Assim sendo, o prestígio de sua criação não se deve a alguém em particular, já que a evolução da contabilidade se deu com a própria história da civilização.

Do mesmo modo, a tecnologia da informação se desenvolveu de acordo com as necessidades humanas, daí uma semelhança que explica tamanha interação entre estas duas disciplinas tão importantes que se completam no sentido de superar todos os desafios impostos pela globalização.

O ambiente altamente competitivo, o qual reside na economia atual, requer das organizações adaptação rápida por meio da adoção de métodos de gestão que incluam, entre outros aspectos, uma contabilidade adequada, capaz de fornecer informações em tempo real aos seus usuários.

Contudo, esta aliança estratégica entre a Contabilidade e a Tecnologia da Informação possibilita muito mais do que velocidade. Na realidade, esta parceria promove uma verdadeira revolução no campo de atuações do profissional contábil e, ao mesmo tempo, amplia os horizontes desta valiosa ciência.

Com o uso da internet, é possível a troca de informações em tempo real, o que facilita o trabalho do profissional contábil e permite a tomada de decisão de maneira muito mais segura e eficaz.

Considerando este fato, pode-se afirmar que a associação entre as ferramentas úteis oferecidas pela tecnologia da informação e a contabilidade, contribui grandemente para o sucesso das organizações.

Visto isso, cabe a este artigo abordar de forma simples e objetiva a influência da tecnologia da informação no desempenho da contabilidade.

Como se trata de um tema amplo, e não é a pretensão deste artigo esgotar o assunto, é dada ênfase aos benefícios trazidos pela internet ao cenário contábil. Para isto se faz necessária uma breve passagem pela evolução sofrida pela Contabilidade.

de, viabilizando então o surgimento de novas alternativas de atuação desta, que realmente é a profissão do futuro (MARION, 1997).

## 2 . Contabilidade: da pré-história a atualidade.

Quando se trata de um assunto complexo e de repercussão como a contabilidade, é natural que haja controvérsias entre as explicações de vários estudiosos que se dispõem a esclarecer o significado, surgimento e definição precisa de uma ciência abrangente como esta.

Embora ainda seja ignorada a data exata de seu surgimento, alguns historiadores afirmam que a contabilidade já existe há pelo menos quatro mil anos a.C. Visto isso, Lucíibus & Marion (2007, p. 30) consideram que "a principal função da Contabilidade a qual consiste em avaliar a riqueza do homem, é exercida desde o início da civilização", pois, "antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição que foi a artística, da qual se valeu para também evidenciar seus feitos e o que havia conquistado para seu uso" (SÁ, 1999, p. 17).

Realmente, a prática de desenhar em paredes de cavernas e tábuas de pedra para controlar bens materiais, destaca, já no homem primitivo, a ambição como uma característica própria do ser humano. Da mesma forma como o ser humano sempre utilizou a contabilidade para o controle de sua riqueza, o Estado sempre a utilizou como mecanismo de controle para asse-

gurar a arrecadação de tributos e financiar o progresso das civilizações. Isto foi na antiguidade e é ainda mais na atualidade.

SÁ, (1999, p. 23) também contribui neste sentido com a seguinte afirmativa:

*Tudo indica que foram os desenvolvimentos da sociedade, apoiados nos dos Estados, dos Poderes religiosos e de suas riquezas, somados a das artes de escrever e contar que influíram, decisivamente, na evolução dos registros contábeis.*

Percebe-se então que o reconhecimento da Contabilidade como ciência em todo o mundo se deu por um longo processo de desenvolvimento ao longo dos séculos, devido aos fatores já citados e outros essenciais como a criatividade de figuras importantíssimas para sua evolução, bem como o atendimento às necessidades econômicas e sociais.

## 3 . A profissão contábil

Já que a "contabilidade é a ciência que estuda as funções de orientação, controle e registro de atos e fatos de uma administração econômica" (AURÉLIO, 2000, p. 60) e o seu objetivo principal é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica de uma entidade, bem como fazer deduções sobre suas tendências futuras, cabe, ao profissional contábil, a tarefa de satisfazer todas as diferentes necessidades destes usuários de forma ágil e dinâmica. Assim como propõe Barbosa (2000, p. 2).

*O profissional contábil, como um elemento que integra a organização, também está inserido nesse contexto, e vem sofrendo forte pressão diante das mudanças, pois sua função está sendo reformulada a cada passo desse processo de transformação. Esse profissional deve buscar alternativas para agregar valor não só a empresa com o seu trabalho, utilizando a tecnologia da informação como uma aliada na aquisição e desenvolvimento de competências.*

Atualmente, existem inúmeras opções de atuação para o contador, o que extingue a idéia de que a introdução tecnológica é sinônimo de automação e desemprego. O que de fato ocorre é uma maior exigência do mercado por uma mudança no perfil deste profissional, antes considerado pela sociedade apenas como um guarda-livros, e hoje reconhecido como um dos principais responsáveis pelo sucesso de qualquer empreendimento.

Por todos estes motivos, a contabilidade, é considerada como a "linguagem universal dos negócios" (CARDOSO, 2002, p. 206). Esta visão moderna também é declarada por Marion (2004, p. 26) que a idealiza como um "instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa".

*A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e pro-*

*gressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta às mudanças que estamos observando em nossos tempos (HENDRIKSEN & BREDA, 1999, p. 38).*

Sendo assim, é admissível caracterizar a contabilidade não apenas como uma mera consequência da evolução humana, mas também como o alicerce deste progresso, como diz Gonçalves e Baptista (1998, p. 26), "onde existir um patrimônio sujeito à ação administrativa do homem, estará à contabilidade", tamanho é seu significado para a humanidade.

#### **4. Tecnologia da Informação: um diferencial estratégico para a contabilidade.**

Antes de qualquer consideração acerca do significado da tecnologia da informação para a contabilidade, é primordial estabelecer do que se trata a palavra informação, base de todas as tecnologias presentes em nosso cotidiano.

Há quem confunda dado com informação, talvez pela profunda ligação entre ambas, porém existe uma grande diferença.

De acordo com Nakagawa (1991, p. 60) "informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas", ou seja, "é um conjunto de caracteres (dados), porém já trabalhados, que permitem

assimilar conhecimento além de transmitir significado" (CORNACHIONE JR., 2001, p. 28).

A diferença entre dados e informações apresentada por Levitt (1990, p. 89) apud Cabecione, Garcia, Carvalho (2006) "[...] é que enquanto os dados são coletáveis de fatos brutos, as informações representam a organização seletiva e a implantação imaginativa desses fatos".

Na contabilidade o valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir incertezas. Para isso, é imprescindível a compreensão efetiva das informações transmitidas pelo contador.

O próprio histórico da contabilidade revela um campo de estudo preocupado com a informação que fornece aos seus diversos tipos de usuários, sejam estas informações de natureza econômica, física ou de produtividade.

De modo geral, a globalização e todas as demais condições em que se vive atualmente declaram que a informação assumiu papel predominante no planeta, já que é possível obter esclarecimento sobre qualquer assunto no momento desejado.

Admitindo-se que a contabilidade é objetivamente, um mecanismo múltiplo e dinâmico de informações e que o conhecimento é a palavra chave do momento, fica evidente a necessidade que o contador possui de estudo profundo da ciência contábil e das inúmeras possibilidades propostas pela tecnologia da informação.

De fato existe todo um conjunto tecnológico à disposição das organizações para efetivar seus objetivos. Normalmente, "esse arsenal tecnológico está ligado à informática e à telecomunicação, bem como a todo desenvolvimento científico do processo de transmissão especial de dados" (PADOVEZE, 1998, p. 42).

Walton (1994, p. 2) expõe que "do modo como é utilizada nos locais de trabalho, a tecnologia da informação abrange uma gama de produtos de hardware e software que proliferam rapidamente [...]" principalmente pela capacidade de coleta, armazenamento, processo e acesso a números e imagens.

*A então nascente tecnologia da informação evoluiu rapidamente e na atualidade vemos que novos recursos tecnológicos e as mudanças de hábitos que eles provocam nas empresas e na sociedade oferecem a contabilidade, a oportunidade da velocidade e da interatividade, possibilitando um grau de flexibilidade e precisão da informação, em tempo real, até poucos anos impensável para o sistema de informação (CATELLI & SANTOS, 2001, p.26).*

Com isso, é possível avaliar positivamente todos os processos tecnológicos que permitem o acesso e a comunicação das informações contábeis puramente no formato eletrônico, já que a disponibilização destas informações no meio digital significa vantagem competitiva para as orga-

nizações.

*A tecnologia da informação deixa de ter um papel meramente operacional e passa a ser um recurso estratégico no negócio. Nesse sentido, os desafios para a contabilidade são consideráveis, desde a necessidade de incorporação das novas tecnologias até a compreensão dos seus efeitos sobre a evolução do patrimônio. Uma aliança estratégica entre a contabilidade e as novas tecnologias da informação proporciona às organizações condições mais seguras para tomarem decisões estratégicas proativamente. (PAIVA, 2002, p. 75).*

Tal consideração se deve ao auxílio da informática, dos softwares inteligentes e tantos adventos tecnológicos que disponibilizam tempo para os profissionais demonstrarem todo o seu potencial, isto é, ir além de atender somente a questões fiscais e burocráticas, passando para a função de interpretação e transformação de dados contábeis em informações esclarecedoras, de grande valia para a gestão das organizações.

Dentre todas as invenções sugeridas é ressaltada a internet como a principal das novas tecnologias da informação no que diz respeito à utilidade para a contabilidade.

### **5. Contabilidade e Internet: uma parceria de sucesso.**

O que torna a internet tão diferente das outras invenções humanas é o insignificante período

de tempo que ela precisou para se popularizar.

É exatamente esta agilidade que caracteriza a relevância e utilização da internet não só na contabilidade como em todas as ciências.

Muito já foi dito sobre a importância da informação, porém ultimamente não basta que esta informação seja gerada, e sim disponibilizada em ocasião oportuna.

Desde que foi criada em 1969, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos como um projeto pioneiro de uma rede capaz de sobreviver a ataques nucleares, ninguém poderia sequer imaginar o sucesso estrondoso que faria, chegando até ao seu reconhecimento como ferramenta de trabalho indispensável, com tantas aplicações diferentes, realidade que vai muito além do intuito de sua criação, o qual era de uma rede militar utilizada durante a guerra fria.

Este fenômeno denominado internet trata-se de um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados que permite a difusão massiva e instantânea de informações acessíveis a qualquer pessoa que a acesse em qualquer parte do mundo.

Todo este conjunto de facilidades de comunicação e conectividade veio para ficar, "mesmo que o fenômeno da internet represente para toda a comunidade contábil contemporânea, aliás, para toda a sociedade humana uma experiência nova, surpreendente, arrebatadora e, pelas transformações traz consigo, inquietante"

(CATELLI & SANTOS, 2001, p. 24).

No que tem relação às informações contábeis, a internet é apontada como uma nova ferramenta de apoio, com custo baixo e de maior facilidade na realização de pesquisas e levantamento de informações presentes em uma série de sites disponíveis e especializados no ramo contábil.

Por meio destes sites, é possível assegurar uma atuação profissional eficiente, enfatizando as características mais fortes e marcantes da internet que são o dinamismo, atualidade e imediatismo.

Realmente seria impossível uma compreensão adequada sobre o impacto da tecnologia da informação na prática contábil sem mencionar a internet como a principal das novas tecnologias.

Santos (1998, p. 71) assegura que "a internet é uma forma fácil e barata de fazer com que computadores distantes possam comunicar-se, por meio de uma identificação única, denominada endereço [...]".

Esta nova possibilidade de comunicação fortalece e valoriza a profissão contábil, pois a aplicação-eficiente da internet resulta em satisfação para os clientes devido à qualidade dos serviços contábeis prestados, assim como para os contadores que graças a esta parceria inteligente entre a contabilidade e a internet obtém melhores condições de trabalho.

### **6. Conclusão**

Em virtude das questões analisadas, verifica-se a estima com a qual se considera a tecnologia da informação vital para a contabilidade.

Fica nítida esta importância, ao se comparar o árduo trabalho de se transcrever lançamentos e informações contábeis no livro diário, e operar os mesmos lançamentos, rapidamente, em um microcomputador que, equipado com os programas e sites adequados, é capaz de elaborar, instantaneamente, os mesmos relatórios que eram feitos, manualmente, há alguns anos atrás de forma lenta e dispendiosa.

Verdadeiramente o avanço tecnológico tem permitido que a ciência contábil possa expandir ainda mais sua aplicação e ampliar seus limites. A tecnologia da informação expressa nos diversos modelos de sistemas de informações contábeis, e, principalmente pela internet, tem possibilitado uma gestão econômica muito mais ativa, em todos os seus aspectos, uma vez que permite a troca de informações em tempo surpreendente.

Entende-se, portanto, que o cenário contábil mundial modificou-se significativamente com o passar do tempo, tanto que estas transformações revolucionaram a atuação do profissional contábil, fazendo com que este trabalhasse de forma mais conjunta com os usuários de seus serviços e outros profissionais envolvidos no processo de informação, cuja principal característica é a modernidade.

Conclui-se assim, que a contabilidade atual é marcada pela influência da tecnologia da informação, e de fato esta aliança está em constante desenvolvimento e ainda reserva grandes surpresas não só para os contadores como para todos aqueles que utilizam as informações contábeis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Maria Ribeiro. **As implicações da tecnologia da informação na profissão contábil**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, XVI.; Goiânia, 2000. Anais... Goiânia, 2000. In: CD-Room.

CABECIONE, Eliana de Freitas; GARCIA, Valéria Bueno Câmara; CARVALHO, Vilma da Silva Cleim de. **Marketing contábil elementos vitais para o sucesso profissional**. Revista Futura Mente - FIU. Pereira Barreto: edição n. 4, 2006.

CATELLI, Armando e Santos; SANTANA, Edilene. **Internet: desafio para uma contabilidade interativa**. Revista Contabilidade & Finanças FIECAFI - FEA - USP. São Paulo: ano XII, vol. 14, n. 25, janeiro/abril 2001.

CORNACHIONE Jr., Edgard B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. **Preparando-se para a profissão do futuro**. Revista Contabilidade - Vista e Revista, vol. 9, n. 01, março, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. São Paulo: Atlas, 1998.

WALTON, Richard E. **Tecnologia da informação**. São Paulo: Atlas, 1994.

PAIVA, Simone Bastos. **A Contabilidade e as novas tecnologias da informação: uma aliança estratégica**. In: RBC - 135. Brasília - DF: Conselho Federal de Contabilidade, maio/junho 2002, PP. 75-80.

SANTOS, Aldemar de Araújo. **Informática na empresa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuri. **Introdução à controladoria**. São Paulo: Atlas, 1993.

# A importância da gestão de pessoas e o papel do líder para o sucesso das organizações: um estudo bibliográfico

**Leandro Balista da**  
Silvacompras2@proenca.com.br

**Renata de Sampaio Valadão**  
renatacatuana1@hotmail.com

**Resumo:** Baseado em um estudo bibliográfico, este artigo tem como objetivo apresentar conceitos de gestão de pessoas, que contemplem a sua importância para o sucesso das organizações, assim como destacar o papel do líder como requisito básico para a eficácia deste trabalho. Para tanto, revisou-se literaturas especializadas no assunto com a finalidade de investigar as principais contribuições da gestão participativa para o atual cenário competitivo, onde a valorização dos recursos humanos passa a ser cada vez mais intensa dentro das organizações, pois administrar pessoas requer habilidades, entretanto nem todos estão aptos para atender a este novo perfil.

**Palavras-chaves:** Gestão; Pessoas; Organizações.

## 1 Introdução

Diante das novas exigências do mundo corporativo, a competitividade tornou-se mais intensa entre as organizações. Com a era da informática houve a expansão da economia mundial pela tecnologia da informação, onde as informações são lançadas no planeta em milésimos de segundos, trazendo, assim, novas oportunidades de investimentos.

E, para conquistar esse mercado cada vez mais sedento de inovações, as organizações buscam profissionais que possuam perfil de gestor, que é a capacidade de integrar objetivo, ação e resultado, com postura de líder, que os farão pessoas capazes de atuarem em meio às mudanças, onde os sistemas utilizados, tradicionalmente, estão se tornando cada vez mais obsoletos, assim sendo, a gestão de pessoas é uma ferramenta importante para que as organizações atinjam o sucesso esperado.

Gestão é a habilidade de gerir um conjunto de tarefas que exige mais capacidade conceitual e humana do que operacional, é o ponto de partida para chegar aos objetivos pretendidos.

A gestão participativa é a peça fundamental para que os administradores alcancem um clima organizacional favorável e consigam fazer com que as pessoas dêem o melhor de si, ou seja, gestão de sucesso é aquela na qual o líder utiliza todos os conhecimentos administrativos possíveis e consegue o envolvimento, a participação, o respeito mútuo da equipe, através de uma comunicação aberta, facilitando, assim, a interação entre os grupos que coordena.

Os administradores têm o papel fundamental de pôr em prática suas habilidades conceituais e humanas, planejar, dirigir, controlar as determinantes, delegar, saber coordenar os recursos humanos, que são os causadores de transformações, enfim, liderar

é o papel de todo gestor com visão empreendedora.

Hoje, em dia, pouco adianta a técnica, se não houver uma gestão que busque excelências em seus processos. É necessário equipe de talentos e líderes, ou seja, é necessário alinhar propósitos, pessoas e processos, pois o gestor integrado superará seus limites e ajudará seus colaboradores no mesmo propósito. Portanto, para que a empresa seja bem sucedida, ela precisa gerir as pessoas colocando-as em primeiro lugar, ou seja, através do gestor ela deve criar condições para a expansão pessoal e o crescimento dos membros da equipe, formar grupos coesos e comprometidos com as diretrizes da organização e estimulá-los para encarar dificuldades como desafios ou limites a serem superados. O gestor integrado com os objetivos da empresa forma colaboradores empreendedores.

Sendo a gestão de pessoas importante para o sucesso das organizações, e o gestor o grande responsável em fazer com que a equipe seja o espelho de sua gestão, este artigo pretende apresentar conceitos relacionados ao tema, assim como demonstrar que o líder tem papel peculiar para gerir todos os recursos de forma eficiente e eficaz, objetivando sempre o crescimento humano e os resultados positivos para a empresa, pois todo líder é um gestor, mas nem todo gestor é um líder.

## 2 Conceito de gestão

Gestão é o conjunto de habilidades humanas e conceituais que os administradores devem

adquirir e pôr em prática, são os elementos determinantes para o sucesso e eficácia da administração nas organizações.

*Gerenciar pessoas é chegar a um alto grau de cooperação e de comprometimento, isto é mais do que gerenciar pessoas; é gerenciar com pessoas. Esse é o caminho para a modernização das empresas e para a modernidade de nosso país. (CHIAVENATO, 1994, p. 233)*

Gestão de sucesso é aquela em que o administrador é capaz de gerenciar as pessoas e tarefas com liderança e eficácia. Ele sozinho não conseguirá chegar aos resultados esperados, precisa do apoio da equipe. Este apoio resultará de uma gestão que exija que o líder pratique o que prega e derrube barreiras entre ele e a equipe, que não tenha medo das críticas sobre seu desempenho e que acima de tudo dê responsabilidade, espaço e autonomia para os membros do seu grupo.

Segundo Hunter (2004, p. 25) "liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente visando atingir os objetivos como sendo para o bem comum".

Liderar é desenvolver e estimular as pessoas para trabalharem com entusiasmo, fazer com que dêem o melhor de si, mesmo estando sob pressão, ou seja, é fazer com que os colaboradores sintam prazer em trabalhar, pois eles são os bens mais preciosos das organizações, e o papel do gestor é administrá-los com respeito, ética e reconheci-

mento.

Para Levine (2005, p. 63) "investir em relações é como investir em dinheiro, você recebe um retorno do investimento".

Sendo assim, percebe-se que não há espaço para "líderes" arrogantes e autoritários. O mercado está cada vez mais exigente, fazendo com que o gestor integrado, agregue valor, priorizando o que realmente faz a diferença na condução do negócio, pois equipe capacitada e motivada é sucesso garantido.

Segundo Chiavenato (1994, p. 47) "a empresa é um organismo vivo que se comporta em um ambiente mutável, os seus objetivos podem sofrer mudanças e alterações ao longo do tempo em face de mudanças internas e externas".

Sendo a empresa um organismo vivo, cada parte deste corpo possui uma função vital para o bom funcionamento. O administrador é o cérebro da organização, é o agente das mudanças, é quem lança as informações para os demais membros deste organismo.

Ele indica as ferramentas necessárias e aponta o caminho para o bom funcionamento da empresa, evitando com isso falhas que afetarão a organização como um todo, caso ocorra.

A integração do gestor com a equipe faz com que ele tenha uma conduta focada no trabalho. Ele precisa preocupar-se com os resultados e para isso deve agir pautando suas ações nos produtos e serviços mais rentáveis, eliminando atividades ou pessoas

que não agreguem valor, bem como incentivando a inovação e a mudança. Ele sabe concentrar-se sob pressão, sempre em busca de retornos positivos através das pessoas lideradas por ele.

### 3 Caracterização da cultura e clima organizacional

Toda empresa constitui sua própria cultura. Ela é composta por um conjunto de comportamentos, crenças, valores, costumes, tradições, conhecimentos e práticas aceitas por um grupo de pessoas. São aspectos caracterizadores de normas e condutas impostas através de seus membros.

O clima organizacional é a relação entre a satisfação e a frustração recebida ou experimentada pelas pessoas de uma organização que realizam o seu trabalho.

#### Segundo Chiavenato (1994):

*"O importante, todavia, é salientar que o gerente pode não ter muitas condições pessoais de intervir e de modificar a cultura organizacional da sua empresa. Todavia quase sempre ele tem plena condição de alterar e melhorar o clima organizacional".*

O gestor é a mola que impulsiona o clima entre os indivíduos, é o agente responsável pelas mudanças, sendo assim, ele deve aplicar todos os conhecimentos estratégicos para criar um clima favorável e saudável. Deve adotar um estilo de liderança mais adequado, ser empático, colocar-se no lugar de seus coordenados, pois para exigir resul-

tados é preciso motivar a equipe, fazendo com que participem das decisões.

Chiavenato (1994, p. 50) afirma ainda que "o clima organizacional influencia a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho".

Para exigir o feedback desejado o gestor tem que ser exemplo, tem que ter auto-estima e autoconfiança constante, pois espera-se dele a coragem para quebrar paradigmas, ambição de propor objetivos e capacidade de pensar além das suas habilidades. Ele não deve fazer parte de um problema, seu dever é fazer parte da solução.

Chiavenato (1994, p. 59) afirma ainda que na gestão participativa as pessoas são

*"estimuladas e desejosas de contribuir, em um clima de confiança mútua entre as partes, especialmente entre gerentes e subordinados. Isso é completamente diferente do sistema que manda, impõe, coage, fiscaliza e que não ouve, não discute, nem considera o ponto de vista das pessoas envolvidas".*

O gestor é a peça fundamental para que a empresa se torne um ambiente de trabalho prazeroso e valorizado pelos seus colaboradores e clientes.

Para Barçante e Castro (1995, p.75), clima organizacional "é a atmosfera resultante das percepções que os funcionários têm dos diferentes aspectos que influenciam seu bem-estar e sua satisfação no dia-a-dia de trabalho".

É muito difícil mudar a cultura de uma empresa de maneira repentina, entretanto é possível agregar valor e melhorar o clima de satisfação, pois a produtividade das pessoas está relacionada ao bem estar do indivíduo.

Souza (1978, p. 38) afirma:

*"O clima é uma resultante das variáveis culturais. Quando estas são alteradas, ocasionam alterações no clima. Curiosamente, o clima é mais perceptível que suas fontes causais. É comparável a um perfume: percebe-se o efeito, sem conhecer os ingredientes, embora, às vezes, seja possível identificar alguns deles".*

Quando o gestor consegue administrar as pessoas de uma maneira estimulante diminui-se a necessidade de utilizar mecanismos rígidos de controle, mantendo assim o capital intelectual, evitando perdê-lo para outras empresas.

Na gestão, há várias barreiras a serem enfrentadas devido ao universo de diferentes interesses pessoais e profissionais. Pessoas que encaram o mundo de várias maneiras são influenciadas pelas políticas, costumes e normas das empresas, sendo assim, a função do administrador é de liderar as pessoas com a finalidade de evitar conflitos e criar um ambiente mais harmonioso.

Percebe-se, portanto, que os recursos materiais, financeiros, entre outros são importantes para qualquer organização, mas não é o essencial para o sucesso das mesmas. São necessárias as pessoas motivadas, ousadas,

atuantes e vencedoras, sendo o gestor o grande responsável por este resultado.

#### 4 Motivação

A motivação é o combustível para o comportamento de cada indivíduo e atua no sentido de satisfazer suas necessidades pessoais no trabalho.

Para Robbins (2000, p. 342) "a motivação é a disposição de exercer um nível elevado e permanente de esforço em favor das metas da organização, sob a condição de que o esforço é capaz de satisfazer alguma necessidade individual."

Os motivos para que as pessoas atendam suas necessidades pessoais e trabalhem com entusiasmo surgem de vários fatores proporcionados pelas organizações como: reconhecimento pelos resultados alcançados, o salário, o clima organizacional promovido pelo relacionamento humano dentro da empresa e a possibilidade de participar das decisões.

Quando a empresa consegue atender às necessidades de seus colaboradores nota-se a qualidade de vida no trabalho.

A motivação surge de cada indivíduo e depende do grau da necessidade de cada um, sendo o líder responsável em administrar os motivos que fazem com que seus colaboradores participem, com afinco, nos resultados da organização. Não há uma fórmula exata para o gestor motivar a equipe, entretanto há possibilidade de melhorar o clima organizacional por meio da ges-

tão participativa que estimula os funcionários a darem o melhor de si.

Para melhor entendimento do que leva os seres humanos a se motivarem, Maslow classifica em ordem hierárquica as necessidades que as pessoas têm para alcançarem os objetivos pretendidos, conforme mostra a figura 1.



a. Necessidades fisiológicas: constituem o nível mais baixo de todas as necessidades humanas, como as necessidades de alimentação (fome e sede), de sono e repouso (cansaço), abrigo (frio ou calor), ou desejo sexual (reprodução da espécie) (...).

b. Necessidades de segurança: constituem o segundo nível das necessidades humanas. Levam a pessoa a proteger-se de qualquer perigo real ou imaginário, físico ou abstrato: a busca pela proteção contra ameaças ou privação, a fuga ao perigo, o desejo de estabilidade (...).

c. Necessidades sociais: São as necessidades relacionadas com a vida associativa do indivíduo com outras pessoas. São as necessidades de associação, de participação, de aceitação por parte dos colegas, de troca de amizade, de afeto e amor (...).

d. Necessidades de estima: São as necessidades relacionadas com a maneira pela qual a pessoa se vê e se avalia, isto é, com a auto-avaliação e auto-estima. Envolve a auto-apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de reconhecimento, de status, prestígio e de consideração (...).

e. Necessidades de auto-realização: São as necessidades humanas mais elevadas e que se encontram no topo da hierarquia. São as necessidades que levam cada pessoa a realizar o seu próprio potencial e de se desenvolver continuamente ao longo da vida. (...)

Fonte: Chiavenato (1994), adaptado.

Figura 1 - A Hierarquia das Necessidades Humanas segundo Maslow

A dificuldade em administrar e motivar as pessoas está no fator de que muitos gestores não conhecem a real necessidade de sua equipe e confundem liderança com gerência e chefia.

Segundo Hunter (2006, p. 19) "gerência é o que fazemos, liderança é quem somos".

Liderar é uma habilidade que requer muita dedicação, muitos nascem com as características, e outros só a adquirem com o tempo. É preciso treinar as habilidades humanas e conceituais para adquirir o perfil de gestor participativo.

Hunter (2006, p.18) afirma ainda que a liderança é "a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente visando atingir objetivos comuns, inspirando confiança por meio da força do caráter".

Uma das melhores formas de motivar a equipe é elogiá-la quando atingir as metas, ou realizar um ótimo trabalho.

Hunter (2006, p. 118) afirma o pensamento acima dizendo: "respeite o seu pessoal, faça um elogio sincero e específico sempre que for merecido, reconheça suas realizações e recompense a excelência".

Estudos comprovam que grandes equipes atingem a eficiência e eficácia por meio de influências motivacionais, sendo assim, é papel do líder manter uma postura profissional clara e objetiva, de modo que influencie a qualidade nas relações interpessoais.

Um dos maiores erros do lí-

der é achar que a motivação é única para estimular sua equipe. Os motivos que movem a equipe a empenhar-se a realizar um projeto estão relacionados à satisfação individual e intransferível de cada colaborador, ou seja, dependem muito da necessidade de cada pessoa.

Portanto, a motivação está inserida no interior de cada colaborador, e é papel do gestor despertá-la, com a finalidade de estimular o máximo o potencial de sua equipe.

## 5 Considerações finais

A cultura de uma empresa é difícil de ser modificada de maneira repentina, entretanto, é possível desenvolver um clima organizacional satisfatório através da motivação, forçando, com isso, a quebra de paradigmas.

O sucesso das organizações não está relacionado à posição privilegiada no organograma da organização, mas no potencial em administrar as pessoas e possuir uma aceitação unânime por parte de todos.

Sendo assim, este estudo permitiu o entendimento sobre o papel do líder na gestão dos recursos humanos, além de refletir sobre a importância das relações interpessoais, demonstran-

do que a motivação e o controle do clima organizacional são itens essenciais para o sucesso da gestão.

O gestor precisa ter uma comunicação aberta, contagiar a equipe, enfatizar o valor que cada profissional possui e praticar todos os conhecimentos adquiridos para uma gestão voltada na satisfação e motivação das pessoas.

Desenvolver os conhecimentos adquiridos ao longo da vida, é indiscutível para compreender o ambiente interno e externo, é instrumento para servir de base nas tomadas de decisões e evitar os conflitos, trazendo assim, benefícios para a organização e para cada membro do grupo em particular.

Percebe-se que administrar pessoas não é uma tarefa fácil, não há uma fórmula exata, é necessário utilizar todas as informações possíveis para chegar aos resultados esperados, pois o sucesso das empresas do novo século não está somente ligada nos recursos financeiros e investimentos altos em tecnologia, mas principalmente no investimento do capital humano.

Portanto, o administrador que utilizar uma gestão participativa, valorizar os recursos humanos como o ativo mais importante da organização e transmitir confiança para as pessoas, conseguirá dirigir os esfor-

ços e alcançar os objetivos esperados, pois administrar as pessoas é uma habilidade que todos os profissionais devem adquirir independente da área de atuação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARÇANTE, Luiz César; CASTRO, Guilherme Caldas. *Ouvindo a voz do cliente interno*. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa*. 2. ed. São Paulo: Makron, 1994.

HUNTER, James C. *Como tomar um líder servidor: os princípios de liderança de O Monge e o Executivo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

HUNTER, James C. *O monge e o Executivo: uma história sobre a essência da liderança*. 17. ed. São Paulo: Sextante, 2004.

LEVINE, Stuart R. *Seis fundamentos do sucesso profissional: 96 dicas de um grande consultor para dar uma nova perspectiva para sua carreira e sua vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

ROBBINS, S. P. *Mudanças e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SOUZA, Edela L. Pereira. *Clima e cultura organizacionais: como se manifestam e como se manejam*. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1978.



Faculdade Integrada Urubupungá  
Estância Turística de Pereira Barreto-SP

- Letras
- Ciências Contábeis
- Pedagogia
- Normal Superior
- Matemática
- Administração
- Secretariado Executivo

Av. Jonas Alves de Mello, 1660 Tel: (18) 3704-4242 Fax: (18) 3704-4222

# Fluxo de caixa como importante ferramenta na tomada de decisões - um estudo bibliográfico

Fátima Cristina Fálco de Lima  
crisfalco@hotmail.com

Juliana Lima Corrêa  
ju\_lcorrea@hotmail.com

Silvana de Souza Redoval Moura  
silvanacatuana1@hotmail.com

**Resumo:** A constante evolução do ensino de Finanças determina uma grande necessidade de conteúdo conceitual e operacional direcionado aos problemas de gestão nas empresas modernas. A contabilidade, em uma de suas qualidades, visa à apresentação de resultados, focando a análise, controle, administração do capital de giro e coordenação de todos os recursos financeiros da empresa, destacamos, então, que o fluxo de caixa demonstra sua importância com informações relevantes, transmitindo aos investidores condições de se fazer projeções para decisões importantes, seja em financiamento, investimento ou distribuição de recursos que dêem continuidade às operações normais do empreendimento e fluxo de sua riqueza, atendendo plenamente a todos os objetivos de seu usuário. Destacamos a importância do fluxo de caixa, pois ele é uma ferramenta fundamental e indispensável para a gestão das empresas,

conceituando-o e demonstrando os métodos dos quais poderá ser utilizado, para que se consiga uma forma de análise que seja adequada a realidade de cada empresa.

**Palavras-Chaves:** Planejamento, Gestão, Fluxo de Caixa.

## 1 Introdução

A finalidade deste artigo é divulgar a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), atualmente exigido pela nova Lei nº 11.638 de 28/12/2007 (conhecida como nova Lei das S/A's), demonstrando a importância desse instrumento na gestão empresarial e em suas decisões, verificando e obtendo informações precisas da situação financeira e patrimonial das empresas, como por exemplo: ter o conhecimento diário do saldo de seu caixa para que se torne viável honrar com os compromissos e suas obrigações.

Tais informações relatam se o caixa terá capacidade de se repor os estoques, e até possíveis financiamentos, divulgando as reais necessidades do capital de giro, adequando à geração de recursos do mesmo, evitando possíveis imprevistos futuros, e, conseqüentemente, evitando assim distorções na tomada de decisões.

Segundo Marion (1998, 380),

"[...] a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro".

Suas informações são úteis, pois transmite uma base financeira com capacidade da empresa gerar riquezas, elaborando seus planejamentos e relatando como foi gerado o recurso e como foi utilizado.

Segundo IUDÍCIBUS, a contabilidade pode ser conceituada como sendo: "[...] o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação".

Não podemos deixar de destacar que todas as demonstrações são importantíssimas à contabilidade, entre elas: as Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos (Doar), o Resultado do Exercício (DRE) e, sem dúvida, também, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) que estão interligadas, porém destaca-se o fluxo de caixa pela capacidade de avaliar seja valores presentes ou futuros de caixa e até mesmo de qualquer tipo de empresa ou ramo atividade, pois ele é a programação finan-

ceira de todas as entradas e saídas do caixa.

## 2 Conceito e importância do fluxo de caixa

O fluxo de caixa nada mais é do que o controle gerencial de todas as informações financeiras num determinado espaço de tempo, ou seja, se resume em todas as entradas e saídas ocorridas monetariamente na empresa num dado período.

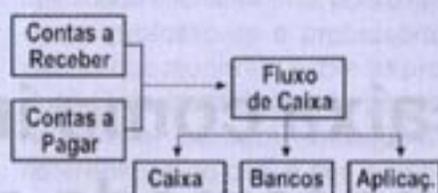
Seja qual for o tipo de empresa física ou jurídica, destaca-se a importância de que haja um controle interno, administrando, assim, o ativo e passivo da empresa e, ao mesmo tempo, obtendo informação sobre o grau de liquidez e rentabilidade.

Através do fluxo de caixa, se torna viável ao administrador planejar e controlar seus recursos financeiros, mesmo na situação de estar se obtendo lucro e ou prejuízo.

MATARAZZO (1998) cita que "a Demonstração do Fluxo de Caixa é peça imprescindível na mais elementar atividade empresarial e mesmo para pessoas físicas que se dedicam a algum negócio".

As informações são obtidas através dos departamentos de contas a pagar, contas a receber, vendas e ou qualquer outro que esteja interligado com as entradas e saídas dos recursos financeiros, devendo existir um direto relacionamento do financeiro em relação ao administrador, para que haja sintonia e conhecimento de todas as saídas que serão necessárias a todos ou a cada departamento, com programação dos pagamentos.

Figura 1 - O fluxo de caixa é o produto final da integração do Contas a Receber com o Contas a Pagar.



Fonte: (Sá, 1998:10)

Uma correta administração no fluxo de caixa alcança resultados positivos à empresa, com melhores capacidades de geração de recursos. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo dinheiro que entrou no caixa em determinado período, e, conseqüentemente, o resultado de seu fluxo financeiro.

Suas informações são de extrema importância, pois através dele se é possível auxiliar a distribuição de dividendos, evidenciando e explicando as disponibilidades, mas ao mesmo tempo afirmamos que estas disponibilidades não indicam lucro, e ao mesmo tempo lucro não significa que há disponibilidade no caixa.

*"A administração financeira é a arte e a ciência de administrar os recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas" (LEME, RIGO, CHEROBIM, 2002).*

Por ser um excelente e indispensável sinalizador dos rumos financeiro dos negócios, em seu contexto econômico diante da exigência do mercado, o fluxo de caixa é o facilitador do planejamento dos recursos, pois é necessário se ter um controle eficaz dentro da organização, onde se detecte os pontos fortes e fracos, reduzindo assim os custos financeiros.

Para Zdanowicz (1992) o fluxo de caixa é o instrumento de programação financeira, que corresponde às estimativas de en-

tradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado.

Na gestão empresarial, o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais usados pelo administrador, com o máximo de informações possíveis, reais e que, realmente, apresente a verdadeira situação da empresa no período do levantamento, gerando a capacidade de tomada de decisão de acordo com o que foi projetado.

Sendo assim, o fluxo de caixa nos dá uma visão das atividades e operações financeiras do ativo e passivo circulante, diante das disponibilidades do grau de liquidez da empresa e que a projeção é uma excelente ferramenta para que o administrador controle seu ativo que gerará a riqueza de sua empresa.

## 3 Benefícios, tipos, métodos e objetivo do fluxo de caixa.

Para que o empreendedor obtenha lucro e cumpra com os seus compromissos financeiros, é necessário que tome decisões certas na hora certa, para isso é necessário que tenha um bom fluxo de caixa.

A clareza e veracidade das informações é uma das principais ferramentas no fornecimento de dados extraídos do fluxo de caixa para a tomada de decisões.

Cabe ressaltar que um dos principais benefícios que se obtêm do fluxo de caixa está em saber sobre as alterações do dinheiro seja ele passado ou futuro, isto é as projeções das disponibilidades financeiras e, através deste conhecimento se, é possível arcar com as dificuldades.

É necessário que se tenha uma excelente regulagem e atenção às projeções de receitas de

vendas, recebimentos de cobranças, desembolsos com compras, despesas com pessoal e despesas financeiras, para que não se tenha surpresas desagradáveis.

Para elaborar qualquer uma das demonstrações financeiras, deve-se extrair dados dos registros contábeis da empresa e para a Demonstração do Fluxo de Caixa precisa de um balanço patrimonial levantado em 31/12/X1, fatos ocorridos durante o exercício de X2, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial levantado em 31/12/X2.

É evidente que uma vez que se tenha em mãos todos os registros contábeis realizados durante o exercício social, não haverá dificuldades para se elaborar esse demonstrativo que são demonstrados por dois métodos: Método Direto ou Método Indireto.

### 3.1 Método direto

São demonstrados através dos recebimentos e pagamentos de recursos derivados das atividades operacionais, tornando-se necessária a apuração de saldos de alguns demonstrativos como, recebimentos de clientes:

- O valor das vendas deve-se extrair da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) atual;

- Os saldos iniciais e finais da conta clientes ou duplicatas a receber, deve-se extrair dos balanços dos exercícios anterior e atual.

Outros Recebimentos:

- os saldos iniciais e finais de todas as contas a receber contidas no ativo circulante, exceto clientes e duplicatas a receber, deve-se extrair dos balanços dos exercícios anterior e atual;

- o saldo da receita do período, deve-se extrair da demonstra-

ção do resultado do exercício (DRE), considerar todas as receitas, inclusive as não-operacionais, excluir, obviamente as receitas com vendas;

- o saldo final e inicial do grupo resultados de exercícios futuros (REF), deve-se também extrair dos balanços anteriores e atuais, não considerando as receitas oriundas de vendas de mercadorias, pois já integraram o movimento de recebimentos de clientes.

Pagamentos a Fornecedores:

- considerar como obrigações a Fornecedores, somente aquelas decorrentes das compras de mercadorias à prazo, registradas na conta fornecedores ou duplicatas a pagar, as demais compras a prazo, deverão compor o saldo de Outros Pagamentos;

- o saldo inicial e final de fornecedores ou duplicatas a pagar, se deve extrair dos balanços dos exercícios anterior e atual;

- os valores dos estoques finais e iniciais, se devem extrair diretamente do balanço do exercício atual e anterior;

- o valor do custo das mercadorias vendidas, deve-se extrair diretamente da demonstração do resultado do exercício (DRE) atual.

Pagamento de Despesas

- o saldo inicial e final de contas a pagar, deve-se extrair dos balanços dos exercícios anterior e atual, convém salientar que no título contas a pagar, é praxe contabilizar todas as despesas incorridas e ainda não pagas;

- o saldo das despesas do período, deve-se extrair da demonstração do resultado do exercício atual. Considerar todas as despesas operacionais e não-operacionais;

- o valor dos impostos e con-

tribuições sobre vendas deve-se extrair da demonstração do resultado do exercício (DRE) atual;

- o saldo final e inicial de despesas do exercício seguinte deve-se extrair do balanço do exercício atual e anterior.

Outros Pagamentos

- considerar como outras obrigações, todas as contas do passivo circulante, inclusive decorrentes de empréstimos e financiamentos a curto prazo, seja para aquisição de bens do ativo circulante ou do ativo permanente ou, ainda para liquidação de outras dívidas, exceto: fornecedores ou duplicatas a pagar, contas a pagar e provisão para imposto de renda e contribuição social;

- o saldo inicial e final das obrigações deve-se extrair dos balanços dos exercícios anterior e atual.

A melhor maneira para se obter o valor dos compromissos assumidos durante o exercício será mediante consulta direta nas fichas do razão das respectivas contas. Obviamente, não se incluem nesse grupo os compromissos já inscritos nos grupos anteriores.

Os pagamentos das provisões para o imposto de renda e contribuição social deve considerar o saldo inicial, constante do balanço do exercício anterior, acrescido dos demais pagamentos efetuados durante o exercício, se ocorrerem. Podem consultar esses pagamentos diretamente nas fichas do razão, as empresas, conforme o que estabelece a legislação tributária poderá estar sujeita a recolhimentos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, por períodos menores que um ano, gerando saídas de dinheiro do caixa.

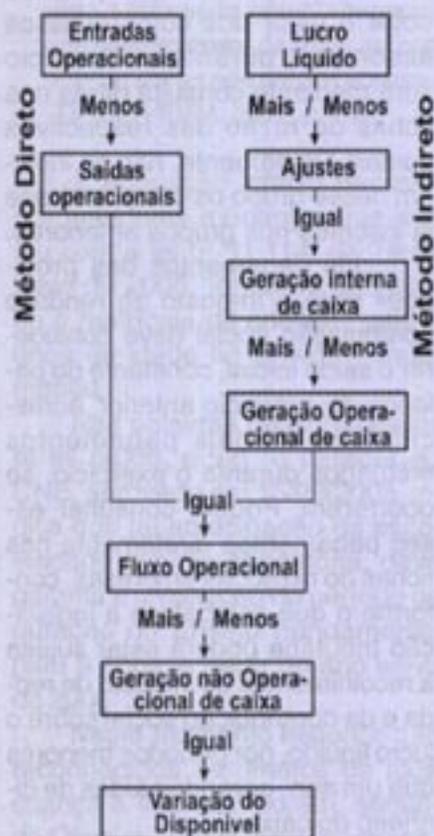
Na aquisição de investimentos para o ativo permanente, a

maneira correta de apurar o valor é consultando diretamente as fichas do razão das respectivas contas. Já os pagamentos por aquisição de bens do imobilizado, a forma adequada para se obter esse valor é consultar as fichas do razão das contas do ativo permanente, elaborando um papel de trabalho para se apurar o valor exato das aquisições.

**3.2 Método Indireto**

Os recursos são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustados pelas despesas e receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetam o Caixa da empresa, isto é, que não representaram entradas e saídas de dinheiro.

Figura 2 - Método Direto vs. Método Indireto



Fonte: (Sá, 1998:36)

Figura 3 - Demonstração do fluxo de caixa - Método direto

**Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa**

<p><b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Venda de mercadorias e serviços (+)</li> <li>- Pagamento de fornecedores (-)</li> <li>- Salários e encargos sociais dos empregados (-)</li> <li>- Dividendos recebidos (+)</li> <li>- Impostos e outras despesas legais (-)</li> <li>- Recebimento de seguros (+)</li> <li>- Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)</li> </ul>
<p><b>Fluxo de caixa das atividade de investimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Venda de imobilizado (+)</li> <li>- Aquisição de imobilizado (-)</li> <li>- Aquisição de outras empresas (-)</li> <li>- Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)</li> </ul>
<p><b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empréstimos líquidos tomados (+)</li> <li>- Pagamento de leasing (-)</li> <li>- Emissão de ações (+)</li> <li>- Caixa líquido das atividade de financiamento (+/-)</li> </ul>
<p><b>Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa</b>                  Caixa e equivalentes de caixa - início do ano                  Caixa a equivalentes de</p>

Fonte: TELES, Egberto Lucena. A demonstração do fluxo de caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília,

ano XXVI, n.5, p.64-71, jul./1997, p.69.

Figura 4 - Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

**Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa**

<p><b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lucro líquido</li> <li>- Depreciação e amortização (+)</li> <li>- Provisão para devedores duvidosos (+)</li> <li>- Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)</li> <li>- Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)</li> <li>- Aumento/diminuição em contas a receber (+/-)</li> <li>- Aumento/diminuição em estoques (+/-)</li> <li>- Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)</li> </ul>
<p><b>Fluxo de caixa das atividade de investimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Venda de imobilizado (+)</li> <li>- Aquisição de imobilizado (-)</li> <li>- Aquisição de outras empresas (-)</li> <li>- Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)</li> </ul>
<p><b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empréstimos líquidos tomados (+)</li> <li>- Pagamento de leasing (-)</li> <li>- Emissão de ações (+)</li> <li>- Caixa líquido das atividade de financiamento (+/-)</li> </ul>
<p><b>Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa</b>                  Caixa e equivalentes de caixa - início do ano                  Caixa a equivalentes de caixa - final do ano</p>

Fonte: TELES, Egberto Lucena.

A demonstração do fluxo de caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, ano XXVI, n.5, p.64-71, jul./1997, p.69.

Para Assaf Neto e Silva (1997, p.35) "(...) o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo".

#### 4 Componentes do fluxo de caixa

Os componentes do fluxo de caixa são movimentações a curtíssimo prazo, como recebimentos e pagamentos em dinheiro já os equivalentes de caixa são os financiamentos e investimentos a títulos de liquidez imediata, com retornos de no máximo 30 dias. Há três elementos que compõem o Fluxo de caixa:

##### 4.1 Atividades operacionais

É toda operação com o produto de venda de bens ou serviços relacionados com o objetivo social da empresa, como recebimento de mercadorias vendidas ou serviços prestados a clientes e pagamentos feitos a fornecedores.

##### 4.2 Atividades de investimentos

São operações não relacionadas com o objetivo social da empresa como: aquisição de ações de outras empresas, venda de ações, compra de ativos para serem utilizados na produção ou prestação de serviços não ligados a atividade da empresa.

##### 4.3 Atividades de financiamentos

São operações realizadas para adquirir recursos imediatos para serem amortizados a longo prazo como, os empréstimos bancários.

##### 5 Considerações finais

Diante de todo exposto, concluímos que o fluxo de caixa é uma poderosa ferramenta de planejamento financeiro, trazendo benefícios de grande valia às organizações, fornecendo informações e transmitindo uma visão clara e objetiva aos interesses dos gestores, no que se diz em rentabilidade e liquidez e riqueza.

O fluxo de caixa se tornou atualmente em nosso País, uma demonstração obrigatória, mas, para muitas empresas, essa demonstração já é uma prática constante para se obtenha informações precisas nas tomadas de decisões.

As demonstrações do fluxo de caixa (DFC), apontam as diretrizes importantes nas três atividades que a compõem: as operacionais, investimentos e financiamentos. Estes são os três elementos que nos indicam a avaliação mais adequada permitindo saber se o caixa está com disponibilidades para saldar seus compromissos, efetuando uma previsão coerente quanto aos investimentos com retornos a curto prazo e financiamentos a longo prazo.

O fluxo de caixa demonstra possíveis imprevistos ocorridos fora do previsto, fazendo com que se adotem medidas em tempo hábil evitando problemas futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GONÇALVES, Eugênio Celso & BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997 p. 08

LEONE, Jorge S. Guerra. **Os vários tipos de demonstração de resultados e a flexibilização da informação**. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Ano XXV, nº 98. Março/Abril, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. São Paulo : Atlas. 1998, p. 369.

NETO, Alexandre Assaf, SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Carlos Alexandre de. **Gerenciamento do fluxo de caixa**. Apostila, São Paulo: Top Eventos, 1998.

VICTORINO, Carlos Roberto. **Qualidade na organização e nos serviços contábeis: Marketing em serviços**. Blumenau, S. C: Editora e Gráfica Odorizzi Ltda., 1999.

# Gestão do conhecimento: recurso estratégico baseado no conhecimento

**Andréa Regina da Costa**  
hbney@hotmail.com

**Francisnei José Garcia**  
hbney@hotmail.com

**Marcia Mitie Watari Tanaka**  
mmwtanaka@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem o intuito de mostrar alguns tópicos relacionados à capital intelectual e do principal formador desse capital, que é a revolucionária gestão do conhecimento, processo gestor que visa à disseminação e à interatividade dos conhecimentos individuais e organizacionais já adquiridos. As informações obtidas para a formação conclusiva desse artigo, através de bibliografias específicas, nos mostram o tanto que esse tema poderá contribuir em relação à gestão no futuro e também como estratégia comercial, beneficiando a economia e tecnologia da empresa.

**Palavras-chaves:** Capital Intelectual. Estratégia. Gestão.

## 1 Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar alguns pontos da revolucionária transição que o mundo vem atravessando, relacionados aos conceitos administrativos e econômicos; trata-se de uma nova era onde o conhecimento atua como um combustível que determinará o

poder de competitividade de uma organização frente ao mercado.

A Gestão do Conhecimento confunde-se muitas vezes com Capital Intelectual, porém, podemos dizer que este é resultado do desempenho daquele, ou seja, um processo gestor desenvolvido de forma adequada e correta e que, buscando o treinamento e disseminando as idéias intuitivas de um grupo, proporcionará o aumento do capital intangível.

No entanto, a otimização do conhecimento agregado ocasionou estratégias econômicas e tecnológicas para as empresas, que perceberam que o conceito do novo processo gestor consistia, por um lado, em captar todo conhecimento de seus colaboradores, pois, somente das pessoas, podemos extrair o conhecimento e delas dependemos para que o progresso intelectual ocorra, e, por outro lado, em alimentá-las com recursos e ambientes favoráveis que estimulem e propiciem a disseminação das idéias. Interagindo dessa forma, todos os colaboradores também se beneficiarão do conhecimento acumulado na organização, e poderão além de discutir procedimentos e políticas dentro da empresa, usufruir de sua estrutura, de marcas e de patentes, além dos relacionamentos que fazem parte do íntimo da empresa e que serão compartilhados com todos.

Percebemos também que os modos operantes sofreram altera-

ções, carregando fortes adaptações relacionadas à cultura, à linguagem e à compreensão, quando introduzidos e adaptados para o sistema japonês, que optou por desenvolver e incentivar pontos específicos para a disseminação e evolução do conhecimento.

O Brasil sofreu certa resistência, no início da introdução do sistema, porém, a mentalidade administrativa atual aponta para o caminho da exploração intelectual, reconhecendo-o, como o diferencial para a consistência econômica, frente aos olhares exigentes do mercado consumidor interno e externo da atualidade.

## 2 Capital Intelectual: conceito

Ainda hoje, não há definição comum entre os pesquisadores, administradores e organizações, sobre a verdadeira face do valor intelectual de uma empresa, no entanto, a partir do final do século passado, podemos notar uma grande preocupação dos administradores, contadores e empresas, acerca de investimentos que possam garantir uma forma definitiva para sua aplicação em modelos de gestão, explorando o conhecimento individual e/ou organizacional.

Podemos colocar como principal gerador do capital intelectual o conhecimento humano, porém, este está em estado bruto, pois, de nada adianta o conhecimento e a inteligência para assimilar novos conhecimentos, se o mesmo não

for usado de maneira que possa somar benefício patrimonial para a empresa. Estamos atualmente, iniciando a chamada terceira onda, ou seja, a "era do conhecimento", onde o poder do cérebro assume papel principal na obtenção de recursos econômicos.

Na história evolutiva dos métodos gestores, organizacionais, alguns fatores como recursos naturais, mão-de-obra e capital financeiro, sempre desempenharam papéis de destaque, por serem considerados bens essenciais para o sucesso do resultado almejado. A mensuração do valor intelectual vem marcando o início de uma nova era, econômico/administrativa, firmando-se como o quarto fator, dentre os que são considerados essenciais. Nessa nova fase, as organizações procuram lapidar os seus conhecimentos, individuais e/ou coletivos, para que em momento futuro o valor do seu "Capital Intelectual" possa ser tão, ou mais, expressivo do que o capital patrimonial.

Capital intelectual é um bem intangível, não possui existência física, sua mensuração depende da capacidade de desenvolver e transformar os conhecimentos humanos de um indivíduo, ou equipe, em benefícios econômicos, agregando valores e tecnologia a bens e serviços.

*Independentemente da definição a ser adotada, torna-se evidente que o valor do Capital Intelectual no mundo dos negócios é imenso. Charles Handy, que também pertence à London School of Business, estimou que esses ativos intelectuais podem, tipicamente, valer três ou quatro vezes o valor contábil tangível de uma empresa. De acordo com o Índice Mundial da Morgan Stanley, o valor médio das empresas nas*

*bolsas de valores do mundo é duas vezes o seu valor contábil. Nos Estados Unidos, o valor de mercado de uma empresa varia normalmente entre duas a nove vezes seu valor contábil (EDVINSSON e MALONE, 1.998, p. 04 e 05).*

O mundo globalizado diminuiu a distância tecnológica que existia entre os países, mais e menos desenvolvidos, isso graças à acessibilidade disponível nos diversos meios de informação, no entanto cabe a cada organização assimilá-lo e explorá-lo, proporcionando crescimento em seu ativo intelectual.

### 3 Gestão do Conhecimento: exploração estratégica do Capital Intelectual

Com a percepção inevitável de um novo valor, que vinha sendo introduzido em seus ativos, algumas corporações com intuito de aumentar o seu valor intelectual, perante a competitividade global, iniciaram, na década de 90, processos de implantação de um novo modelo gestor, com a finalidade de expandir e otimizar o seu patrimônio intelectual.

Esse sistema passou a ser conhecido como Gestão do Conhecimento e tinha por finalidade explorar e aguçar os conhecimentos individuais e coletivos, tornando acessível a todos integrantes da corporação, variadas formas de informações e treinamentos, melhorando e aumentando, de forma compartilhada, o conhecimento já adquirido.

*Para gerir seu capital intelectual de forma sistêmica, a empresa deverá elaborar uma pauta para se transformar de uma*

*organização que simplesmente compreende indivíduos detentores de conhecimento numa organização focalizada em conhecimento que cuida da criação e compartilhamento de conhecimento em e através de finções internas de negócios e que orquestra o fluxo de know-how de e para empresas externas. A trama de tal pauta compreende muitos fios – pessoas, incentivos, tecnologia, processos, e outros elementos – que precisam ser tecidos cuidadosamente de forma compatível com a estratégia, cultura, capacidades e os recursos da empresa. Embora o programa de cada empresa vá ser igualmente singular, um conjunto comum de temas, questões e desafios subjaz os objetivos e a implementação de tais programas (KLEIN, 1.998, p. 02 e 03).*

Gerenciar a capacidade intelectual dos indivíduos integrantes de uma organização implica em mantê-los atualizados e treinados através das informações concernentes aos interesses da empresa. Dessa forma, o enriquecimento do conhecimento individual instigará cada vez mais a vontade de interagir com a equipe de trabalho suas idéias e aprendizado, podendo ser usado como ferramenta estratégica frente à competitividade do mercado globalizado. A capacitação funcional dentro de uma organização, no sentido de estimular e valorizar o colaborador, será munição certa para uma empresa enfrentar seus concorrentes no mercado em que atua. E o gerenciamento, voltado à organização e à acessibilidade das informações, cuidará para que a qualidade informativa seja maior do que quantidade, determinando potencialidade e garantindo o diferencial produtivo de sua equipe. O

mundo lança a todo momento, através dos inúmeros veículos de comunicação, novidades metodológicas e tecnológicas que são fundamentais para administração das produções e inovações, responsáveis pela manutenção de uma empresa no mercado em que atua.

*Seguindo o cultivo de uma cultura e infra-estrutura de conhecimento adequada, a gerência poderá dar aos trabalhadores do conhecimento incentivos para que contribuam para a base de capital intelectual da empresa apoiando tais contribuições com transações específicas. Do ponto de vista econômico, o desafio é criar um mercado interno de capital intelectual, onde compradores e vendedores possam negociá-lo a preços justos de mercado. A empresa que pagar um royalty ou de outra forma reconhecer o autor de um produto-modelo frequentemente mencionado, por exemplo, oferece maior incentivo para que o autor torne aquele produto largamente disponível (KLEIN, 1.998, p. 09).*

Assim, considerando que o fator intelectual é a onda do momento, far-se-á necessário o pleno investimento de uma organização a respeito de um bom gerenciamento, integrando, filtrando, interpretando e transmitindo a todos, de maneira didática e de fácil assimilação, com intuito de enriquecer o Capital Intelectual da empresa.

#### **4 Conceito de BA: comunidades do conhecimento**

De forma distinta ao modelo ocidental, os japoneses implantaram ao seu sistema administrativo um novo conceito para estimular a disseminação do conhecimento.

Fundamentado e introduzido em 1.996 por Ikujiro Nonaka e Noburo Konno, esse novo sistema ficou conhecido como Conceito de BA, que, de acordo com interpretação do ideograma de kanji relaciona-se a potencialidade e a capacidade de transformação.

Segundo Nonaka, a definição correta, que exprime a ideologia de um BA, tem ligação a um espaço específico e direcionado a determinado interesse individual e ou coletivo, onde a probabilidade de crescimento do conhecimento se torna muito mais provável, pois, quem se dispõe a participar e compartilhar de uma comunidade de BA, o faz de maneira interessada e voluntária, procurando interação em um ambiente provido de pura singularidade. De acordo com o propósito de Nonaka, esse espaço deverá ser definido, respeitando as necessidades de quem o faz, induzindo sempre a criação do conhecimento em cada plataforma comunitária, que poderá ser constituída estabelecendo um canal interativo de, idéias ou ideais, físicos ou virtual.

O *Conceito de BA* tem o intuito de proporcionar um ambiente que facilite a criação e otimização dos conhecimentos individuais contidos, através da interação do interesse comum, revelando assim, uma estratégia para crescimento do Capital Intelectual da empresa. A sua adaptação para o cenário ocidental, começa a dar sinais freqüentes, porém, devido a difícil interpretação, por carregar forte influência da cultura japonesa, esse conceito, após adaptação ocidental, sugere uma expressão equivalente a Comunidades Estratégicas de Conhecimento.

#### **5 Gestão do Conhecimento no Brasil: como as empresas encaram esse conceito**

O mundo atravessa um processo de transição acelerado envolvendo o cenário corporativo e a sociedade em geral, graças aos inúmeros veículos de comunicação a informação se faz presente em tempo real, cobrando atitudes emergentes de quem não quer perder sua fatia no mercado em que atua.

A revista HSM Management, publicou em 2004, pesquisa inédita relacionada à importância dada ao método de gestão do conhecimento nas empresas brasileiras que detém significativa influência para economia nacional. Durante a pesquisa, executivos representantes de grandes organizações atuantes nos mais variados ramos de atividade, se prontificaram a fornecer pareceres relacionados ao ponto de vista empresarial, referindo-se à exploração do conhecimento como estratégia de gestão.

Segundo dados levantados na pesquisa, houve variadas formas interpretativas adotadas pelas empresas brasileiras, em relação à gestão do conhecimento, ficaram perceptíveis, naquele momento, que a tendência de execução da nova modalidade gestora, firmava-se simplesmente em fomentar e gerenciar o conhecimento já adquirido, estabelecendo assim uma otimização da produção e não uma interatividade organizacional estimulando a criação em favor do seu ativo intelectual.

Dados levantados na pesquisa e demonstrados pela revista especificaram com mais exatidão a visão do Brasil em 2.004, representados pelas empresas entrevistadas:

- 55,9% das empresas encararam a gestão do conhecimento como uma modelagem de processos corporativos a partir do conhecimento gerado;

- 18,2% acreditam fazer parte de uma política de gestão do conhecimento (sistemas, política cultural corporativa, etc.);

- 13,3% encaram como sendo apenas uma filosofia corporativa de gestão de informações;

- 7,2% entendem que é uma tecnologia que permite a gestão do conhecimento e

- 5,4% portanto, a minoria percebe a possibilidade de usá-la como estratégia de competição na era do conhecimento.

No entanto, o otimismo, em relação à conscientização dos entrevistados, era muito grande, pois, quase 60% das empresas envolvidas nessa pesquisa já haviam adotado alguma forma de gerência, focando o conhecimento como instrumento e as demais já se mobilizavam para essa direção. A pesquisa nos mostrou, através das opiniões dos gestores entrevistados, que a implantação correta da gestão do conhecimento impulsionará, nos próximos anos, o crescimento econômico das empresas em relação ao seu ramo de atividade. Assim, os dados otimistas colhidos, relacionados às perspectivas para o futuro, não nos deixa dúvidas sobre o correto posicionamento empresarial a ser tomado, no sentido de implantar a gestão do conhecimento:

- 46,3% disseram que ditará quais empresas serão vencedoras;

- 38,8% acreditam que empresas terão sua longevidade comprometida;

- 34,4% trará um desenvolvimento mais consistente e otimizado dos colaboradores;

- 19,9% outras respostas múltiplas.

Com base, nessas informações, é provável e também perceptível, que a tendência administrativa brasileira, seguirá comumente

ao resto do mundo, processos que cultivem e enriqueçam o conhecimento já adquirido, confiante nos benefícios que o mesmo poderá proporcionar para o setor econômico organizacional.

## 6 Conclusão

Estamos diante de um novo processo, como os vários que já surgiram, enfrentando a "coqueluche" de um sistema considerado a revolução dos tempos, no segmento da competência gestora. Do início de seu estudo até o momento, muito já foi descoberto e a evolução se faz constante a cada ano, porém, apesar da expectativa futura estar repleta de otimismo, pouco se sabe o que irá acontecer daqui a dez anos, por exemplo, ou qual será o ponto fraco que poderá surgir e ameaçar sua sobrevivência.

No entanto, o que se sabe está no presente e muito bem desenvolvido, alcançando resultados que superam o esperado e, principalmente, sendo moldado de acordo as adversidades encontradas, em relação à resistência, culturas e costumes, determinando o competitivo, entre as empresas e enriquecendo o seu ativo intangível. Sabe-se também que não há total homogeneidade, operacional e interpretativa, do modelo gestor em empresas do mesmo país, como o Brasil, por exemplo, porém, todos já o aceitam e o aplicam como solução revolucionária e futurista.

A Gestão do Conhecimento tornou-se, além da excelência na capacidade de formação e afloração do conhecimento, uma poderosa arma no âmbito estratégico da competitividade, proporcionando índices produtivos e econômicos que determinam a liderança no mercado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES.COM.BR. Capital intelectual: uma vantagem competitiva. Disponível em: <[http://www.administradores.com.br/artigos/capital\\_intelectual\\_uma\\_vantagem\\_competitiva/21344/](http://www.administradores.com.br/artigos/capital_intelectual_uma_vantagem_competitiva/21344/)> Acesso em 24.Jul.2008.

EDVINSSON, Leif; MALONE S. Michael. Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1.998.

GOOGLE. Gestão do conhecimento no Japão. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ges1%C3%A3o\\_do\\_conhecimento\\_no\\_Jap.C3.A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/ges1%C3%A3o_do_conhecimento_no_Jap.C3.A3o)>. Acesso em 08.Ago.2008.

KLEIN, David A. A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para economia baseada em conhecimento., Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1.998.

PARADIGMA.COM.BR. Gestão do conhecimento na prática. Revista HSM Management 42. Disponível em: <<http://www.paradigma.com.br?gestao-do-conhecimento-na-pratica/v1e/w>> Acesso em 08.Ago.2008.

# Capital intelectual o desafio do século

**Lucas Ricardo Komatsu**  
lucas\_komatsu@hotmail.com

**Marcelo Medeiros de Carvalho**  
marcelo2510@itelefonica.com.br

**Rodrigo Galaz de Almeida**  
rodrigo-galaz@hotmail.com

**Resumo:** O capital intelectual é o desafio da contabilidade no século XXI, é a inovação em todos os setores da organização, a valorização do conhecimento e, conseqüentemente, dos colaboradores, que passam a integralizar o ativo intangível. Uma revolução nos relatórios contábeis. Advindo da transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento. Estimando o valor de mercado dessas empresas.

**Palavra-chave:** Conhecimento, Colaboradores e Valorização.

## 1. Introdução

Você sabe o que é capital intelectual? Pode estar pensando em valores, numerários, dinheiro, enfim um ativo da empresa. Porém, engana-se quem tem esse conceito. Pois o esse recurso é um bem sim, porém não é aquele que estamos acostumados a ver. Esse capital é forma-

do pelos Recursos Humanos de uma empresa. São profissionais capacitados que auxiliam no progresso da organização.

Até então, os colaboradores não faziam parte dessa valorização. Ocorre que maquinários, equipamentos, sistemas entre outras revoluções, por si só, não funcionam. Há por trás de toda essa evolução a mente humana. Um ser dotado de inteligência que desenvolve e comanda essas modernidades.

A regra é a seguinte, se a sua empresa encontrar um colaborador que possui todos os requisitos necessários; mesmo que você não esteja necessitando de seus serviços no momento: contrate-o. Pois estará fazendo um investimento no futuro da sua organização.

## 2. Definição de capital intelectual

O capital intelectual é definido como o conjunto de conhecimentos e informações encontrados nas organizações e agrega valor ao produto ou serviço, através da aplicação de inteligência. Ele faz parte do ativo intangível, mas também apresenta outros pontos positivos como renovação e desenvolvimento, satisfação dos empregados, fidelização de clientes entre outros benefícios.

O ativo de uma empresa é

determinado pelos bens e direitos, compostos de bens móveis e imóveis. Os bens imateriais são aqueles que não possuem corpo físico, mas têm valor econômico. E os direitos são os valores que as empresas têm a receber de terceiros.

O ativo também pode ser tangível quando possui existência física, ou seja, podemos vê-lo e atribuir ou avaliar seu real valor. É intangível, este não podemos observar fisicamente e, por isso, é mais difícil atribuir seu valor, por exemplo, marcas, patentes e o capital intelectual.

O capital intelectual possui os seguintes ativos intangíveis:

- uma nova visão do homem, do trabalho e da empresa;
- poucos níveis hierárquicos;
- atender ao usuário - interno e externo;
- Visão voltada para o futuro;
- criar valor e de agregar valor às pessoas, a empresa e ao cliente;
- administração participativa e baseada em equipes;
- agilidade, flexibilidade, dinamismo e proação; e
- Compromisso com a qualidade e com a excelência de serviços.

E, nessa era da Informação, o conhecimento está se transformando no ativo mais importante das empresas. Uma riqueza muito mais extraordinária e categó-

rica do que o dinheiro. É uma vantagem competitiva, é a novidade através de opiniões e idéias que provém do conhecimento, o qual está na cabeça das pessoas.

### 3. O desafio da contabilidade

Para a contabilidade é um grande desafio o surgimento dessa nova conta no balanço, pois este capital constitui o ativo principal e também é um diferencial competitivo. Entende-se que a Contabilidade deve estar participando ativamente desse processo e dentro da visão de Hendriksen & Breda "o desenvolvimento da Contabilidade foi estimulado pelas mudanças tecnológicas que foram, pelo menos, tão dramáticas quanto a dos nossos dias e nossa época".

Segundo Iudicibus o "Mais importante, em toda a discussão, é que o Contador, bem ou mal, conservadoramente ou agressivamente, numa fase outra da evolução histórica, conforme se trate de Contabilidade Financeira ou Gerencial tem a coragem de atribuir mensuração aos elementos do ativo, passivo e PL, bem como aos fluxos de renda e de caixa. É, sem dúvida, a profissão mais arrojada, pois pretende traduzir em demonstrações contábeis, em números, notas explicativas e poucas evidências outras, uma realidade tão complexa quanto à da entidade".

Para os contabilistas, mensurar um valor que está "escondido" na empresa não é fácil, pois não é identificado rapidamente. Diante da nova realidade, torna urgente o desenvolvimento de novos conceitos, no tocante à mensuração do valor das empresas, fato que vem impactar os relatórios contábeis.

Assim, as ciências contábeis

passam por mudanças. A necessidade de mudar seus conceitos gera dúvidas em como mensurar esse novo artigo, que toma espaço no mercado a cada dia. Admitir o conhecimento como recurso econômico, impõe transformações.

Porque na verdade, é o capital intelectual e não mais o capital financeiro, quem determina o valor de mercado de uma organização.

### 4. A sociedade baseada no conhecimento

A Sociedade Industrial, onde predominava o capital financeiro, está cedendo lugar para uma Sociedade do Conhecimento. Sendo base fundamental para as operações empresariais. E essa aplicação da informação vem impactando o valor das organizações.

Em um mundo onde os tradicionais fatores de produção: natureza, capital e trabalho, já esgotaram e extenuaram a sua contribuição para os negócios. As empresas estão investindo fortemente no capital intelectual para aumentar o seu valor e competitividade.

Para saber como surgiu o capital intelectual tem que entender as transformações ocorridas na sociedade. Primeiro, o surgimento de tecnologias, mudanças na política social e econômica; e a mais importante das transformações, o conhecimento, que, nas últimas décadas, tornou-se o capital principal, o centro de custo e o recurso categórico da economia.

O fato de o conhecimento ser um recurso é o que torna especial a nova sociedade, atrelado aos demais itens como a terra, mão-de-obra e capital. Pois é

um conjunto que faz dessa a Sociedade do Conhecimento.

Daí, instala-se um período de modificações, e seus reflexos podem ser vistos na valorização do ser humano, como detentor do conhecimento; a localização dos recursos de produção; a materialização do conhecimento em tecnologias; crescimento do setor de serviços, e os produtos consumindo menos recursos materiais e mais recursos intelectuais.

Não se podem desprezar os efeitos advindos dos elementos que compõem o Capital Intelectual, pois influenciam o valor de mercado e a capacidade que possuem de gerar lucros futuros.

### 5. A formação do capital intelectual

As organizações precisam desenvolver ótimas estratégias para conquistarem, reterem e motivarem seus talentos, oferecendo um trabalho que agregue, constantemente, novas experiências e conhecimentos às pessoas.

O capital intelectual é formado de colaboradores que detêm o conhecimento, sendo os principais contribuintes para o êxito da organização. Com essa valorização do conhecimento, as empresas estão se transformando em organizações de aprendizagem e fazendo a aplicação adequadamente. Daí, é colocá-los em prática, para rentabilizá-los e obter retornos. Isso é uma questão de sobrevivência e de competitividade.

6. A divisão do capital intelectual

Segundo Brooking, o Capital Intelectual pode ser dividido em quatro categorias:

- Ativos de Mercado: marca,

clientes, lealdade dos clientes, franquias etc.

- **Ativos Humanos:** compreendem os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações através da criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.

- **Ativos de Propriedade Intelectual:** know-how, segredos industriais, direitos autorais, patentes, designs etc.

- **Ativos de Infra-Estrutura:** compreendem as tecnologias, as metodologias e os processos empregados como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, banco de dados de clientes etc.

Para alguns estudiosos, a empresa é como uma árvore, a parte visível é o tronco, galhos e folhas como o que está descrito nas demonstrações contábeis e em outros documentos; e a parte que se encontra abaixo da superfície, as raízes, ao Capital Intelectual que são os fatores ocultos.

## 7. Fatores que geram o capital intelectual

Para Brooking, o Capital Intelectual começou quando o primeiro vendedor estabeleceu um bom relacionamento com o seu cliente. Daí, iniciou toda a sistemática da intelectualidade dentro das organizações. O relacionamento cliente - empresa é o mais importante de todos, pois são as duas pontas de uma corrente. E, cada elo desta corrente corresponde aos outros sistemas envolvidos.

Existem diversos fatores que geram o Capital Intelectual: a consciência por parte do funcio-

nário, do que representa o seu trabalho para a companhia; a pessoa certa na função certa, desenvolvimento profissional e pessoal; infra-estrutura para ajudar os funcionários a desempenharem um bom trabalho; participação dos colaboradores na preparação dos objetivos, traçados entre outros.

Esse capital é a soma do capital humano mais capital estrutural.

O Capital humano é composto pelo conhecimento, inovação, habilidade, criatividade, além dos valores, cultura e a filosofia da empresa. É constituído das pessoas que fazem parte de uma organização. Capital humano significa talentos que precisam ser mantidos e desenvolvidos.

O Capital estrutural inclui equipamentos, softwares, banco de dados, patentes, marcas registradas e tudo o mais que apóia a produtividade dos empregados. São os sistemas administrativos internos e externos.

## 8. Conclusão

O fato é que as empresas inteligentes estão se transformando em organizações educadoras, onde a aprendizagem organizacional é desenvolvida através de processos de gestão do conhecimento. Nessas organizações, a área de Recursos Humanos está totalmente comprometida em aumentar o capital intelectual e aplicá-lo. O sucesso empresarial reside, atualmente, nessa jazida. E, olhando por esse ângulo, as empresas passaram a valorizar os seus profissionais. Assim, o capital intelectual está se tornando um conceito básico para aqueles que já buscam o progresso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Larissa Milena Campelo. **Capital Intelectual**. Disponível em: [www.facape.br](http://www.facape.br) Acessado em: 18.07.2008.

MARTINS, Eliseu. **Capital intelectual: verdades e mitos**. Disponível em: [www.milenio.com.br](http://www.milenio.com.br) Acessado em: 18/07/2008.

SANTOS, Ricardo Sinesio dos. **O capital intelectual e a contabilidade: o grande desafio do milênio**. Disponível em: [www.utp.br](http://www.utp.br) Acessado em: 18/07/2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **O Capital Intelectual**. Disponível em: [www.rhplus.com.br](http://www.rhplus.com.br) Acessado em: 21/07/2008.

BROOKING Afinei. **Intellectual Capital: Core Asset for the Third Millennium Enterprise**. Boston: Thomson Publishing Inc, 1996.

EDVINSSON L. & MALONE M.S. **Capital Intelectual**. São Paulo: Makron, 1998.

FORTUNA, E. **Mercado de Capitais: Produtos e Serviços**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

IUDÍCIBUS, S. Conhecimento, Ciência, metodologias Científicas e Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.27, n.110, p.60-63, março/abril de 1998.

HENDRIKSEN E. S. & BREDAS M. F. **Accounting Theory**. 5ª ed. Boston: Irwin, 1992.

# Marketing: uma contribuição estratégica para o sucesso da contabilidade

**Andréa Regina da Costa**  
andrearegina@hotmail.com

**Ana Paula Souza da Silva**  
anapaula@fiu.com.br

**Silvana de Souza Redoval Moura**  
silvanacatuana1@hotmail.com

**Resumo:** A contabilidade na qualidade de instrumento de gestão oferece inúmeras possibilidades de pesquisa, seja em seu aspecto teórico ou prático. Uma pesquisa abrangente sobre o surgimento da ciência e da profissão contábil, assim, como a aplicação do marketing, considerada ferramenta essencial para o bom desempenho da contabilidade atual, certamente resultariam em extensos trabalhos científicos. Como não é esta a finalidade deste artigo e sim abordar de forma breve cada um dos assuntos citados e, assim, propor uma reflexão sobre o merecido prestígio depositado a esta ciência vital para a vida e sucesso das organizações.

**Palavras - chave:** Marketing. Contabilidade. Sucesso.

## 1 Introdução

É correto afirmar que muito mais que instrumento de gestão empresarial que fornece as informações necessárias para a tomada de decisões, a contabilidade é definida como uma ciência social cujo objeto é sempre o patrimônio das entidades, o que é primordial para a administração correta das organizações.

As mudanças que esta profissão vem sofrendo ao longo do tempo deram-se em função das transformações ocorridas no cenário econômico mundial, que, por sua vez, foram ocasionadas pelos avanços tecnológicos e a globalização.

Diante do vasto campo de trabalho aberto para os contabilistas, as estratégias de marketing passaram a ser uma força somatória para estes profissionais que são na realidade participantes deste processo de modernização e sofrem diretamente o impacto destas constantes modificações. Sendo assim, é fundamental que os mesmos divulguem as várias possibilidades e vantagens de se utilizar os

serviços contábeis, e alcance o reconhecimento de um público que ainda imagina que a contabilidade limita-se a atender a questões fiscais e burocráticas, tão somente.

Um bom marketing contábil é capaz de fazer a diferença e tornar a empresa líder de mercado, fazendo com que o profissional exerça sua função com ética profissional, competência e habilidade diante da demanda dos serviços contábeis, zelando para com as responsabilidades de suas atribuições.

A finalidade deste artigo consiste em atentar e pôr em prática o marketing contábil, abordando as técnicas e processos que posicionam o profissional de forma a atenderem às necessidades dos clientes da melhor e mais inovadora forma possível, e assim, reconhecerem que marketing é o reflexo de seus serviços a favor de si próprio.

## 2 Marketing

Existe uma série de definições para esta palavra, algumas breves e objetivas, que apenas

associam o marketing a vendas e propaganda e outras muito mais abrangentes que consideram muitos outros fatores relacionados a este extraordinário campo de estudo, que, apesar de possuir suas raízes na própria origem do comércio, somente, na atualidade, vêm alcançando posição de destaque no mundo empresarial.

Las Casas (1991, p. 12) apresenta a seguinte definição do tema:

*Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização, do indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem estar da sociedade.*

Entre uma e outra definição citada, destaca-se ainda que marketing de uma forma clara e objetiva é uma estratégia para se atrair e assegurar uma clientela, seja ela consumidora de produtos comercializados, serviços, propriedades, organizações, informações e/ou idéias. Sendo assim, o marketing abrange inúmeras áreas do conhecimento, como a psicologia, sociologia, estatística, entre outras sempre com a finalidade de influenciar na demanda de clientes.

De acordo com Kotler e Bloom (1990, p.19) "marketing é a análise, planejamento, prática e controle de programas cuidadosamente formulados que visam proporcionar trocas voluntá-

rias de valores ou utilidades com mercados-alvo, com o propósito de realizar os objetivos organizacionais". Resumidamente, significa encontrar necessidades e satisfazê-las.

Cada autor apresenta um sentido e uma maneira de expressar seu significado, portanto são vários conceitos que se resumem num só fim. Como são inúmeros os públicos e interesses a serem visualizados, o marketing apresenta-se de várias formas, no sentido de satisfazer seus clientes com um benefício que envolve a sustentação de um produto ou serviço diante do mercado consumidor construindo relacionamentos de longo prazo e garantindo uma personalidade inovada e diferenciada.

### **3 O marketing de serviços e a contabilidade.**

Fundamentalmente, podem-se definir serviços como as atividades, benefícios ou satisfações oferecidas à venda, onde não existe a troca de bens tangíveis, envolvendo a transferência de posse. Já, o marketing de serviços expressa o conjunto de esforços e ações que aperfeiçoam o desempenho com o objetivo de surpreender o cliente, diferenciando a empresa da concorrência. Assim, no que tange aos contadores, o marketing é proposto em uma série de ações no sentido de valorização deste profissional, que será alcançada com a melhora de sua capacitação e posicionamento da marca contabilidade.

Sendo o marketing "um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o

que necessitam e desejam, por meio de criação, oferta e troca de produtos e valor com os outros (KOTLER e AMSTRONG 1995, p.3)", torna-se essencial para a efetivação dos objetivos deste artigo, identificar porque o sucesso do profissional contábil está estritamente relacionado com os princípios de marketing.

Tudo que foi mencionado até o momento aponta para a compreensão de que a contabilidade surgiu da necessidade das pessoas em conhecer, controlar e medir o desempenho de seu patrimônio. Paralelamente, nasceu a profissão contábil com o objetivo de manter uma relação íntima e transparente com o usuário da informação e assim "avaliar o estado passado, atual e futuro desse patrimônio, e divulgar as mutações sofridas por ele e as causas dessas mutações (LEONE, 1996, p. 38)."

A palavra informação assume um significado admirável já que consiste no bem mais importante da atualidade, sendo responsável pela tomada de qualquer espécie de decisão seja qual for a atividade, representando, então, o principal serviço oferecido pela contabilidade.

Faz-se presente, então, o marketing de serviços, o qual está voltado, basicamente, para o tratamento adequado do consumidor, na interpretação e leitura adequada de suas necessidades, levando-se em conta os fatores que influenciam em seu comportamento, daí a grande diferença, na venda de bens e serviços, uma vez que os bens se relacionam com objetos físicos e os serviços se caracterizam, se-

gundo Kotler e Armstrong (1995, p. 456) "pela intangibilidade, variabilidade, inseparabilidade e perecibilidade."

De forma geral, o contador necessita possuir todas as aptidões e capacidades para por em prática as ações estratégicas de marketing e mostrar para a sociedade que o desempenho de seu trabalho não é apenas uma obrigatoriedade imposta pelas leis que exigem a elaboração das demonstrações contábeis e pagamento de tributos para a garantia de organização nas empresas, e sim uma fonte inesgotável de informações. Mostrar a seus usuários as vantagens da prestação de seus serviços, esta é a chave para a valorização do profissional contábil.

#### 4 O surgimento da contabilidade

O que a história tem mostrado é que a contabilidade, por ser uma ciência que acompanha as necessidades da humanidade, reflete o rápido avanço científico e tecnológico mundial, e tem seu valor reconhecido conforme se dá o desenvolvimento econômico, daí o motivo desta profissão ser cada vez mais valorizada em todo o mundo, tanto que se verifica um campo de atuação cada vez mais abrangente para este profissional, no Brasil.

Baseado nesta realidade, fica fácil compreender que uma ciência social tão desenvolvida não poderia ter sido criada de um momento para outro, pelo contrário, seu surgimento deve-se ao atendimento das necessidades mais remotas referentes ao cálculo e controle de riquezas das

mais antigas civilizações. Deste modo, a contabilidade tem acompanhado a evolução das relações comerciais, sendo mais antiga que a própria moeda.

Pode-se dizer até que é tão antiga como a origem do homem. Até mesmo a Bíblia traz passagens que relatam registros e controles quantitativos que evidenciam que, mesmo de forma rudimentar, a contabilidade já se fazia presente.

Observa-se como exemplo a história de Jó "um dos mais importantes personagens da Bíblia, o qual se destacou pela sua fé inabalável e que já utilizava a contabilidade para controle de seu patrimônio pessoal (IUDÍCIBUS & MARION, 2006, p.33)".

É certo que o período compreendido entre a pré-história e a pós-modernidade possui uma infinidade de acontecimentos marcantes que contribuíram para que a contabilidade se tornasse de fato uma ciência.

Um destes momentos resultou em uma codificação inédita que, posteriormente, deu origem à Escola Italiana conforme relata Marion (2006, p. 163):

*Ocorreu por volta de 1494 com a publicação do livro Summa de Arithmetica, Geometria, Proportion, et Proportionalita, escrito pelo Frei Luca Pacioli, cuja maior contribuição foi sua apresentação da contabilidade pelo método de partidas dobradas.*

A Escola Americana começa a formar-se século XX e o surgimento da informática pôs fim

à escrituração tradicional da época, trazendo consigo o avanço tecnológico, fazendo com que a contabilidade seja um instrumento de controle e gestão.

No Brasil, a contabilidade demorou um pouco mais para se fortalecer, inclusive Niyama (2005, p. 04) colabora, neste sentido, com a seguinte afirmação:

*A primeira escola a administrar curso de contabilidade no Brasil foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em São Paulo, em 1906, ainda em nível secundário, sob forte influência da escola italiana, ou seja, com forte ênfase no método das partidas dobradas e pouca discussão sobre o produto final para o usuário, no caso, as demonstrações financeiras.*

Entretanto, foi através da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo de pesquisa contábil (IUDÍCIBUS, 1997). Desde então, foram fundadas cada vez mais escolas de contabilidade, no Brasil, isto no sentido de desenvolver técnicas que acompanhassem as mudanças que estavam sendo percebidas e formassem profissionais de contabilidade que atendessem às expectativas comerciais geradas na época.

Devido ao incentivo através da criação destas instituições de ensino, no ano de 1976 surge a edição da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), substituída atualmente pela Lei nº 11.638/07. Já a Lei nº 6.385/76, criou a CVM (Comissão de Valores Imo-

biliários), cuja contribuição para a regulamentação das empresas em nosso país é extraordinária.

Realmente, "a contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta fatos ocorridos nos patrimônios das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos (FRANCO, 1994, p. 21)". Visto a abrangência desta definição, é cabível ressaltar que esta ciência tão útil para a humanidade não pode ser utilizada apenas para o registro de fatos, pois sua área de atuação é muito mais abrangente e envolve uma enorme diversidade de disciplinas e tecnologias voltadas para a orientação financeira das empresas, o que é imprescindível nesta economia de mercado cada vez mais competitiva e globalizada

### 5 Perspectivas para a profissão contábil.

Uma vez que neste terceiro milênio, as organizações vêm adquirindo técnicas com modelos de gestão de desempenho eficazes, sofrendo profundas transformações, presenciando-se novas tecnologias em busca de uma melhor produtividade e qualidade de todos seus produtos e serviços, certamente, as mudanças que estão ocorrendo revelam excelentes perspectivas para esta profissão.

O contabilista é um profissional, cujo trabalho está intimamente vinculado à gestão e controle do patrimônio das pessoas, empresas e entidades. Diante disto, Silva (2003) acrescenta que o profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de

informações essenciais ao sucesso empresarial.

Martins (1993) refere-se ao futuro da profissão contábil, destacando a importância de se buscar uma maior aproximação entre a contabilidade e o usuário das informações contábeis.

Este diálogo, por sua vez, possibilita que as necessidades sejam identificadas e atendidas com maior eficácia, sendo possível ao profissional contábil utilizar de seu conhecimento como um diferencial de forma a se traduzir no sucesso e riqueza de seus clientes.

Considerando que a sociedade concentre sua atenção no novo recurso que é a conhecimento, e a contabilidade é por excelência a ciência da informação e sustentabilidade das empresas, logo, é indispensável ao contabilista agregar valor ao processo de gestão econômica com informações rápidas e precisas, aumentando assim seu prestígio profissional.

A contabilidade oferece uma série de especializações em diversas áreas diferentes de atuação para o contador, seja nas entidades públicas ou privadas, no ensino ou de forma autônoma, conforme apresenta o quadro a seguir.

Quadro 1 – Áreas de atuação do profissional contábil.

Na empresa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento Tributário;</li> <li>• Analista Financeiro;</li> <li>• Contador Geral;</li> <li>• Auditor Interno;</li> <li>• Contador de Custos;</li> <li>• Cargos Administrativos.</li> </ul>

Autônomo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditor Independente;</li> <li>• Consultor;</li> <li>• Empresário Contábil;</li> <li>• Perito Contábil;</li> </ul>
No Ensino
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor;</li> <li>• Pesquisador;</li> <li>• Escritor;</li> <li>• Conferencista</li> </ul>
Órgão Público
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contador Público;</li> <li>• Fiscal de tributos</li> <li>• Tribunal de Contas;</li> <li>• Oficial Contador.</li> </ul>

Fonte: - Adaptado pelos autores a partir de Marion (2006).

Todas as perspectivas da profissão contábil são realmente de grande relevância e magnificência, contudo a expansão do mercado de trabalho não assegura a sua colocação e reconhecimento, para isto é necessário buscar múltiplas habilidades, possuir carisma e empatia com o cliente, uma ótima rede de relacionamentos e ainda, utilizar todas as tecnologias disponíveis para a geração, análise e transmissão das informações contábeis.

### 6 Conclusão

As atividades contábeis estão passando por grandes transformações, enfrentando mudanças em todo seu contexto e desenvolvendo estratégias que ofereçam uma visão empresarial, começando pelos serviços oferecidos, analisando seu relacionamento com o mercado atual, oferecendo melhores decisões e informações adequadas, atingindo assim um estágio superior.

A exigência para o profissional contábil está no seu potenci-

al, porque o presente revela uma época de pura informação, onde o contexto do profissional está em falar e fazer com capacidade de compartilhar as mudanças, tendo sempre idéias de melhoria, flexibilidade e estratégias de relacionamentos, exigindo-se deste profissional, cursos específicos de formação continuada, para que atenda às perspectivas e tendências profissionais do mercado.

Assim, o marketing é uma excelente ferramenta que sustenta os serviços contábeis, sempre observando a tendência a qual o mercado está direcionado, abrindo espaço para as inovações e oportunidades de consumo, divulgando sua ética e objetivando, estrategicamente, novos negócios para as organizações.

Pode-se verificar no decorrer deste artigo que a contabilidade continua sendo o mais importante instrumento de gerência empresarial uma vez que possui todos os subsídios essenciais para a tomada de decisões.

Diante do exposto, é importante mencionar que o profissional contábil não pode se limitar a fornecer informações que propiciem decisões racionais aos usuários da contabilidade, pois para que esta ciência continue em ascensão, fica claro que não basta apenas divulgar informações e torná-las úteis, como era no passado. Hoje, a globalização exige que ela possua uma linguagem universal de negócios, sendo cada vez mais participante e ativa.

A perspectiva da era contábil é excelente, porém, depende de

cada profissional o planejamento de sua carreira e realização de serviços de qualidade, sendo assim, é certo que o contador que dominar a era do conhecimento se torna muito mais valorizado pela sociedade.

As definições apresentadas neste trabalho revelam que o marketing é amplo e que pode ser aplicado no departamento de serviços, afirmando que o profissional precisa estar preparado para enfrentar desafios, sendo necessário absorver o máximo de conhecimento e colocá-lo em prática, com estratégias que supram as necessidades e construa uma marca pessoal.

Portanto, conclui-se que o posicionamento da marca é a arte de configurar a imagem de uma pessoa ou instituição num dado segmento de mercado, de forma que os consumidores possam entender e apreciar o que o produto, a empresa ou a instituição proporciona, contudo de nada adianta a divulgação desta marca se a qualidade e a eficiência não estiverem associadas ao marketing.

No caso da contabilidade, geralmente ocorre o contrário, pois existe qualidade, porém falta divulgação. Deste modo, o marketing contribui estrategicamente no sentido de divulgar, apresentar, enfim, demonstrar a qualidade dos serviços oferecidos através das técnicas desempenhadas pelo profissional contábil e despertar esse cliente para a necessidade de usufruir deste conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.

KOTLER, Philip; BLOOM, Paul N. **Marketing para Serviços Profissionais**. São Paulo: Atlas, 1990.

LAS CASAS, A. L. **Marketing de Serviços**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEONE, Jorge S. Guerra. **Os vários tipos de demonstração de resultados e a flexibilização da informação**. Revista Brasileira da Contabilidade. Ano XXV, nº 98. Março/Abril, 1996.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de Custo**. São Paulo: Atlas, 1993.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

# Consultoria: um estudo exploratório na região de Pereira Barreto - SP

**Sergio de oliveira candido**  
sergiocandadm@hotmail.com

**Elaine Cristina de Paula Cruz**  
elaine.ecpaula@hotmail.com

**Michele Cerqueira Yamaguchi**  
michelec.yamaguchi@hotmail.com

**Resumo:** Para que consigam atingir novos patamares de competição, as empresas têm recorrido cada vez mais a mecanismos de auxílio que possam ajudá-las a enfrentar estes novos desafios. Muitos destes trabalhos são desenvolvidos por empresas parceiras (consultorias) que, ao prestarem serviços complementares à gestão, prestam este auxílio por meio de serviços específicos e que tenham o objetivo de conduzir um processo de mudança organizacional em seus clientes. O objetivo geral deste trabalho consiste em caracterizar o trabalho de consultoria, evidenciando a sua importância para o desenvolvimento da competitividade das empresas.

**Palavras-chaves:** Auxílio. Liderança. Gestão.

## 1 Introdução

Com a globalização dos mercados em nível mundial, empresas de regiões distantes começaram a concorrer entre si e, apesar da distância geográfica que as caracteriza, elas têm incessantemente buscado por novos mercados,

para seus produtos e serviços.

Essa concorrência acirrada deve-se, em muitos casos, às mudanças direcionadas pela evolução tecnológica, pelas alterações no comportamento de compra do consumidor, pelos níveis de exigência de qualidade, entre outros. Dessa maneira, as empresas cada vez mais devem ser competitivas e procurar fundamentalmente por vantagens competitivas que as sustentem, neste cenário.

Para que consigam atingir novos patamares de competição, as empresas têm recorrido cada vez mais a mecanismos de auxílio que possam ajudá-las a enfrentar estes novos desafios. Muitos desses trabalhos são desenvolvidos por empresas parceiras que, ao prestarem serviços complementares à gestão, prestam esse auxílio por meio de mudança organizacional em seus clientes.

Este constitui o objetivo principal dos trabalhos de consultoria: promover um processo de mudança de gestão organizacional em seus clientes que possam proporcionar o desenvolvimento de competição no mercado.

## 2 Compreendendo o que é consultoria

Nos últimos dez anos, os serviços prestados de consultoria vêm se destacando e ganhando relevante espaço dentro das organizações que buscam novas estraté-

gias e maneiras de melhor se adaptarem ao mercado globalizado e competitivo em que estão inseridas.

As empresas estão atendendo para a importância de se buscar apoio e ajuda externa por meio de parcerias estratégicas que as auxiliem a solucionar problemas organizacionais ou a implantar novos modelos de gestão para melhorar o seu nível competitivo no mercado.

*As empresas estão procurando direcionar todos os seus esforços para o núcleo de seu negócio. Elas não querem gastar energia, tempo e massa cinzenta no processo decisório de assuntos periféricos a seu negócio e que não agregam valor aos produtos e serviços que oferecem ao mercado. Neste contexto, procuram a terceirização como estratégia para facilitar este processo de foco no negócio (OLIVEIRA, 2005, p. 25).*

Dessa maneira, pode-se notar que as empresas estão despertando para um senso mais perceptivo a mudanças diante de uma perspectiva mais integrada de ações conjuntas entre organizações parceiras. Ao mesmo tempo, as dificuldades encontradas pela gestão isolada, como a perda da eficiência operacional, por exemplo, são evidentes no mundo atual.

Assim, as organizações têm observado que, para que uma ges-

tão possa ser reconhecidamente eficiente, ela necessita de um aparato de elementos que traduzam uma nova perspectiva de administração.

Diante deste contexto é que se insere a consultoria empresarial. Esta função caracteriza-se por apresentar a prestação de um determinado serviço que visa auxiliar nos processos decisórios das empresas, para que essas consigam se sustentar no mercado de maneira dinâmica, flexível, objetiva e competitiva.

### 3 A aplicação e a importância do trabalho de consultoria para as empresas

A consultoria, há algum tempo, vem se destacando e desempenhando um papel muito importante dentro das empresas, pois ela possui características cruciais e vitais para que as organizações possam se desenvolver e conseguir realizar dentro de um contexto evolutivo para desempenhar o seu processo de melhoramento contínuo da competitividade.

Jonara (2006, p.1) diz que as principais características da consultoria são "a colaboração, independência, imparcialidade, profissionalismo, caráter investigativo, orientação e acompanhamento."

É ainda complementa que "a consultoria é um processo colaborativo, realizado a quatro mãos, onde empresário e consultor unem esforços em busca de melhoria da organização foco da consultoria."

Terra (2006), diz que "o trabalho de consultoria pode ser realizado nas mais diversas áreas, (Marketing, finanças, Rh, tecnologia, etc.), de maneira

abrangente, englobando a empresa como um todo, ou parcial, trabalhando em setores ou problemas específicos."

Sobre sua aplicabilidade em diversos tipos e tamanhos de empresas, ele complementa a afirmação anterior dizendo que:

*Para desenvolver um trabalho com consultores não importa o tamanho da empresa, seu faturamento, ramo de atividade, localização, número de funcionários, etc. Uma boa consultoria levar em conta as condições reais da empresa, do mercado e da conjuntura geral para atuar de forma efetiva e atingir os resultados esperados (TERRA, 2006, p.1).*

Dessa maneira, pode-se inferir que o trabalho de consultoria, pelo fato de poder ser aplicado em diversas áreas e segmentos, atribui muitas vantagens e benefícios fundamentais para o desenvolvimento das empresas.

### 4 A consultoria no Brasil

Similarmente ao que vem acontecendo nos principais países desenvolvidos, no Brasil, nos últimos dez anos, a consultoria vem conquistando um espaço de grande destaque e importância dentro das organizações. Isso se deve ao fato das empresas estarem mais perspectivas e atentas a mudanças do mercado que, a cada vez mais, exige a busca por novos diferenciais competitivos das organizações.

Zacharias (2006, p.1), diz que: "O Brasil está começando dar valor aos aspectos de desenvolvimento humano e a entender que gerenciar é tão importante quanto investir em tecnologia."

Seguindo este princípio, as empresas passam a observar um novo fator de gestão que enfoque aspectos como o valor do capital intelectual, da motivação dos funcionários e da capacidade do desenvolvimento humano e entendendo a importância da consultoria como parceria estratégica diante desta nova concepção de gerenciamento.

Retratando o mercado brasileiro e relacionando-o por meio de uma análise entre a consultoria e os pressupostos éticos de gestão, Junqueira (2006), diz que, no Brasil, empresas que possuem um código de ética são a grande maioria.

*Segmentando, o assunto para treinamento, e consultoria, talvez, os dedos das mãos bastassem para enumerar as empresas que possuem um instrumento como este e pautam sua atuação dentro de padrões éticos acordados, entre a área de treinamento e desenvolvimento, e a consultoria (JUNQUEIRA, 2006, p.1).*

Assim, pode-se inferir que a consultoria no Brasil consiste num fenômeno ainda possui um extenso caminho a percorrer, mas que já apresenta sinais de consolidação e de sustentabilidade no mercado, tornando-se uma importante atividade de auxílio empresarial na busca por maior competitividade das organizações.

### 5 Metodologia

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva, na forma de um estudo exploratório não probabilístico, em 20 (vinte) empresas que vivenciam e possuem contratos de consultoria, localizados na região de Pereira Barreto/SP.

De acordo com GIL (2002), o trabalho de campo elaborado por meio de uma pesquisa exploratória não probabilística, tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo o aprimoramento de idéias ou a descoberta de instituições.

Dessa maneira, o universo pesquisado foi composto por uma amostragem intencional e que privilegiou a região geográfica de Pereira Barreto/SP.

## 6 Produto ou serviço da consultoria

Várias empresas de consultoria têm frequentemente oferecido como produto ou serviço de uma consultoria uma gama de atividades gerenciais como: Planejamento estratégico, estruturação organizacional, treinamento, desenvolvimento de técnicas gerenciais, pesquisa de mercados, entre outras.

Para Oliveira (2005, P. 35) o produto ou serviço da consultoria tem uma definição, pois ela "representa o principal assunto para sua consolidação no negócio de consultoria e a empresa cliente".

Mas uma empresa de consultoria ou um consultor não podem ser especialistas em todas as áreas de atuação. Faz-se necessário que uma empresa, ao oferecer um portfólio de serviços de consultoria, possua um quadro técnico e especializado em diversas áreas e ramos de atividade em cada setor de atuação oferecido e estes devem ser ao mesmo tempo distintos, mas integrados dentro de um contexto comum, pois, somente, assim, é que consegui-

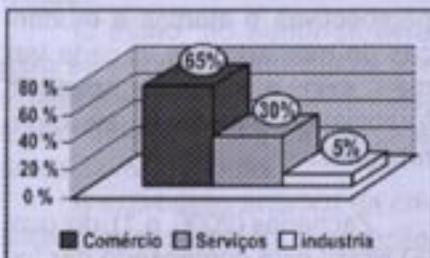
ão disponibilizar qualidade nos serviços prestados.

As empresas de consultorias que oferecem vários serviços e produtos: "devem ter a designação interna indevida, de acordo com o volume de trabalho por especialidade". Oliveira (2005, P. 35).

Dessa maneira, faz-se necessário que as empresas ou consultores, desenvolvam um quadro técnico, em que possam ser elaborados projetos de consultorias que envolvam a análise de experiência, capacitação e conhecimento técnico e específico do consultor.

### 6.1 Resultado da pesquisa

Na pesquisa realizada nas cidades de Pereira Barreto, Sud Mennucci, Itapura, Ilha Solteira e Castilho foram entrevistadas no total 20 empresas que utilizam serviços de consultoria em pelo menos alguma área de atuação. As empresas pesquisadas representam diversos ramos de atividade e são originadas de setores relacionados ao comércio, serviços e indústria. Os dados levantados foram levantados com o propósito de se obter informações sobre a utilização dos serviços prestados pelas empresas de consultorias da região, bem como possibilitar a reflexão sobre a sua atuação, os benefícios percebidos e as dificuldades enfrentadas.



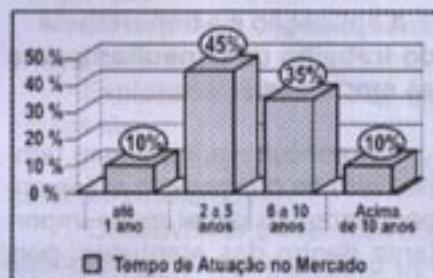
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 01: Setor empresarial pesquisado.

No gráfico 01 nota-se que, no

perfil das empresas pesquisadas, a maioria delas é constituída pelos representantes do comércio/varejo (65%), seguido pelas empresas prestadoras de serviço (35%) e posteriormente pelas indústrias (5%). Esta informação permite verificar que o percentual de cada setor pesquisado é relativamente similar ao encontrado nos índices nacionais.

Em outras palavras o grupo pesquisado representa, ainda que maneira limitada, o percentual de cada setor no universo das empresas brasileiras.

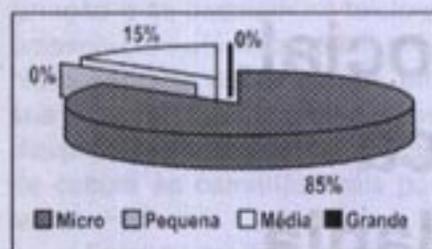


Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 02: Tempo de atuação no mercado

De acordo com o gráfico 02, pode-se notar que a maioria das empresas pesquisadas (90%) estão no mercado há pelo menos 2 anos (em que 45% das empresas pesquisadas estão no mercado há pelo menos 6 anos). Esta constatação indica que a maioria delas têm conseguido passar pela barreira dos primeiros anos, em que, segundos dados do Sebrae (2004), muitas delas não conseguem sobreviver. Ao mesmo tempo, esta indicação de tempo de atuação pode ser considerada positiva, pois infere-se que, com isso, que as pesquisadas podem ter vivenciado consideravelmente a experiência de possuir trabalhos já desenvolvidos de consultoria em seus negócios, o que torna suas respostas relevantes e adequadas

para os objetivos deste trabalho.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.  
Gráfico 03: Porte da empresa

No gráfico 03, observa-se que a amostra pesquisada de empresas é constituída por microempresas em sua grande maioria (85%) e por empresas consideradas de médio porte (15%).

Esta constatação confirma os dados do gráfico 03, que retrata a predominância de microempresas no perfil da amostra. Um outro dado relevante consiste no elevado número de empresas que declararam não possuir funcionário (35%). A pesquisa detectou que estas empresas são microempresas e que o seu corpo de trabalhadores é formado exclusivamente por membros da família.

**Tabela 01:** Segmentação por tipo de Atividade.

Atividade Principal	Quant.
Merc. Pequeno Porte	3
Comércio de calçados	2
Cofecção de Adesivos e banners	2
Lanchonetes	2
Posto de combustível	2
Reproduções fotográficas/filmagens	2
Comércio de materiais elétricos	1
Comércio de tintas	1
Escola de informática	1
Fabricação de equipamentos	1
Locadora de Video	1
Padaria e confeitaria	1
Serviços de Cofecção de Propaganda visual	1

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

De acordo com a tabela 01, verifica-se que o tipo de atividade desempenhada pelas empresas pesquisadas representa o perfil das empresas de pequenas cidades, em que predominam os negócios, muitas vezes, familiares voltados ao comércio e serviços.

## 7 Considerações finais

Em tempos de mercados globais, os níveis competitivos que se impõem a cada dia para as organizações têm exigido que elas busquem novas alternativas, que possam auxiliar o seu processo de gestão.

Complementarmente a isso, o aumento da sensibilidade perspectiva dos clientes em relação à qualidade, preço e prazos têm feito com que as empresas que optarem pela sobrevivência no mercado, adotem novas práticas de gestão, muitas vezes, amparadas em modelos que envolvam parcerias estratégicas diante de uma nova perspectiva de administração.

Dessa maneira, este trabalho procurou evidenciar os principais aspectos que caracterizam a atividade de consultoria em micro, pequenas e médias empresas da região de Pereira Barreto/SP, procurando identificar, ainda que maneira limitada, os principais benefícios e dificuldades deste tipo de serviço.

Com relação ao tempo de consultoria, pôde-se notar que a maioria das empresas (70%) possuem este tipo de contrato de prestação de serviço há pelo menos 2 anos e que elas possuem a capacidade de tecer opiniões e comentários sobre assunto.

Assim, este trabalho pôde verificar a importância da consultoria como instrumento auxiliador no

processo de gestão estratégica e operacional das empresas.

Ao propor este tema de pesquisa, que ainda é pouco divulgado e disseminado, no país, os pesquisadores procuraram investigar maiores reflexões sobre o assunto, contribuindo para que o tema possa ser melhor, discutido tanto em âmbito acadêmico e empresarial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JONARA, Fabiane Salete. Qual o papel do consultor?. **Fundação dos Administradores do Rio Grande do Sul**. 28 de jul. de 2006. Disponível em: <http://www.fars.org.br/entrevistas.php?entrevista=2>. Acesso em: 31 de ago. de 2008.

JUNQUEIRA, L. A. Costacurta. Ética para consultoria e treinamento, 2006. **Instituto MVC**. Disponível em: [http://www.institutomvc.com.br/costacurta/artla50\\_etica\\_constrein.htm](http://www.institutomvc.com.br/costacurta/artla50_etica_constrein.htm). Acesso em 15 de set. de 2006.

OLIVEIRA, D. de P.R. **Manual de consultoria empresarial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TERRA JR, L. N. Consultoria: o que é e como usar. **BTE**. Disponível em: [www.bte.com.br](http://www.bte.com.br). Acesso em: 14 de set. de 2006.

SEBRAE. Dados em relação a sobrevivência das micro e pequenas empresa, 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 21 de mai. de 2006.

ZACHARIAS, O. **A consultoria**. 2006. Disponível em: [www.bonaqualidade.com.br](http://www.bonaqualidade.com.br). Acesso em: 15 de set. de 2006.

# Responsabilidade social: gestão estratégica exercitando a cidadania

Renato Tabarelli Costa  
renato\_tabarelli@hotmail.com

**Resumo:** O conteúdo deste trabalho tem o intuito de explicitar, de forma simplificada e fácil compreensão, a importância da adaptação organizacional no que se refere à responsabilidade social, tanto em relação a empreendedorismo quanto na relação social. Investir no social, nos dias de hoje, deixou de ser apenas filosofia de vida de grupos isolados, ou simples modismo passageiro, e se transformou em uma potente estratégia voltada a fomentar a lucratividade das organizações, ao mesmo tempo que solidifica as relações com o seu público, que se tratando de responsabilidade social, não se limita simplesmente ao consumidor, mas também a todos os seus stakeholders, (consumidores, fornecedores, acionistas, governo, meio ambiente e toda a comunidade). Com essa metodologia de gestão, além de se manter competitiva no mercado em que atua, proporcionará a manutenção da qualidade de vida social, tendo consciência do dever e da importância de fazer transparecer os resultados, não só por prestação de contas, mas pela eficácia no gerenciamento da organização.

**Palavras-chaves:** Responsabilidade social. Stakeholders. Estratégia.

## 1 Introdução

A expressão *Responsabilidade Social* tem se tornado bastante freqüente nos diversos meios de comunicação disponíveis à nossa sociedade, basta acessá-los e, em algum momento, nos deparamos com ela. No entanto, poucos conhecem a verdadeira forma de praticar a responsabilidade social, confundindo-as com pequenas ações sociais praticadas por pessoas e organizações, que em suma, são ações com foco específico ou filantrópico destinando ajuda a projetos de remediação urgente, envolvendo a sociedade. Projetos como estes também são de grande valia para a sociedade, porém, o que as empresas buscam atualmente são ações e projetos de maior amplitude, mais duradouros e que possam interferir até na sustentabilidade do seu negócio.

A mentalidade organizacional das empresas, atualmente, vem se transformando gradativamente com intuito de tornar-se reconhecida por suas atitudes sócio-ambiental, contrapondo ao comportamento de algum tempo atrás, onde o principal objetivo era econômico-financeiro com intuito de ser reconhecida pela capacidade de obtenção de lucro e de proporcionar a seus sócios e acionistas rápido retorno de capital, além de garantir a seus funcionários salári-

os compatíveis e garantia de emprego.

O principal motivo para que as organizações mudassem a postura, em relação ao gerenciamento do desenvolvimento econômico, social e ambiental, foi o simples fato de perceberem a mudança comportamental da sociedade, que passaram a exigir cada vez mais comprometimento das empresas, no que diz respeito às garantias do bem estar social.

Foi a partir da necessidade de suprir as exigências do mercado consumidor que as empresas, dispostas a não perder mercado, passaram a perceber que a importância da organização perante a sociedade vai muito além de um simples negócio, e que precisaria se posicionar de forma a preservar os interesses de seus stakeholders, só, assim, manteria o seu grau de competitividade, tendo como estratégia de gestão a sustentabilidade, a preservação dos recursos naturais e proporcionar melhor qualidade de vida. Uma empresa que se preocupa com o social, sempre estará preocupada com o que seus fornecedores realizam perante a população de sua comunidade. Agindo dessa forma, as empresas comprometidas com o social, observarão se os produtos ou matérias-primas adquiridos são resultados de recursos

renováveis da natureza e quais políticas, sócio/ambientais seus fornecedores adotaram, tanto no que diz respeito à proteção do meio ambiente quanto em relação a garantir sua participação social.

A observância a este tipo de posição comportamental está relacionada às exigências dos consumidores que cobram constantes ações empresariais no sentido de fazer transparecer a ética e a cidadania, formando assim um ciclo virtuoso, envolvendo a empresa e seus stakeholders.

Os consumidores passaram a exigir ações empresariais comprometidas com a ética e com a cidadania. Para atender a essas novas exigências e manter-se competitiva, a empresa precisa oferecer produtos socialmente corretos, estabelecer relacionamento transparente com clientes, fornecedores e funcionários, e se preocupar com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da vida em sociedade.

## 2 Responsabilidade Social: Necessidade vital e sustentável

Mudar os parâmetros de gestão organizacional para matérias relacionadas à responsabilidade social faz com que a relação sócio/ambiental se transforme em relação de comprometimento consciente das necessidades que mantem o ciclo de vida humana. As empresas que assumirem esse compromisso como estratégias, desenvolverão ações que proporcionarão impacto positivo, mediante projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, garantindo, assim, a preservação do bem-estar e melhor qualidade de vida,

solidificando garantia de suprir, futuramente, as necessidades de outras gerações.

Posicionar-se no sentido do desenvolvimento sustentável, vem se tornando a mais freqüente e eficaz modalidade de envolvimento social adotado pelas empresas, pois a visão para o futuro tem feito os administradores investirem em projetos que garantam o compromisso futuros voltados à qualidade de educação, saúde, moradia, trabalho digno, conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renovados.

Desenvolvimento sustentável, segundo a definição mais aceita e que foi apresentada no relatório de Brundtland, tem a finalidade de garantir as necessidades no futuro. Além disso, poderão ser adotadas como estratégias de negócio no presente, atendendo às necessidades organizacionais e da sociedade.

A mentalidade empresarial continua sendo a obtenção de lucro a qualquer preço e a concentração de poder, porém, as grandes empresas, incluindo as brasileiras, já direcionam forças para o social, inclusive em decisões de investimentos e como prioridade para manutenção do negócio.

*Na visão da governança corporativa exclusivamente direcionada para a performance financeira, o exercício da responsabilidade social pode ser entendido, à primeira vista, como um custo adicional para as empresas, seus sócios e acionistas, pois são recursos que de outra maneira estariam sendo reinvestidos ou distribuídos sob forma de lucros e dividendos. Todavia, a adoção de uma postura pró-responsabilidade social parece indicar que há*

*ganhos tangíveis para as empresas, sob a forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e traduzem aumento de competitividade, como melhoria da imagem institucional, criação de um ambiente interno e externo favorável, estímulos adicionais para melhoria e inovações nos processos de produção, incremento na demanda por produtos, serviços e marcas, ganhos de participação de mercados e diminuição de instabilidade institucional e política locais, entre outros, como bem afirma o estudo da AS/Geset, do BNDES (TINOCO, 2001, p. 116).*

Definitivamente fica bem clara a postura das empresas, que assumem o compromisso de representação social perante os seus stakeholders. Incorporaram metodologias que garantem bem-estar e qualidade de vida sem deixar de garantir a renovação sustentável dos recursos que proporcionam a seqüência de sua produtividade. Agindo com ética e divulgando com transparência suas ações, as empresas elevam sua moral e ganham prestígio dos seus consumidores, aumentando seu potencial competitivo no mercado em que atua.

## 3 Ética e responsabilidade social

Com a crescente difusão e implantação de gestão com responsabilidade social nas organizações, ficaria impossível alcançar o êxito almejado, se não fosse com transparência e, principalmente, ética. Ética e responsabilidade social não caminham sozinhas e somente as duas, utilizadas paralelamente, poderão proporcionar a uma organização méritos, como o de empresa cidadã.

*A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade. Trata-se, portanto, do conceito de cidadania aplicado às organizações, conforme critérios de excelência 2000, da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (TINOCO, 2001, p. 116).*

Existem várias formas para que as empresas demonstrem o quanto são éticas, em relação aos seus projetos sociais. Uma delas seria a elaboração de balanços sociais periodicamente, prática que ainda não é obrigatória por lei, porém a mais idônea e confiável, por levar a certificação do IBASE. Outras empresas, que adotam sistemas de gestão baseado na responsabilidade social, já encontraram outras formas que, também, demonstram sua preocupação com a ética, percebido no momento da contratação de pessoal, que hoje são avaliados a partir de requisitos baseados no espírito solidário, criativo, inovador, automotivado, ousado, etc. E, também, quando escolhem seus fornecedores, onde esperam dos mesmos atitudes de cumprimento com a responsabilidade social, sob pena de rompimento nas relações comerciais, caso essas se mantenham isentas.

Demonstrar ética em suas ações sociais, compreende no

envolvimento da coletividade no sentido de demonstrar e esclarecer com atitudes transparentes e conscientes dos envolvidos neste projeto, comprometido por todos dentro de uma organização, ou seja, empregados, diretores e gerentes; fornecedores, acionistas, incluindo clientes e outras empresas. Em contrapartida, garantir o seu retorno econômico, social e fiscal.

*Responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) ou proibidos (no sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis. Elas envolvem uma série de normas, padrões ou expectativas de comportamento para atender àquilo que os diversos públicos (stakeholders) com os quais a empresa se relaciona consideram legítimo, correto, justo ou de acordo com seus direitos morais e expectativas. Essas responsabilidades éticas correspondem a valores morais específicos. Valores morais dizem respeito a crenças pessoais sobre comportamento eticamente correto ou incorreto, tanto por parte do próprio indivíduo quanto com relação aos outros. É dessa maneira que valores morais e ética se completam (ASHLEY, 2005, p.05)*

A obrigatoriedade da publicação do balanço social, não está fundamentada em lei, porém, empresas idôneas e que acreditam na importância da transparência de suas ações para com a sociedade, realizam-na, ao final de cada exercício, garantindo a credibilidade do seu público e especificando, com ética, os números de suas ações sociais que compreendem em resultados dos projetos e investimentos executados em função

dos seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, proporcionando qualidade de vida à todos.

#### **4 Responsabilidade Social: prática responsável e estratégica**

Participar de projetos sociais, além de exercitar a cidadania, eleva a moral da empresa perante a sociedade e transmite confiança no ramo de atividade em que atua. Por isso, a preocupação atual e dos exercícios futuros, em relação à preservação sócio/ambiental, está se firmando no sentido da consolidação dos laços comerciais confiáveis e que não deteriore a integridade da empresa perante a sociedade.

Percebam que, em outras épocas, as participações em projetos sociais das empresas, relacionavam-se à obtenção de incentivos fiscais ou à possibilidade de obtenção de alguma vantagem financeira. Nos dias de hoje, a obrigatoriedade de envolvimento em projetos sociais é praticamente vital para manutenção de uma organização no mercado, pois o ciclo de relacionamento que envolve o negócio, já citado anteriormente, que denominamos de Stakeholders, se torna cada vez mais exigente. Para melhor compreensão, cabe dizer que stakeholders são todas as pessoas ou organizações envolvidas em um negócio (consumidores, fornecedores, acionistas, governo, meio ambiente e toda comunidade). Sendo assim, ficou bastante perceptível a necessidade da sintonia com esses para garantir a sobrevivência comercial e sócio/ambiental.

*É para gerar valor, e se perpetuar por meio dele, que*

*companhias de todo o mundo se reinventam quase diariamente, a fim de se adaptarem a um mercado cada vez mais exigente, global e mutante. Entretanto, crescentemente, os empresários vêm tendo novas preocupações com a posição e a conquista de suas marcas no mercado, fazendo com que suas estratégias empresariais recebam uma gama de novos elementos, tais como ecologia, ética e cidadania, que orientarão as atitudes e práticas da empresa perante o mercado (ASHLEY, 2005, p. 18)*

Alguns exemplos já surgiram sacramentando o propósito das empresas, referindo-se aos seus parceiros comerciais que não se enquadraram no ideal gestor da empresa, durante o movimento do Greenpeace, onde os principais varejistas e também os representantes da indústria alimentícia Européia como Tesco, McDonald's, Sainsbury, Asda, Morrisons e Unilever, confirmaram que boicotariam a soja cultivada ilegalmente na Amazônia.

Quando determinados o boicote à soja brasileira, essas empresas já haviam colhido dados oficiais, fornecidos pela ONG até mesmo através de monitoramentos, que a soja era utilizada para a industrialização de óleo e ração animal. Sendo assim, o boicote atingiria tanto os produtores de soja, quanto os criadores das aves que consumiam a ração originária da soja, e que forneciam carne para as empresas de fast-food.

Este exemplo esclarece o quanto é necessária a adaptação das empresas para a consciência social e preservação ambiental, não só pelo fato de se manter parceiros das grandes empresas consumidoras, mas também para ga-

rantir boa imagem com a coletividade dos stakeholders e continuidade dos negócios.

## 5 Conclusão

Diante dos dados apurados na pesquisa, não há dúvidas quanto a necessidade do envolvimento empresarial nos movimentos sociais, tanto por possuir capacidade estrutural, cultural, organizacional e financeira, quanto para manutenção e recuperação dos recursos naturais, muitas vezes, degradados em função de sua produtividade, e, principalmente, por ter condições de garantir as necessidades básicas que proporcionem melhor qualidade de vida da sociedade, através de financiamentos de projetos culturais e estruturais.

Em outros tempos, esses investimentos não eram vistos com bons olhos pelo setor empresarial por caracterizarem despesas desnecessárias, porém, a transformação dos modelos administrativos caminham no sentido de captar e antecipar problemas futuros. A sustentabilidade é uma modalidade inteligente e de ampla abrangência, que, de um lado garante a continuidade do fornecimento de matéria-prima e do outro mantém a qualidade de vida da sociedade.

Estamos na era do conhecimento e da racionalidade, dessa forma, seria irracional caminhar em direção ao extermínio, resultado certo a longo e médio prazo. Em função disso, é que a tendência da administração está voltada para o conhecimento e a responsabilidade social, fatores que garantirão o diferencial econômico/social transparecendo a boa imagem de empresa cidadã. A publi-

cação de demonstrativos, como o balanço social, vem surtindo efeitos consideráveis e favoráveis à imagem da empresa na sociedade, porém, é sábio atentar-se para as manipulações de resultados, que, poderão trazer prejuízos irreparáveis de imagem.

A necessidade do setor empresarial agir de forma responsável com a sociedade e com o meio ambiente torna-se, a cada ano, mais evidente e é o que o mundo espera, porém, não podemos eximir a sociedade e seus indivíduos responsabilidades na mesma proporção, pois, números apontam que ainda estamos engatinhando, nesse sentido. Em contrapartida, pode-se comemorar o fato de que os principais movimentos, nesse sentido, partiram de empresas de renome e abrangência mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO DE NEGÓCIOS COM RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Atuação da empresa socialmente responsável vai além de proporcionar lucro financeiro** - Revista FAE BUSINESS. Disponível em: <http://www.responsabilidade-social.com/article/maitrobertopatrus@pucminas.br> Acesso em 25. Jul. 2008.

GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL. <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=10375>> Acesso em 15. Jul. 2008.

# Ecomarketing: sob visão do consumidores de Pereira Barreto/SP

**Renato Alve da Silva**  
renato.alves2007@hotmail.com

**Roney Ronaldo Paya**  
ronney.paya@hotmail.com

**Wellington Pedroso Gonçalves**  
wpg\_pedroso@hotmail.com

**Resumo:** Com a preocupação de preservação do meio ambiente, é importante salientar que as empresas desenvolvam produtos diferenciados para que despertem também o conceito de produtos ecológicamente correto, pois, assim, teremos uma nova realidade nos conceitos dos consumidores. Podemos agregar ferramentas importantes como o marketing, que tem por objetivo a propagação de informações e a estimulação constante quanto às necessidades humanas com a questão ambiental.

**Palavras-chave:** Marketing; Meio Ambiente; Ecomarketing.

## 1 Introdução

Segundo Donaire (1999) a atividade de marketing compreende uma série de atividades que tem por objetivo viabilizar a chegada do produto acabado ao consumidor final. Na atualidade, os fatores ambientais têm recebido importância na avaliação da estratégia de marketing da organização, pois alterações da legislação cada vez rigorosas, e a crescente

conscientização ambiental da sociedade e dos consumidores, tem feito surgir riscos potências e novas oportunidades de comercialização de bens e serviços.

A área ambiental deve estabelecer juntamente com a área de marketing uma estratégia que possa, inicialmente avaliar os produtos atuais e os segmentos mais suscetíveis em relação à questão ecológica, passando pela promoção, pelo preço e distribuição dos produtos.

## 2 Objetivo do Ecomarketing

Para Vaz (1995), o ecomarketing tem por objetivo ofertar e criar produtos e serviços capazes de satisfazerem as necessidades dos consumidores, porém levando a uma mudança de comportamento, no qual, nesta necessidade, deve-se agregar o desejo do consumidor em encontrar qualidade ambiental nos produtos e serviços que adquirem. Podemos dizer que se trata de um recurso mercadológico e permite as organizações sejam lucrativas e, ao mesmo tempo, ambientalmente responsáveis.

## 3 Atividades de marketing em relação ao meio ambiente

Segundo Motta (1997), a cri-

se ecológica que sofremos no nosso planeta, nos últimos tempos, tem hoje sua fase crítica onde cita estimativas de 40% da produção líquida de recursos naturais e energia esta comprometida para o consumo humano, agora atingindo um elevado índice de conscientização social a respeito do problema. Desde a aparição de um sistema de produção e consumo que exige um nível alto de consumo dos recursos naturais e de geração de resíduos não-biodegradáveis que ultrapassam a capacidade da natureza de se renovar. A fauna e a flora e grandes recursos naturais são objetos do ataque do progresso, ou são vitimados pela ação da tecnologia, aplicada livremente sem controle.

## 4 Consumidor consciente, quanto a preservação do meio ambiente

Segundo Chamorro (2001), os consumidores verdes ou ecológicos, são aqueles que manifesta sua preocupação pelo meio ambiente em seu comportamento na hora da compra, buscando produtos que são percebidos como de menor impacto sobre o meio ambiente.

Para esses consumidores terem um produto ecológico é um atributo valorizado e decisivo na compra. Em alguns casos, esta

valorização se manifestará em pagar mais por produtos ambientalmente responsáveis.

Dentro do conceito do marketing ecológico, Chamarro (2001) identifica as funções básicas para estimular um sentido do consumidor verde:

Informar/educar sobre temas do meio ambiente as campanhas realizadas trazem a possibilidade da consciência da reciclagem e do fim desperdício;

Estimular ações benéficas para o meio ambiente, por exemplo, as diferentes campanhas para que o cidadão economize água e energia pretendem incentivar um comportamento ecológico mas adequado;

Trocar comportamentos nocivos para o meio ambiente as campanhas contra fogo todos os verões tratam de evitar que o cidadão realize queimadas que possam ocasionar incêndios;

Trocar valores pela sociedade, dentro desse objetivo, podem-se enquadrar as campanhas de recomendação de respeitar o ciclo de vida dos peixes e as campanhas para proteção das florestas.

## 5 Aspectos metodológicos

A pesquisa foi realizado em um supermercado da cidade de Pereira Barreto-SP, no mês de julho de 2008;

A abordagem quanto aos clientes que adentraram ao supermercado e adquiriram produtos diversos, independentemente do seu conhecimento por estarem adquirindo um produto ecológico ou não;

Os clientes foram abordados por um questionário, previamente formulado e foram entrevistadas 100 pessoas, durante dois dias consecutivos. A coleta de informações teve perguntas objetivas e aplicadas aos clientes, e assim obtivemos dados quanto a conscientização dos clientes, a percepção de um produto diferenciado, tendo como mecanismo o Ecomarketing.

## 6 Análise dos Resultados

Os principais dados da pesquisa estão nessa seção, pois aqui mostra junto ao grupo de consumidores investigado, quanto a percepção de estarem adquirindo um produto ecológico. Podemos citar também sobre o consumo de produtos como selo verde, e quanto ao processo de reconhecimento por parte dos clientes quanto aos produtos adquiridos;

O primeiro passo para pesquisa foi investigado com 100 consumidores, quanto ao conceito de marketing ecológico, onde 80 consumidores tem um certo conhecimento sobre produtos ecológicos e 20 não sabiam.

Tabela 1 - Conhecimento dos conceitos de marketing ecológico dos clientes

Conhecem	Nº de pessoas	%
Sim	80	80
Não	20	20
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo do autor, 2008.

Os dados acima citados apontam um certo conhecimento na maioria, que os consumidores exercem um alto índice, sobre esse novo segmento de marketing;

Podemos observar na tabela 2, sobre a aquisição de produtos

que não agridem o meio ambiente, apesar da consciência ambiental, a grande maioria que representa 70% não possuem o habito de observar se o produto é ecologicamente correto.

Tabela 2 - O produto que o consumidor adquire é realmente ecológico

Observam	Nº de pessoas	%
Sim	30	30
Não	70	70
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo do autor, 2008.

A tabela 3 a seguir nos mostra ainda, sobre o procedimento de identificação dos produtos, se são de fato ecológico.

Tabela 3 - Procedimento de investigação dos produtos

Procedimento	Nº de pessoas	%
Embalagens	40	40
Rótulos / Selos Verdes	35	35
Símbolos / Reciclagem	25	25
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo do autor, 2008.

Na tabela 4 foram investigados junto aos consumidores, se ao adquirirem por um produto ecológico, ele estaria disposto a pagar por um produto ecológico, ele estaria disposto a pagar um pouco mais caro por esse produto;

Um numero satisfatório, na grande maioria, que corresponde a 76% aceitaram a pagar um pouco mais caro por esse produto, e, assim, contribuir para preservação do meio ambiente.

Tabela 4 - O consumidor aceitaria a pagar mais, por um produto ecológico

Aceitaria	Nº de pessoas	%
Sim	76	76
Não	24	24
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo do autor, 2008.

Finalmente, na tabela 5 foi investigado o comportamento dos consumidores, podemos observar se as empresas estão mesmo preocupadas com a preservação do meio ambiente, ou se estão apenas aproveitando de um fato de proteção ambiental, para conquistar o consumidor.

Tabela 5 - As empresas que vendem produtos ecológicos tem credibilidade

Acredita	Nº de pessoas	%
Sim	86	86
Não	14	14
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo do autor, 2008.

Um número relativamente pequeno que corresponde a 14% dos consumidores, não acreditam que as empresas teriam credibilidade ao venderem um produto ecológico.

## 7 Conclusão

Pode-se dizer que todas as tentativas das empresas serão nulas, se não houver colaboração do consumidor, pois é através deles que as organizações poderão desenvolver produtos e serviços que atendam as suas necessidades. Preservar o meio ambiente é dever de todos, seja adquirindo produtos biodegradáveis ou seja reciclando embalagens. O consumidor deve ter consciência que, atos do nosso cotidiano devem ser melhorados. O marketing também vem como parceiro que tem papel fundamental, mostrando aos consumidores que estejam de fato adquirindo um produto de qualidade. Todos nós, cidadãos, temos direitos e deveres para com o meio ambiente, pois devemos seguir normas de preservação ecológica,

pois assim podemos atingir o bem estar do meio ambiente onde vivemos.

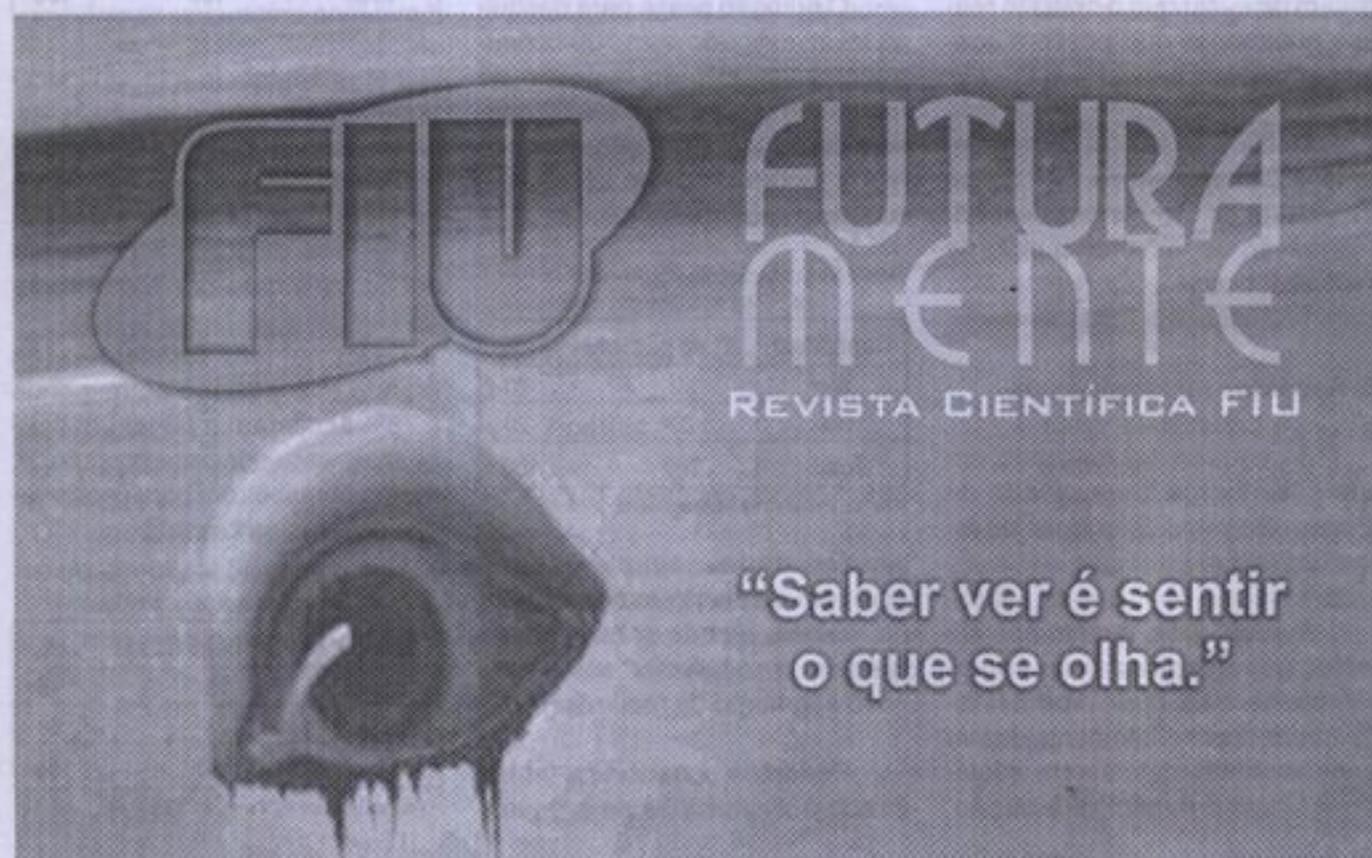
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAMARRO, A. **Marketing Ecológico; Sí marketing ecológico**. Buenos Aires: Universidade de Extramadura, 2001.

DONARIE, D. **Gestão Ambiental na empresa**. 2 ed- São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, R.S. **Desafios Ambientais da Economia Brasileira**. Texto para Discussão nº 5009, Rio de Janeiro: IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.

VAZ, G.N. **Marketing Internacional: O mercado de idéias e imagens**. São Paulo: Pioneira, 1995.



# Processo licitatório modalidade pregão presencial e pregão eletrônico

Rosane Carla da Silva Nascimento  
rosane\_nascimento18@hotmail.com

Jaqueline Borges Nubiato  
hta\_jack\_line@hotmail.com

Paulo Ricardo Ribeiro  
pauloricardo\_145@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo objetiva mostrar processo licitatório da modalidade pregão presencial e eletrônico onde sua importância na economia do país está levando em consideração o seu tamanho e seu potencial de compra, para a realização de obras públicas, infra-estrutura e a própria manutenção da administração pública. Para gerir todo esse poder de compra de forma moral e com eficiência, há necessidade de um regramento específico, neste caso, a licitação, determinada pela lei 8666 de 21/06/1993, que confere o regramento à União, Estados e Municípios. Assim, é o procedimento administrativo através do qual a Administração seleciona a proposta que mais lhe convir, que lhe traga maiores vantagens e, assim, contratar com o proponente. Para tanto, deve oferecer idênticas conveniências aos que com ela pretendem contratar, respeitados padrões previamente, e, outrossim, sempre agir com base na eficiência e moralidade, imprescindíveis aos negócios administrativos. Ainda, através dela que se verificam melhores condições para a execução de obras e serviços, compra de materiais e alienação de bens públicos. Sua realização dá-se por meio de ordenada seqüência de atos vinculantes à Administração e licitantes, pois, sem a observância deles,

verifica-se nulidade no procedimento licitatório e o contrato subsequente.

**Palavra Chave:** Funcionamento, Âmbito e Fases.

## 1. Introdução

A licitação é um procedimento utilizado pelo Governo com base na Lei nº 8666 de 21 de Junho de 1993, em todas as suas esferas, objetivando fazer uma opção pela proposta que oferece mais vantagens para um contrato ou aquisição de bens e serviços, de acordo com os dispositivos legais que coordenam este processo e também os editais. Isso se deve ao fato de a administração pública ter o dever de zelar pelo uso adequado dos seus recursos a favor da eficiência administrativa e do interesse público.

Modalidades não se confundem com tipos de licitação; os tipos estão ligados ao critério de julgamento das propostas e devem estar estabelecidos no edital ou convite.

Menor preço (usual); melhor técnica (o material mais eficiente, mais rentável, melhor); técnica e preço (preço mais vantajoso e melhor técnica); maior oferta ou lance (oferta em leilão).

Para o julgamento do tipo melhor técnico empregam-se três envelopes: um para a documentação – habilitação, outro para a técnica a ser empregada, e o terceiro contendo a proposta de preço.

A Administração, selecionando a melhor técnica, deverá em seguida

eleger o melhor preço, negociando, se caso, com o vencedor para que prevaleça o menor preço apresentado.

A licitação de menor preço é utilizada sempre, ou quase sempre. A de melhor técnica e de técnica e preço são reservados para serviços de natureza intelectual (projetos, consultorias) e, excepcionalmente utilizados para o fornecimento de bens, execução de obras ou prestação de serviços. Por fim, o tipo "maior lance ou oferta" refere-se, exclusivamente, ao leilão.

A MP 2182-18, de 23.08.2001, havia instituído, no âmbito da União, nova modalidade de licitação, denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Como não se tratava de norma geral, porque restrita ao âmbito da Administração Federal, surgiram dúvidas quanto à sua constitucionalidade, uma vez que o art. 22, § 8º, da Lei 8.666/93 veda a criação de outras modalidades de licitação, salvo, se introduzidas por outra norma geral.

A Lei 10.520, de 17.07.2002, converteu a referida medida provisória em norma geral, determinando sua aplicação também aos Estados, Distrito Federal e Municípios, dispensando estas entidades federadas de editarem leis próprias sobre a matéria. Devem, entretanto, aprovar regulamentos específicos, se quiserem utilizar-se dos serviços técnicos de apoio operacional das Bolsas de Mercadorias, com a utilização de recursos de tecnologia da informação (art. 2º, § 2º).

Já o pregão eletrônico é aquele efetuado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, ou seja, por meio de comunicação pela Internet. Está previsto no § 1º do art. 2º da Lei 10520/2002. Seu regulamento foi aprovado pelo Dec. 3697, de 21.12.2000, expedido ao tempo da medida provisória anterior, mas que continua em vigor, embora complementado pelo Dec. nº 5.450/2005. Seu procedimento segue as regras básicas do pregão comum, mas, como é evidente, deixa de ocorrer a presença física do pregoeiro e dos participantes, já que todas as comunicações são feitas por via eletrônica.

O estudo se justifica e se faz relevante, pois a utilização e aplicação do Pregão eletrônico na Administração Pública têm impactado as contratações feitas pelo Governo, apresentando inúmeras vantagens aos entes públicos, devido às suas características de agilidade, economia, ampla divulgação, desburocratização, publicidade e eficiência na contratação.

## 2. Pregão presencial

O Estado moderno tem sob sua responsabilidade de funções, que são, posteriormente, direcionadas à sociedade, a fim de que se obtenha maior eficácia na prestação dos serviços que são de interesse da coletividade.

Com o advento da globalização, evolução da tecnologia da informação e urgência da sociedade civil organizada, o Estado viu-se na necessidade de rever seu papel, passando de produtor direto de bens e serviços comuns para administrador e regulador deste processo.

Desde então, a Administração Pública, para realizar suas funções e prestar os serviços que lhe são impostos vale-se, quase sempre, de contratos celebrados com o particular para suprir-se de bens e serviços.

Para tais contratações, a Administração deve ter em foco um comando principal, contido no art. 37, inciso XXI da Carta da República:

*Art. 37 – A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:*

*XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados através de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, inciso XXI da Carta da República).*

As contratações a que nos referimos, salvo as exceções legais, somente podem ser realizadas mediante o procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Acontece que surgiram várias manifestações no sentido que a Lei nº 8666/93 estaria provocando o "engessamento da máquina", impedindo agilidade e economia nas aquisições e contratações de serviços.

Sendo assim, na busca de simplificação dos processos, e procurando evitar a burocracia e o formalismo dos procedimentos de contratação de bens e serviços, mediante alteração da legislação vigente, criou a nova modalidade de licitação denominada pregão.

O pregão foi implantado pela

Medida Provisória nº 2026, de 04 de maio de 2000.

Assim dispôs a Lei Federal nº 9.986/2000 em seu art. 37:

*Art. 37 – A aquisição de bens e a contratação de serviços pelas agências reguladoras poderão se dar nas modalidades de consulta e pregão, observado o disposto nos arts. 55 a 58 da Lei n. 9.472, de 1997, e nos termos de regulamento próprio.*

*Parágrafo único – O disposto no caput não se aplica às contratações referentes a obras e serviços de engenharia, cujos procedimentos deverão observar as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. (Lei Federal nº. 9.986/2000)*

A Medida Provisória nº 2026, de 04 de maio de 2000 foi convertida na Lei nº 10520 de 17 de julho de 2002 e posteriormente regulamentada pelos Decretos nº 42.408 de 08 de março de 2002 e nº 42.416 de 13 de março de 2002.

Conforme dispõe a redação do art. 3º, da Lei Estadual 14.167/2002, o pregão é a modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas de preços escritas e lances verbais em sessão pública. Desse conceito, nos caberia indagar sobre a expressão bens e serviços comuns.

A Lei nº 10520/2002, que institui o pregão, no âmbito da União, nos esclarece no parágrafo único, do art. 1º, dizendo tratarem os mesmos de bens ou serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

São considerados pela legisla-

ção como bens e serviços comuns: material de expediente, mobiliário utensílios de uso geral, equipamentos, combustíveis e lubrificantes, seguro saúde, limpeza, vigilância e conservação, locação e manutenção de equipamentos, vale refeição, telefonia, transporte, microcomputador de mesa ou portátil, monitor de vídeo, impressoras, uniformes e serviços de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento.

Diferentemente das outras espécies de licitação, em que a modalidade é estabelecida em função do valor do objeto licitado, o pregão destina-se à aquisição de bens e serviços comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º, § 1º).

O conceito legal é insuficiente, visto que, a rigor, todos os bens licitados devem ser objetivamente definidos, em descrição sucinta e clara (Lei 8666/93, art.40, I).

### 3. Pregão Eletrônico

Assim como as organizações, as esferas governamentais também têm se beneficiado das tecnologias da informação disponíveis, utilizando-as para modificar suas formas internas de comunicação interna, bem como com os cidadãos e com os fornecedores.

O pregão eletrônico poderá ser realizado utilizando-se recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica. Trata-se da modalidade que amplia o leque de participantes, uma vez que se realiza via Internet, dispensando o gasto de deslocamento do licitante ao local de realização do certame.

O pregão eletrônico viabiliza que a gestão pública disponha de mais uma modalidade licitatória que tem, basicamente, como características a

inversão da fase de habilitação, a redução do tempo para divulgação se comparado com a tomada de preços e concorrência, a possibilidade de disputa com lances verbais e inexistência de restrição quanto ao valor do futuro contrato.

Destaca-se, também, que o pregão eletrônico é mais impessoal, uma vez que os fornecedores não têm contato direto com o pregoeiro.

Segundo Justen Filho (2001) diz:

*A modalidade de pregão eletrônico, assim como o pregão presencial, realiza-se em duas fases: a preparatória, também denominada interna e externa. A fase preparatória do pregão eletrônico é realizada da mesma forma que o pregão presencial. É na fase externa que o pregão eletrônico se diferencia do presencial.*

A fase externa do pregão eletrônico inicia-se, obrigatoriamente, com a publicação do edital na Internet, indicando o objeto a ser licitado, os dias e horários para o recebimento de propostas, o endereço eletrônico da internet, no qual ocorrerá a sessão pública e a data e horário da sua realização.

Diferentemente do pregão presencial, é necessário o credenciamento prévio no pregão eletrônico, perante o coordenador do sistema eletrônico do órgão realizador do pregão, da autoridade competente, do pregoeiro, dos membros da equipe de apoio, dos operadores do sistema e dos licitantes que participarão da sessão.

### 4. As fases do processo licitatório

No pregão, a realização de duas fases procedimentais: a fase preparatória, onde se analisam os requisitos necessários para a realização da licitação e a fase externa, com a participação dos candidatos interessados, culminando com a adjudicação

do objeto ao vencedor.

A fase preparatória possui as regras previstas no artigo 3º e incisos da MP nº 2.108/00 e artigo 8º do Decreto 3.555/00. Nesta fase, a autoridade competente vai justificar a necessidade de contratação, definindo o objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento e cláusulas do contrato, inclusive com fixação de prazos para fornecimento.

Na impossibilidade de serem realizados tais atos pela autoridade competente, esta poderá delegar a competência para o ordenador de despesa ou ainda, ao agente encarregado da compra no âmbito da Administração (art. 8º, III, do Decreto nº 3.555/00), todos os atos, porém, dependendo de motivação assim como os elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, sendo também exigidos o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso, conforme previsto no art. 8º, IV do Decreto 3.555/00.

No termo de referência, a Administração se pautará para as futuras contratações, sendo conceituado, nos termos do art. 8º, XII, do Decreto 3.555/00, como o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato.

Com relação a este momento do procedimento licitatório, não há maiores inovações. É dizer, os elementos básicos constantes da fase interna de qualquer licitação foram previstos no diploma legal sob análise, tomando desnecessárias tais previsões, eis que as mesmas já se encontram expressas na Lei nº.8666/

93, que, por força do art. 8º do presente texto legal, aplica-se, subsidiariamente, às licitações sob a modalidade pregão.

Contudo, segundo basilar princípio hermenêutico, a lei e medida provisória tem força de lei - não emprega palavras desnecessárias. Assim, é lícito se entender que as previsões constantes do artigo 3º atinentes à fase interna da licitação tem a finalidade de enfatizar a imprescindibilidade de alguns atos internos da licitação, tais como, a necessidade de reserva orçamentária e a descrição do objeto, sem direcionamento à algum ou alguns licitantes.

## 5 . CONCLUSÃO

A licitação é um procedimento administrativo através do qual a administração seleciona, por meio de habilitação de proponentes e julgamento objetivo de propostas, candidatos que com ela estão aptos a celebrar contratos ou a tomarem permissionários de serviços públicos ou do uso de bens públicos.

Dessa forma, o pregão justifica-se pelas características da simplicidade e modicidade de custos, podendo contribuir positivamente para a aplicação do princípio da eficiência. Como poderá ocorrer, na gestão fiscal, conforme o estabelecido na Lei Complementar n.º. 101/00, que fortalece o modelo de planejamento orçamentário, ao instituir novos controles fiscais, implicando em um acirramento do sistema de custos.

No pregão, há fase de entrega das propostas de preços, as quais, contudo, não contém os valores definitivos. São apenas valores que podem ou não pré-qualificar os licitantes para a fase de lances, onde os preços serão novamente apresentados, porém mediante manifestações verbais, em sessão pública.

Cabe ao pregão para contratações que versam sobre objetos destituídos de maior complexidade, ou seja, o critério de utilização do pregão é qualitativo e não quantitativo. É a isso que se presta o pregão, à aquisição de bens e serviços declarados pela administração como comuns, assim considerados aqueles de uso e necessidades corriqueiras, contínuos, disponíveis no mercado, não personalizados.

O pregão é sem dúvida um avanço no instituto das licitações, tendo vista economia aos órgãos governamentais de 30 a 40%. De todo o modo, o pregão poderá revelar-se uma solução satisfatória e adequada, desde que utilizado com parcimônia, cautela e eficiência.

O pregão eletrônico tem como forma preferencial, otimizada, desta maneira, os procedimentos e acentuando a competitividade entre os licitantes, abrangendo fornecedores de diversas regiões do Brasil, diminuindo os custos e os valores das propostas.

Com isso, o pregão eletrônico condiz com a aplicabilidade do princípio constitucional da eficiência, agilizando e simplificando os procedimentos de licitações, por meio da inversão de fases, que lhe confere maior funcionalidade. Também, viabiliza a todos os participantes do procedimento, a chance de ter suas propostas examinadas e discutidas, sem ser necessário transpor as barreiras e burocracias da habilitação.

A sociedade moderna está cada vez mais consciente de que o efeito dos prejuízos causados pela má utilização do dinheiro público recai sobre o cidadão comum, ou seja, o contribuinte. Sendo assim, nota-se a relevância desse procedimento licitatório para a administração pública, sendo uma maneira de exercer controle sobre as ações do adminis-

trador na gestão dos recursos públicos, priorizando-se sempre os princípios da economicidade, legalidade, moralidade, publicidade, dentre outros.

O atual contexto político vivenciado pelo Brasil tem sido marcado por inúmeras investigações no que diz respeito a fraudes e corrupções, também no âmbito dos procedimentos licitatórios públicos, observando-se ações referentes a favorecimentos e prevalecendo interesses particulares em detrimento do interesse público, o que tem motivado a constante utilização de mecanismos que assegurem maior transparência e fiscalização dos gastos de recursos públicos. O pregão eletrônico se adequa a este contexto.

Face ao exposto, conclui-se que quanto mais transparente e democrático for o sistema público de licitação, menores serão as chances de ocorrer a corrupção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Sidney. **Pregão passo a passo**: uma nova modalidade de licitação. Rio de Janeiro: Temas & idéias, 2000.  
Disponível: [HTTP://www.revista.fundap.sp.gov.br](http://www.revista.fundap.sp.gov.br) Acesso em: 15 de Agosto de 2008.
- Disponível: [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 15 de Agosto de 2008.
- Disponível: [HTTP://www.licitacao.com.br](http://www.licitacao.com.br) Acesso em: 15 de Agosto de 2008.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Pregão**. Medida Provisória nº 2026, de 4 de maio de 2000. **Boletim de Licitação e Contratos**. São Paulo: NDJ, 2006.
- Licitação e Contrato Administrativo. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

# Extinção da contribuição provisória sobre a movimentação financeira e privacidade do cidadão

**Maria Julia de Castro Santos**

juju\_castro8@hotmail.com

**Paulo Rogério Martins de Oliveira Nicolau**

paulorogério\_007@hotmail.com

**Luiz Antonio Hansted de Oliveira**

luizlaho@hotmail.com

**Resumo:** Esse imposto travestido de contribuição provisória, finalmente, foi extinto como resultado do exercício da cidadania. Desta vez, prevaleceu a soberania popular que, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal, paira acima do poder político do Estado. Não importa que o órgão de representação popular do Parlamento Nacional tenha entendido de outra forma. O importante é que o Senado Federal, uma vez mais, atendeu aos reclamos do povo, que vinha rejeitando esse imposto regressivo, nascido em uma situação emergencial, nos idos de 1993, para vigorar com prazo determinado (até 31 de dezembro de 1994), e que vinha sendo prorrogado por meio de sucessivas emendas constitucionais.

**Palavras-Chaves:** Extinção, fim da CPMF, cidadão.

## 1. Introdução

Passadas as duas principais etapas do recente confronto entre a legislatura e o Executivo, em torno da PEC nº 89-07, ou seja, a rejeição (13 de dezembro de 2007) da renovação da cobrança da CPMF, há muitas interpretações desse episódio, sendo a mais superficial a de tratar-se de um confronto a que se seguirá a cooperação, ou a retaliação. Concentradas em detalhes específicos e fatos avulsos, as análises sobre a extinção da cobrança de um imposto do porte da CPMF deixam de focalizar o processo que essa decisão do Senado Federal vem desencadeando.

Poucas vezes, teremos tido a oportunidade de observar concretamente o que significa o cancelamento de uma política tão relevante no conjunto das escolhas públicas. Em face da decisão de uma maioria de 3/5 de senadores, que optou pela rejeição da PEC nº 89-07, e da resolução do Executivo em sustentar o ajuste fiscal, a política de reparação de danos adotada toma a forma de aumento de outros impostos, substancialmente do IOF (imposto sobre operações financeiras) para operações de crédito e da CSLL (contribuição social sobre lucro líquid-

do) incidente sobre o setor financeiro; cortes na despesa pública (ainda grandemente indeterminados). As seções seguintes analisam o cancelamento da CPMF, do ponto de vista das implicações diretamente orçamentárias, do processo em que se definirão eventuais compensações pelos poderes que eram habilitados pela CPMF e dos interesses contrariados, especialmente dos burocratas do Executivo. A conclusão arremata a questão da perda de privacidade do cidadão (componente da cobrança da CPMF).

## 2. Quando obter super maioria faz diferença

À oposição no Senado Federal coube focalizar a PEC nº 89-07 no que ela aparentemente é: um desdobramento da política tributária, ao retomar a bandeira normativa da alta carga de impostos na economia brasileira. O governo soube usar a sintonia fina de tudo fazer para não abrir mão de uma receita anual tão expressiva, ao mesmo tempo em que pretende passar a idéia de que, na essência, a nova política de investimentos (PAC) não será prejudicada com a perda dessa receita.

O episódio da rejeição da PEC nº 89-07 ilustra, sobretudo, como pode funcionar uma barreira consti-

tucional de maioria qualificada; no caso, regra de maioria de 3/5 aplicada em quatro votações, duas em um processo decisório que reúne 513 deputados e duas outras, com 81 senadores. Os primeiros eleitos com horizonte de planejamento de quatro anos, por voto proporcional e representando redutos eleitorais relativamente compactos e, assim, homogêneos; já os senadores atuam sob a perspectiva de oito anos de mandato obtido em eleições majoritárias, com menor acesso de concorrentes e com eleitorado tão homogêneo quanto o dos deputados, mas possivelmente bem mais heterogêneo, uma vez que o mandato de senador incorpora a representação formal do estado da federação.

Regras constitucionais essencialmente servem para delimitar que as escolhas públicas operem em prol do interesse geral. Contudo, quando se leva em conta a presença fiscal do governo, tal afirmação parece sem sentido: não apenas a despesa pública tem crescido, como a receita tributária tem alcançado níveis absolutos extraordinariamente elevados, tanto quanto em relação ao crescimento do PIB. E mais: esse desempenho tem sido comum a governos de diferentes ideologias econômicas e políticas.

Essa diferença ideológica pode ser aferida pela maior ou menor propensão em que a expansão de gastos em bens que o público deseja, mas que o mercado não pode prover adequadamente esteja sendo (comprimida) pelo gasto em bens que meramente transferem recursos de um grupo (de interesses preferenciais) para outro; Assim, o governo acaba por despende ainda mais e afasta-se da promoção do interesse (geral) em suas decisões de gas-

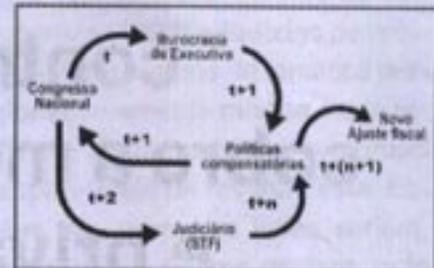
to. Um exemplo inquietante da provisão dessa segunda classe de bens que contemplam o atendimento de interesses mais exclusivos ou "privados" é a incontrolável transferência de recursos públicos por via da Previdência Social.

### 3. Reparação de danos

Por outra perspectiva, a extinção da CPMF é um acontecimento institucional, no sentido de que ele se refere não tanto à realidade de quem decide, mas envolve substancialmente a decisão do que decide muito mais do que uma decisão de indivíduos ou mesmo de um pequeno número de indivíduos, trata-se de uma escolha complexa articulada no processo político, no mercado e no processo adjudicativo, em que a interação de múltiplos participantes molda o resultado final de política pública (Monteiro, 2007, cap. 1). Leis e políticas públicas combinam diferentes misturas dessas estruturas decisórias. A escolha por uma dessas misturas é rotulada como uma escolha institucional. Tal característica requer um aparato analítico bem mais sofisticado, para que se tenha, em toda extensão, um entendimento do que significa "a cobrança da CPMF terminou", sendo muito limitadas constatações do tipo "vitória da oposição", "haverá um peso extra no bolso do contribuinte" ou "não há razão do aumento de carga tributária", tomando por ilustração apenas a retórica da mídia.

Desde a rejeição da PEC nº 89-07, o ambiente em que essa escolha institucional transcorre pode ser ilustrado pela figura 1. A percepção desse evento, sob a moldura conceitual mostrada na figura, permite que melhor se avalie importantes e controversas decisões a que

está exposto o governo, ao estabelecer sua melhor estratégia para neutralizar a perda da receita da CPMF.



Fonte: Paulo Vicente Gomes Carmo – Entenda a CPMF. 2000

Figura 1: Escolha institucional – Escolha da CPMF

Argumenta de que a rejeição da proposta do governo tem a virtude de reduzir potencialmente a carga tributária que tem se elevado continuamente, ao longo dos últimos anos. Embora tal objetivo seja meritório e um ingrediente de toda política de ajuste fiscal, isoladamente isso diz muito pouco em relação à decisão do Congresso e às possíveis repercussões no processo decisório mostrado na figura 1. O que acrescenta maior rigor a essa apreciação do novo ajuste fiscal é precisamente a escolha institucional a que ele está associado: imerso em toda lei e política pública, associadas a um objetivo macroeconômico, está uma determinada instituição. No caso em estudo, há que se reconhecer se o processo adjudicativo do STF melhor atende ao interesse geral ou coletivo, do que a decisão tomada no processo político.

De modo análogo, a decisão de promover o ajuste fiscal, pelo lado do corte da despesa pública, traz à cena a questão de ser o mercado (privatização, parcerias público-privadas) ou a regulação governamental caminho mais apropriado, na promoção do ajuste fiscal, comparati-

vamente ao processo adjudicativo. A argumentação anterior enfatiza o cancelamento da cobrança da CPMF, com o objetivo de conter a carga tributária. No entanto, a CPMF sempre foi considerada sob a perspectiva complementar de permitir à autoridade fiscal monitorar a intimidade financeira dos contribuintes. Desse modo, a moldura de escolha institucional ilustrada na figura 1 também pode ser repassada ao caso desse outro objetivo da política de ajuste fiscal. Vivemos tempos de grande e crescente intrusão governamental na vida do cidadão, de modo que, muito provavelmente, o governo, em uma segunda etapa, se dedicará a repor a janela que a CPMF lhe permitia, para monitorar o contribuinte. Até aqui, parece que toda a questão de política é como o governo pode se compensar pela perda de arrecadação desse imposto. Nessa ocasião, é provável que a instância do STF desempenhe papel de maior relevo na escolha institucional aqui discutida.

#### 4. Comportamento dos burocratas

As políticas públicas estão, em grande parte, em estado de suspensão, uma vez que encerrado o ano fiscal de 2007 a proposta orçamentária da União para 2008 ainda não havia sido aprovada. Um aspecto relevante, nesse fato, é a reação dos burocratas, relativamente à prevista redefinição dessa proposta, da qual foram eles próprios os principais artífices. Complementarmente às perdas privadas que os burocratas poderão sofrer, em razão dos inevitáveis cortes e contingenciamentos em políticas e verbas públicas, um segmento específico dessa burocracia (a autoridade fiscal) está igualmente interessado em recuperar a

peculiar capacidade que se perdeu com a extinção da CPMF: o poder de monitorar, em sintonia fina, a movimentação financeira dos contribuintes. Tentando se compensar parcialmente dessa perda, a Secretaria da Receita Federal optou (IN nº 802, de 27 de dezembro de 2007) por disciplinar um mecanismo já existente (art. 5º da LC nº 105, de 10 de janeiro 2001), mas que até aqui não tinha significado operacional, diante do automatismo das informações geradas pela cobrança da CPMF.

A opção agora efetivada por via da citada instrução normativa da SRF é qualitativamente distinta daquela estabelecida com a CPMF: a quebra de sigilo na movimentação financeira do contribuinte tinha como "guarda-chuvas" uma regra constitucional; agora, o detalhamento que habilita o novo mecanismo de quebra de sigilo é definido por regras operacionais originadas do exercício de poder discricionário da própria gerência fiscal, mesmo que dando seqüência a outro tipo de deliberação do Congresso, a Lei Complementar nº 105.

Por enquanto, essa é uma janela de acesso seletivo, porém os burocratas poderão torná-la muito mais abrangente. Portanto, tão relevante quanto entender a adaptação do comportamento dos legisladores à nova realidade do sistema tributário sem a CPMF, é projetar a reação dos que operam a máquina governamental, uma vez que políticas e programas serão afetados em sua execução; e, portanto, como fica afetado o ganho privado que esses agentes públicos obtêm, por sua singular posição no jogo das escolhas públicas. Singular, no sentido de que, diferentemente dos políticos, os burocratas não passam por teste elei-

toral e, assim, estão distanciados das cobranças dos cidadãos.

De fato, os burocratas têm um interesse crítico no orçamento público, não apenas porque são as burocracias (ministérios, agências reguladoras, entre outras), elas mesmas, "unidades orçamentárias". Em alguns modelos analíticos, a racionalidade desses agentes de decisão é resumida à maximização do volume de recursos orçamentários que o burocrata pode ter sob o seu controle. Tal linha de argumentação associa o poder discricionário que o burocrata possa exercer nas escolhas públicas à busca de maior influência, poder, prestígio e oportunidade de ascender na hierarquia governamental. Esse é um notável aspecto metodológico explorado na análise da presença do burocrata na escolha orçamentária (Monteiro, 2007, cap. 4). Todavia, a decisão orçamentária do burocrata (agente) fica mais bem qualificada quando se entende que da totalidade de recursos que o burocrata consegue sancionar junto ao seu patrocinador (a classe política), a sua capacidade discricionária desdobra-se em diferentes intensidades a) os recursos orçamentários globais que efetivamente são alocados a uma determinada burocracia (ministério, secretaria, agência etc.); b) a parcela desses recursos que são apropriados pela burocracia receptora, para seu uso próprio (custeio, por exemplo). De certo modo, essa (muito mais que a anterior) é a fatia de recursos que está diretamente associada à promoção do bem-estar do burocrata: talvez seja esse o sentido mais direto com que se aplica a suposição de que o burocrata define a escala de operações de sua unidade, sob a consideração de maximizar o tamanho do orçamento, como mencionado anteriormen-

te: a) parcela de recursos que o burocrata deve transferir a terceiros (outros segmentos da economia pública, consórcios privados ou mesmo a indivíduos externos a essa burocracia).

Há pelo menos duas vertentes em que essas transferências podem assumir grande significado na construção da estratégia do burocrata. Primeiro, dependendo do tamanho e da visibilidade pública desse fluxo de transferências a terceiros, é provável que essa parcela de recursos orçamentários desempenhe papel muito significativo nas preferências do burocrata. Tome-se o caso do atendimento da Previdência Social: o segmento alcançado por essas transferências é de milhões de indivíduos, assim como os bons ou maus resultados obtidos nessa frente têm grande articulação com as demais políticas públicas, a cargo de outros burocratas (ajuste fiscal, por exemplo). Aí, se formam estratégias de cooperação entre esses segmentos da organização pública, revertendo para o bem-estar privado dos burocratas envolvidos. Por via indireta, portanto, essa parcela do orçamento da burocracia pode condicionar a primeira classe de decisões, na tipologia aqui apresentada. Segundo, é por essa perspectiva que se pode entender como se estabelece a conexão dos burocratas com os grupos de interesses especiais: afinal, as transferências operadas pela burocracia podem alcançar grupos privados suficientemente homogêneos em preferências e compactos em tamanho, de tal sorte que o mecanismo do "rent seeking" é acionado.

## 5. Conclusão

Na argumentação anterior é mencionado um possível atributo

das regras das escolhas públicas: que elas possam expor demasiadamente a privacidade do cidadão, permitindo, assim, que por decisão política ou burocrática o Estado regule discricionariamente o comportamento do cidadão, ainda que, para tanto, a retórica oficial enfatize valores de ampla aceitação coletiva. Os exemplos mais imediatos e recentes nas economias contemporâneas são a limitação ao livre trânsito dos cidadãos, por necessidades de segurança pública, exposição das transações financeiras individuais, sob o argumento de detectar lavagem de dinheiro (caso da CPMF), e o monitoramento e difusão de informação sobre doenças infectocontagiosas.

Com isso, o poder discricionário policial e fiscal dos governos é, hoje, incomparavelmente mais intenso e abrangente, do que se observava há uma década atrás. Nesse sentido, o fenômeno da intrusão governamental na vida dos cidadãos fica melhor dimensionado, quando se observa a variedade de novas frentes em que esse poder discricionário do Estado contemporâneo se manifesta. Os três seguintes exemplos recentes da economia norte-americana são bastante curiosos (e alarmantes), quanto aos rumos dessa intrusão, em 15 de janeiro de 2008, um noticiário da televisão dos EUA mencionava uma questão de regulação que estaria em estudo na economia norte-americana. O foco dessa política é esse sistema de notificação (Krent, 2008:6-10), a favor da iniciativa, listam-se a facilidade que se dá aos médicos de seguirem o progresso dos pacientes e, assim, desenvolverem estratégias de tratamento mais aptas e, ademais, reforçando nós próprios, pacientes, a importância de gerenciar sua condição de saúde. Contudo, todo esse registro pode não perma-

necer estritamente protegido de vazamentos (para os planos de saúde, por exemplo) e, por certo, toda a extensão do monitoramento onera adicionalmente médicos, laboratórios, planos de saúde e outros níveis intervenientes e, ao final, o próprio cidadão, apesar do controle do Congresso, pelo Partido Democrata, foi aprovada (12 de fevereiro de 2008) por ampla maioria no Senado, a ampliação dos atuais poderes discricionários do governo, para espionar conversas telefônicas nos EUA e, adicionalmente, concedendo proteção legal às companhias telefônicas que cooperarem com essas práticas. Tudo em nome da proteção à segurança nacional. Percebemos, pois, que o fim da CPMF envolve muito mais do que um realinhamento da política orçamentária pública, suscitando, por igual, o tema do grau de condicionamento que o Estado contemporâneo possa exercer sobre as escolhas privadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, Paulo Vicente Gomes – *Entenda a CPMF*. Ed. Frase, 2000.

CHIARADIA, Janaina Elias – *As Inconstitucionalidades da CPMF*. Ed. Servanda, 2004.

Disponível HTTP://  
www.administradores.com.br acesso em 10 de Agosto de 2008

Disponível HTTP://  
www.estado.com.br acesso em 10 de Agosto de 2008

Disponível HTTP://  
www.veja.abril.com.br acesso em 10 de Agosto de 2008

MONTEIRO, J. V. *Macroeconomia do crescimento de governo*. Rio de Janeiro: Inpes/Ipca, 1990.

SILVA, Ascanio Darques – *Movimentação Financeira: O fato gerador que veio para ficar*. Ed. AB, 1997.

# As necessidades do treinamento e desenvolvimento

**Janete Evangelista da Silva**  
netinha1964@hotmail.com

**Meire Lúcia da Silva Jorge**  
meire\_ls@hotmail.com

**Resumo:** As mudanças nas empresas, atualmente, ocorrem com uma velocidade voraz, o treinamento é a palavra-chave para as empresas que acabam de admitir um funcionário, pois com ele pode-se moldar, melhorar a capacidade para o desempenho das tarefas. Na Administração de Recursos Humanos encontramos todas as ações que envolvem a integração do trabalhador, no contexto de produtividade, pois é através do treinamento, desenvolvimento e as necessidades pessoais de cada indivíduo que se forma um grande profissional.

**Palavra-chave:** Treinamento; Desenvolvimento; Necessidades.

## 1 - Introdução:

As empresas formam os seus funcionários de acordo com suas necessidades, o treinamento é um dos recursos do desenvolvimento de cada indivíduo, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação de mão-de-obra especializada para ocupar cargos de maior responsabilidade. Com a grande procura de profissionais especializados, há uma necessidade de promover um treinamento que objetiva a explorar o potencial de cada pessoa. Não existe um empregado perfeito, por isso, que antes de ser contratado é feita uma avaliação para saber qual o melhor cargo que deva ocupar, e onde o seu desempenho será mais satisfatório.

## 2 - Necessidade:

Consiste em saber onde cada indivíduo encontra mais dificuldade em executar as tarefas necessárias para alcançar os objetivos da empresa. Os Recursos Humanos dispõem de métodos que verificam os conhecimentos, habilidades e atitudes de cada indivíduo, através desta análise é que se saberá a necessidade de treinamento para a execução das tarefas. Podemos citar algumas necessidades que levam um funcionário a buscar o treinamento:

- Necessidade de sobrevivência: sustento alimentar, saúde, bem estar familiar, etc;
- Necessidade de estabilidade no emprego;
- Necessidade social: respeito por si mesmo e com os outros, integração social;
- Necessidade de auto-realização: auto confiança, reconhecimento pessoal e satisfação por si mesmo por alcançar os objetivos pessoais;

Quando se entra num programa de treinamento, tem uma necessidade de aquisição de competência, determinação, e o suprimento de deficiências profissionais. Para Antonio Carlos Gil (1994), toda análise organizacional tem, no seu diagnóstico, certas necessidades de treinamento, mediante a observação de dados que mostram indicadores de necessidades, tais como:

- planos de expansão da empresa ou de seus serviços;
- mudanças de tecnologia e processos de trabalho;
- baixa produtividade;
- avarias freqüentes em equipamentos e instalações;

- excesso de erros e desperdícios;
- elevado número de acidentes;
- relações humanas deficientes;
- excesso de queixas;
- baixo nível de cooperação;
- absintoso, etc

## 2.1 - Treinamento:

Quando falamos de treinamento, estamos nos referindo à melhor maneira de termos um empregado capacitado para determinada função, há uma necessidade de qualificá-lo, para agir na empresa com maior eficiência e eficácia, dando, assim, ao empregador tranquilidade e confiança.

Segundo Chiavenato (1998), "o treinamento envolve a transmissão de conhecimentos específicos relativos ao trabalho, atitudes frente ao aspecto da organização, da tarefa e do ambiente e desenvolvimento de habilidades".

A organização, que investe em treinamento, tem em sua empresa pessoas qualificadas, motivadas e competentes para assumirem as funções disponíveis, e com isso progredirem cada vez mais.

Segundo Vilanova (1998), "os modernos sistemas de treinamento, aos quais a indústria vem dispensando atenção cada vez maior, visam substituir pelo processo racional as formas rudimentares da aprendizagem por meio de ensaio e erro ou por imitação".

Existem três tipos básicos de aprendizado: o conhecimento (saber), as habilidades (fazer), as atitudes (saber fazer). Cabe a cada um

identificar qual é a sua maior necessidade, e assim terá maior sucesso.

Antes de aplicar um treinamento, é necessário diagnosticar as necessidades que cada indivíduo possui, para adequar as necessidades das empresas, cujo objetivo principal é produzir.

Geralmente, ao iniciar um treinamento é feita uma dinâmica de grupo, onde busca saber as características de cada candidato.

Essas dinâmicas em grupo são para selecionar candidatos para ocupar cargos, as técnicas aplicadas são variadas, dependendo do que se deseja obter dos participantes, e as funções que deverão ocupar.

O treinamento envolve quatro tipos de comportamento:

- Transmissões de informações: as informações são genéricas, informações sobre a empresa, seus produtos e serviços, suas organizações e políticas, regras e regulamentos.

- Desenvolvimento e habilidades: habilidades, destrezas e conhecimentos relacionados com o cargo atual ou de ocupações futuras, ou seja mostrar o potencial.

- Desenvolvimento ou modificação de atitudes: mudanças de atitudes negativas para atitudes mais favoráveis entre os trabalhadores, aumentando a motivação, desenvolvimento da sensibilidade do pessoal e gerência, supervisão quanto ao sentimento e reações das pessoas, envolvendo nossos hábitos e atitudes.

- Desenvolvimento de conceito: facilitar a aplicação de conceitos na prática administrativa, para elevar o nível de gerentes que possam pensar em termos globais e amplos.

Esses quatro tipos de treinamentos podem ser utilizados separadamente ou conjuntamente. O

treinamento possibilita a aprendizagem, é uma mudança de comportamento que ocorre no dia-a-dia de todos os indivíduos. O treinamento deve orientar a aprendizagem num sentido positivo e que traga benefícios para as atividades planejadas dentro da empresa, e que possam desenvolver mais rapidamente seus conhecimentos, atitudes e habilidades que irão beneficiar essa mesma empresa.

## 2.2 - Desenvolvimento:

Há uma necessidade de desenvolver e aperfeiçoar o homem para que ele cresça dentro de uma empresa, melhorando seus conhecimentos e aprimorando os seus objetivos, a fim de se tornar mais eficiente e capacitado e que possa assumir cargos mais importantes.

Segundo Chiavenato (1998) "o desenvolvimento profissional é a educação que aperfeiçoa o homem para uma carreira dentro de uma profissão".

O homem só cresce quando continua estudando, acompanhando as mudanças que ocorrem, constantemente, assim, se tomando cada vez mais um especialista na sua função, e abrindo um leque de conhecimento e se desenvolvendo cada vez mais. O desenvolvimento é a exploração do potencial de aprendizagem, visando mudanças no comportamento e na atitude, adquirindo novas habilidades e conhecimentos.

Para Tomas Vilanova (1998) "o empregado que é confirmado no cargo incorpora-se à empresa em caráter que se espera, seja permanente e, tanto no seu próprio e no da coletividade, deve desenvolver no máximo suas aptidões para o trabalho".

O objetivo fundamental do treinamento é capacitar pessoas para que possam se adequar às neces-

sidades das empresas, onde serão identificadas:

- as atividades que compõem a tarefa;
- as responsabilidades que se executam as tarefas;
- as condições de trabalho e riscos;
- conhecimentos;

## 4. Considerações finais

A avaliação do treinamento é necessária ao profissional, para concluir até que ponto o treinamento executado produziu modificações de comportamento, ou seja, se o treinamento alcançou os objetivos pretendidos.

O treinamento é uma ferramenta elementar para ajudar no processo de desenvolvimento dos recursos humanos da organização, cuja finalidade é a adequação às necessidades da empresa.

Quando um funcionário tem vontade de crescer e progredir dentro da empresa, o seu treinamento e desenvolvimento são bem mais aproveitados, porque o seu interesse é bem visível.

Portanto, é possível considerar o treinamento como peça fundamental para o sucesso das organizações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 5.ed. São Paulo:Atlas, 1998..

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1979.

VILANOVA, T. **Recursos Humanos**. 10.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988..

GIL, Antonio Carlos. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1994.